



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO – MÍDIA E FORMATOS NARRATIVOS

LEANDRO QUEIROZ SANTOS NEVES

DEMOCRACIÊNCIA:

DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO PROJETO TAMAR

CACHOEIRA – BAHIA

2023

LEANDRO QUEIROZ SANTOS NEVES

DEMOCRACIÊNCIA:

DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO PROJETO TAMAR

Dissertação apresentada ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para obtenção do título de Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) – Mídia e Formatos Narrativos.

Linha de Pesquisa: Comunicação e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Augusto Soares Mattos

CACHOEIRA – BAHIA

2023

N518d Neves, Leandro Queiroz Santos.

Democraciência: Democratização do conhecimento científico no Projeto TAMAR. / Leandro Queiroz Santos Neves. Cachoeira, BA, 2023. 140f., il.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Augusto Soares Mattos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós Graduação em Comunicação – Mídias e Formatos Narrativos, Bahia, 2023.

1. Comunicação na Ciência. 2. Televisão programas – Brasil. 3. Projeto TAMAR - Bahia. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 302.2072

LEANDRO QUEIROZ SANTOS NEVES

DEMOCRACIÊNCIA: Democratização do conhecimento científico no Projeto TAMAR

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Comunicação da UFRB, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Augusto Soares Mattos.

Aprovada (X), 30 de junho de 2023.

Comissão Examinadora



Prof. Dr. Sérgio Augusto Soares Mattos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Orientador



Profa. Dra. Daniela Abreu Matos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Examinadora Interna



Prof. Dr. Samuel Anderson Rocha Barros

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Examinador Externo

CACHOEIRA-BA

2023

DEDICATÓRIA

Faço memória das minhas avós Inês Queiroz e Paula Santana e dos meus avôs Benedito Santos e Arnaldo Fagundes, por não terem desistido dos meus pais e de mim e por terem sonhado o que somente os netos puderam realizar. Essa conquista nunca será só minha, é como uma herança bem compartilhada.

Dedico aos docentes Profa. Regiane Miranda (UFRB), Profa. Dra. Jussara Maia (UFRB) e Prof. Dr. Fabio Sadao (UFBA) e ao psicólogo Leandro Muniz (UFRB), pela solidariedade e suporte institucional quando passei pelo momento mais difícil no Mestrado ao ser vítima de racismo. Eles me acolheram e possibilitaram que o meu equilíbrio mental fosse restaurado para alcançar a conclusão desse ciclo.

Também dedico esse trabalho para Mariucha da Luz (Coordenadora do Programa Tamarzinhos no Projeto TAMAR) e todas as comunidades de pescadores, quilombolas, caiçaras, indígenas que participaram de um processo de mobilização social e foram integradas ao Projeto TAMAR e à sua causa ambiental de proteção das tartarugas marinhas e da vida marinha. Os cidadãos, com seus saberes populares e tradicionais, devem alcançar cidadania e bem-estar através da ciência e de sua democratização.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida e pela sabedoria; e à Nossa Senhora Aparecida e Santa Bárbara, pela inspiração de forças positivas que me impulsionaram a superar obstáculos e a perseverar na missão de concluir o Mestrado.

Aos meus pais Zacarias Neves (*In Memoriam*) e Antônia Queiroz, por serem meu horizonte de amor, respeito, humildade e vitória. Eles são meu conforto, minha motivação e esperança. Grato por toda dedicação e amor.

Aos meus irmãos, familiares, amigos e confidente, pelas contribuições com minha caminhada antes e durante o período do Mestrado. Grato ao meu padrinho José Pinto e minhas madrinhas Jucélia Pinto e Valdomira Santos pelo apoio, incentivo e conselhos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Augusto Soares Mattos, pela disposição em dedicar seu tempo e conhecimento na minha formação acadêmica e profissional, em sua orientação, tanto na graduação em Jornalismo quanto no Mestrado em Comunicação.

Aos docentes e discentes do Mestrado em Comunicação – Mídia e Formatos Narrativos – da UFRB, pelas partilhas de conhecimentos, saberes e experiências que enriqueceram minha formação intelectual e pessoal, principalmente num momento pandêmico em que o afeto era revigorante.

Aos membros(as) do grupo de pesquisa Organizações, Gestão e Políticas Públicas (OrGPoP) pelas partilhas de conhecimento, discussões metodológicas e trocas afetuosas que favoreceram a minha permanência na graduação e na pós-graduação. Especialmente, as docentes Profa. Dra. Doraliza Monteiro e Profa. Dra. Lys Vinhaes. Inclusive, Lys que tenho a honra de tê-la como grande incentivadora e como a minha primeira orientadora na graduação pelos PIBIC Voluntário e PIBIC Ações Afirmativas da UFRB/CNPq.

Aos financiadores dessa pesquisa, UFRB/PPQ-Pós e CAPES/CNPq pela contribuição material e simbólica que também resultou em estímulo para a redação final dessa dissertação.

EPÍGRAFE

“Seja uma pessoa positiva. Pense positivo. E tudo que desejar será mais fácil de ser alcançado”.

Antônia Queiroz (“Mainha”)

RESUMO

A democratização do conhecimento científico é um processo que representa a abertura da ciência para diferentes grupos sociais que são influenciados pela ciência e suas tecnologias. Na contemporaneidade, a informação é um instrumento fundamental para o exercício da cidadania e os processos de mobilização social emergem nas culturas contribuindo para que diferentes grupos sociais comuniquem suas causas que reivindicam mudanças. Uma das causas sociais de maior visibilidade na contemporaneidade é a da sustentabilidade, ou seja, práticas de consumo mais conscientes que preservem a natureza para essa e futuras gerações. O Projeto TAMAR, criado em 1980, realiza ações de educação ambiental e de comunicação científica para promover a preservação das tartarugas marinhas ameaçadas de extinção no Brasil. Na ambiência da pandemia, o programa TV TAMAR foi lançado em 13 edições, veiculadas semanalmente, entre junho e outubro de 2020, no canal, Web TV, do Projeto TAMAR no Youtube – com o intuito de demonstrar a memória dos quarenta anos do Projeto TAMAR. Esse estudo analisa como as ações de democratização do conhecimento científico do Projeto Tamar são evidenciadas como estratégia comunicacional de memória e cultura científica na TV TAMAR a partir de processos de mobilização social, (inter)institucionais, correlatos à preservação das tartarugas e da vida marinha. A abordagem investigativa analisou o produto midiático a partir dos conceitos de gênero televisivo e jornalístico e observou-se que o programa TV TAMAR é construído a partir do gênero televisivo, como Web TV semanal, com foco no formato informativo. A análise propôs um refinamento da investigação considerando o conceito de modos de endereçamento (GOMES, 2007) e seus operadores de análise: (1) O mediador; (2) Organização temática; (3) O pacto sobre o papel do jornalismo; (4) O contexto comunicativo; e (5) Relação com as fontes de informação. Contudo, ainda que seja um produto midiático veiculado apenas no período pandêmico, observou-se que o programa TV TAMAR traz aspectos que representam a permanência da democratização do conhecimento científico no Projeto TAMAR, em consonância com as demais ações de mobilização social e de educação ambiental que corroboram para o histórico de responsabilidade socioambiental e suas ações futuras de preservação das tartarugas marinhas.

PALAVRAS-CHAVE: Democratização do Conhecimento Científico; Comunicação Científica; Análise Cultural; Memória; Projeto Tamar.

ABSTRACT

The democratization of scientific knowledge is a process that represents the opening of science to different social groups that are influenced by science and its technologies. In contemporary times, information is a fundamental instrument for the exercise of citizenship and processes of social mobilization emerge in cultures, helping different social groups to communicate their causes that demand change. One of the most visible social causes in contemporary times is sustainability, that is, more conscious consumption practices that preserve nature for this and future generations. The TAMAR Project, created in 1980, carries out environmental education and scientific communication actions to promote the preservation of endangered sea turtles in Brazil. In the context of the pandemic, the TAMAR TV program was launched in 13 editions, broadcast weekly, between June and October 2020, on the Web TV channel of TAMAR Project on Youtube – with the aim of demonstrating the memory of the forty years of TAMAR Project. This study analyzes how the actions of democratization of scientific knowledge of Tamar Project are evidenced as a communicational strategy of memory and scientific culture on TAMAR TV from processes of social mobilization, (inter)institutional, correlated to the preservation of turtles and marine life. The investigative approach analyzed the media product from the concepts of television and journalistic genre and it was observed that the TAMAR TV program is built from the television genre, such as weekly Web TV, focusing on the informative format. The analysis proposed a refinement of the investigation considering the concept of addressing modes (GOMES, 2007) and their analysis operators: (1) The mediator; (2) Thematic organization; (3) The pact on the role of journalism; (4) The communicative context; and (5) Relationship with information sources. However, even though it is a media product broadcast only during the pandemic period, it was observed that the TAMAR TV program brings aspects that represent the permanence of the democratization of scientific knowledge in the TAMAR Project, in line with the other actions of social mobilization and environmental education which corroborate the history of socio-environmental responsibility and its future actions for the preservation of sea turtles.

KEYWORDS: Democratization of Scientific Knowledge; Scientific Communication; Cultural Analysis; Memory; TAMAR Project.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Lista de prêmios recebidos e divulgados pelo Projeto TAMAR

Tabela 2: Planejamento de Comunicação do Projeto TAMAR integrado à Rede BIOMAR/PETROBRAS

Tabela 3: Divulgação do Projeto Tamar na TV Globo entre os anos de 2012 e 2022

Tabela 4: Classificação de gênero e subgêneros/formatos por Gomes (2007)

Tabela 5: Operacionalização dos modos de endereçamento a partir de Itania Gomes (2005, 2007a)

Tabela 6: Panorama geral do programa TV TAMAR

Tabela 7: Relação das entrevistas no programa TV TAMAR

Tabela 8: Relação de gênero do programa TV TAMAR, a partir de Marques de Melo e Assis (2016)

Tabela 9: Operador de análise “mediador” no programa TV TAMAR

Tabela 10: Operador de análise “contexto comunicativo” no programa TV TAMAR

Tabela 11: Operador de análise “pacto sobre o papel do jornalismo” no programa TV TAMAR

Tabela 12: Operador de análise “relação com as fontes de informação” no programa TV TAMAR

Tabela 13: Panorama dos operadores de análise dos modos de endereçamento no programa TV TAMAR

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Relatório sobre desova das tartarugas nas quatro décadas de Projeto Tamar
- Figura 2: Ciclo socioprodutivo das ações do Projeto TAMAR
- Figura 3: Pesca de tartaruga marinha na década de 1970
- Figura 4: Casal de apresentadores na chamada do programa TV TAMAR
- Figura 5: Logo do programa TV TAMAR
- Figura 6: Anna Valéria como apresentadora na edição de 25/06/20
- Figura 7: Giácomo e Patrícia como apresentadores na última edição de 22/10/20
- Figura 8: O contexto comunicativo ambientado pela pandemia na edição de 20/08/20
- Figura 9: Personificação de Guy Marcovaldi na edição de estreia em 18/06/20
- Figura 10: Ictiólogo participa da edição de 02/07/20
- Figura 11: Itamar, nativo de Praia do Forte-BA, é entrevistado na edição de 25/06/20
- Figura 12: Mailson Alves, o DJ Chokolat, na edição de 17/09/20
- Figura 13: Joaquim Santos, professor de Capoeira, na edição de 01/10/20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 DEMOCRACIA, CIÊNCIA E MEMÓRIA NA COMUNICAÇÃO	7
2.1 Democracia, Ciência e a Democratização do Conhecimento Científico	7
2.2 Comunicação Científica: um caminho para a democratização do conhecimento científico	17
2.3 Cultura Científica.....	21
2.4 Memória coletiva, cultural e institucional	27
2.5 Memória do Tamar: Breve histórico de responsabilidade socioambiental	32
3 INFORMAÇÃO E CIDADANIA NA SOCIEDADE GLOBALIZADA.....	39
3.1 Comunicação, globalização e informação	39
3.2 Informação para o exercício da cidadania	45
3.3 Estrutura comunicacional do Projeto TAMAR.....	53
3.4 TV TAMAR: um instrumento de informação para a cidadania	58
4 COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROJETO TAMAR	67
4.1 Comunicação e Mobilização social.....	67
4.2 Mobilização social no Projeto TAMAR	77
5 DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA TV TAMAR	89
5.1 Procedimentos metodológicos	89
5.2 Análise de gênero no programa TV TAMAR	97
5.3 Análise dos modos de endereçamento no programa TV TAMAR.....	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

1 INTRODUÇÃO

A cultura científica sempre esteve conectada com a minha trajetória pessoal. Desde a infância, tenho uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) instalada na minha cidade natal, Cruz das Almas-BA, como um muro acessível, por ter familiares no quadro de funcionários que, inicialmente, possibilitava visitas para momentos de lazer. Foi nessa empresa que consegui a minha primeira oportunidade na vida científica/profissional como bolsista de iniciação científica júnior (PIBIC IC-Jr), sendo estudante do primeiro ano do ensino médio na rede pública. Não hesitei em participar dessa cultura científica, pois acreditava que seria uma experiência com grande potencial de aprendizado para longo prazo, ainda que numa área de conhecimento totalmente diferente do que eu cogitava como primeira opção no vestibular. A democracia e a ciência têm sido forças mobilizantes para o êxito da minha trajetória.

Em 2012, tive a oportunidade de sair da minha rotina semanal de estágio na EMBRAPA para visitar o Projeto Tartarugas Marinhas (TAMAR), em Praia do Forte-BA, numa caravana escolar para os estudantes do último ano do ensino médio do colégio municipal Centro Educacional Cruzalmense. Foi uma experiência impactante e que “afogou”, por algum período, a minha convicção em cursar a faculdade de Jornalismo, pois a Biologia passava a ter um novo status de excelente escolha profissional. A aproximação com a cultura científica da EMBRAPA e a visita ao Projeto TAMAR foram importantes para a proposição dessa pesquisa na pós-graduação. Essa trajetória formou uma consciência sobre a importância da preservação do meio ambiente e justifica minhas inquietações sobre os processos de democratização, especialmente na cultura científica – a qual estou inserido diretamente desde os 15 anos.

O desenvolvimento sustentável é fundamental para o equilíbrio da biodiversidade dos países. Cuidar dos oceanos e das espécies marinhas é uma das ações mais importantes para a preservação ambiental, visto que 71% da superfície do planeta é coberta pelos oceanos¹. O Projeto TAMAR foi criado em 1980 por estudantes da Faculdade de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande

¹ “Os oceanos têm um papel fundamental na geração de oxigênio e nos ciclos de carbono e nitrogênio”.
<<https://www.tamar.org.br/noticia1.php?cod=958>>

(FURG) e, desde então, realiza ações importantes para a educação ambiental e a conservação marinha no Brasil. Em 1988, a Fundação Pró-TAMAR foi incorporada ao Projeto como uma ONG, sem fins lucrativos. Ambos têm como missão realizar ações estratégicas de pesquisa, conservação e manejo das cinco espécies de tartarugas marinhas² que ocorrem no Brasil, sendo que todas estão ameaçadas de extinção. É preciso garantir, também, a sobrevivência das comunidades locais no entorno do Projeto TAMAR, a partir de iniciativas democráticas que promovam ações e relações benéficas à causa da mobilização social, ou seja, potencializem a sustentabilidade para as tartarugas marinhas, para o ecossistema marinho e para a sociedade em geral.

Cabe ressaltar que a responsabilidade social do TAMAR é caracterizada pela permanência das ações de conservação das espécies marinhas no Projeto, que não paralisaram durante a pandemia de COVID-19. Isso aponta para uma preocupação do TAMAR em continuar acessível e transparente nas suas ações. Uma estratégia de visibilidade identificada foi a inauguração da TV TAMAR no canal do Projeto TAMAR na plataforma do Youtube, em 18 de junho de 2020. Uma estratégia comunicacional que reuniu 13 edições sobre o surgimento do Projeto TAMAR e desdobramentos das suas ações de mobilização social, educação ambiental e comunicação científica para conservação das tartarugas e da vida marinha – durante as quatro décadas de atuação.

No processo de delimitação do problema de pesquisa observou-se uma necessidade de investigação da TV TAMAR como estratégia comunicacional para além de uma permanência das ações de conservação das tartarugas e demais espécies marinhas no Projeto TAMAR. Nesse contexto, a análise da TV TAMAR foi crucial para estabelecer uma relação entre a memória e a comunicação científica para a manutenção do Projeto TAMAR que, conseqüentemente, contribui na mobilização social para o desenvolvimento sustentável e para ações de democratização do conhecimento científico. Entender esse processo é fundamental para articular considerações pertinentes sobre os discursos democráticos do Projeto TAMAR,

² O Tamar atua em 1.100 quilômetros de praias, nas 26 localidades em áreas de alimentação, desova, crescimento e descanso da tartaruga-cabeçuda, tartaruga-de-pente, tartaruga-verde, tartaruga-oliva e tartaruga-de-couro, no litoral e ilhas oceânicas, nos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

<<http://tamar.org.br/releases/Infos-gerais-Projeto-Tamar.pdf>>

principalmente mediante os conteúdos dos programas da TV TAMAR – envolvendo aspectos da cultura e da ciência – que refletem uma relação sobre o histórico de responsabilidade socioambiental do TAMAR.

O contexto da pandemia é um aspecto importante para a produção da TV TAMAR e também para a realização dessa pesquisa. A pandemia de COVID-19 começou no Hemisfério Norte e se alastrou por todo o planeta dizimando milhões de pessoas – ricas, inicialmente, e pobres de todos os continentes – que foram contaminadas com a multiplicação do “coronavírus” mediante a ausência/relaxamento de medidas de isolamento e afastamento social para controle da saúde pública. Nesse período, muitas mudanças foram necessárias para que a vida fosse mantida e as relações sociais passaram a se tornar mais virtualizadas e remotas. A globalização permitiu uma aproximação digital entre milhões de pessoas com acesso a informação e comunicação para tratamento e lazer durante a pandemia, mas grande parcela da população mundial ficou refém da desigualdade social e como “excluídos digitais” padeceram ou sucumbiram pela ausência de políticas públicas imediatas. Os processos de mobilização social possibilitam a reivindicação de causas sociais que podem promover mudanças que favorecem o exercício da cidadania para grupos sociais marginalizados.

O acesso ao mundo digital possibilitou uma mudança radical nas produções sociais, especialmente na grande mídia. A televisão, por exemplo, passou a informar de maneira mais democrática, com conteúdos direcionados para as necessidades emergenciais de diferentes grupos sociais, e com o uso de recursos tecnológicos mais ágeis para a produção e reprodução da informação de interesse público. Muitas produções remotas foram formatadas pelas mídias na pandemia e isso possibilitou a participação de pessoas num mesmo produto em lugares diferentes, numa dinâmica de instantaneidade de presença. Certamente, essa dinâmica seguirá para além do contexto pandêmico. Inclusive, o programa TV TAMAR é pensando durante a pandemia e se relaciona com esse contexto de participação instantânea mista (presencial e remota) entre apresentadores e entrevistados com um direcionamento discursivo e visual que compreendia o período pandêmico e as possibilidades e limitações das medidas de saúde pública para prevenção da vida.

Por tais afirmações, constata-se a importância desse estudo que investigou as ações de democratização do conhecimento científico do Projeto TAMAR,

especialmente as estratégias de comunicação a partir do programa TV TAMAR. Investigar as ações de democratização do conhecimento científico do Projeto TAMAR é compreender as particularidades que ocorrem no seu processo de comunicação, cultura e memória científica. Pesquisar o Projeto TAMAR também possibilitou compreender as dinâmicas das relações entre as diferentes esferas sociais e os processos históricos de produção, consolidação e difusão da ciência na contemporaneidade, mediante as ações de democratização do conhecimento científico e suas, possíveis, articulações com a construção de memória.

É preciso considerar a importância e as possibilidades de desenvolvimento sustentável, em toda a sociedade, além da autogestão sustentável do Projeto TAMAR para entender as ações de preservação das tartarugas marinhas sob a lógica de mobilização social para uma causa ambiental. As estratégias para mobilização social de preservação das tartarugas marinhas devem ser tomadas a partir de processos comunicacionais mediados por forças democráticas que favoreça uma identidade coletiva e participação, efetiva e permanente, de diferentes atores e grupos sociais na causa ambiental que convoca um desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o objetivo dessa pesquisa foi analisar como as ações de democratização do conhecimento científico do Projeto TAMAR são evidenciadas como estratégia comunicacional de memória e cultura científica na TV TAMAR a partir de processos de mobilização social, (inter)institucionais, correlatos à preservação das tartarugas e da vida marinha. Além de, especificamente, objetivar: Identificar elementos de memória e comunicação científica no histórico de responsabilidade socioambiental do Projeto TAMAR; Mapear as estratégias comunicacionais do Projeto TAMAR como instrumento de informação para a cidadania; e, Investigar o contexto de mobilização social do Projeto TAMAR e a democratização do conhecimento científico no programa TV TAMAR.

Como aprofundamento dos procedimentos de análise dos dados, realizou-se uma abordagem pela análise cultural das 13 edições do programa TV TAMAR, por compreendermos que as produções de caráter televisivo, ainda que no ambiente digital, também são (re)configurações de um jornalismo como instituição social que abrange a cultura (local/global) e, assim, reforça sua “forma cultural” (GOMES, 2011, p. 23). Nesse contexto, a proposta foi estabelecer relações consistentes a partir de adaptações na Metodologia de Análise do Telejornalismo proposta por Gomes (2005,

2007a), articulando como dimensões os conceitos, metodológicos, de gênero televisivo e de modos de endereçamento. Além de fazer considerações a partir do conceito de gênero jornalístico proposto por Marques de Melo e Assis (2016).

A proposta metodológica de Gomes (2005, 2007a) considera importante os Estudos Culturais, especialmente as contribuições de Raymond Williams em seu livro *Marxismo e Literatura* (1979), para a identificação de padrões “simbólicos” e a necessidade de contextualização deles em produções socioculturais. Segundo Gomes (2011, p. 42), essa análise cultural deve ser “marcadamente histórica”, visto que ela deve se dá na “consideração de uma história cultural da televisão”. Nesse sentido, a análise cultural busca identificar como uma produção midiática se inscreve no contexto sociocultural e televisivo, relacionando-o com o momento específico em que o programa em questão é transmitido para a sociedade.

Essa investigação cumpre uma função relevante no campo da comunicação por colaborar com o estado da arte, relativamente escasso, na área de conhecimento da comunicação científica sobre o Projeto TAMAR e no que tange a comunicação científica como um instrumento de democratização do conhecimento científico. A organização temática das edições do programa TV TAMAR pode ser compreendida pelo gênero televisivo e jornalístico e pelos modos de endereçamento que constroem um olhar sobre a democratização do conhecimento científico de um produto midiático que ressalta o conhecimento, científico, como o seu maior patrimônio.

Esse trabalho apresenta quatro capítulos teóricos/analíticos. Inicialmente, no capítulo “Democracia, Ciência e Memória na Comunicação” são apresentados os conceitos de democracia e ciência com uma aproximação ao conceito de democratização do conhecimento científico. É por meio de processos comunicativos que a ciência se desenvolve nas culturas contemporâneas e possibilita a construção de memória, científica. A memória do Projeto TAMAR também é constituída por elementos da ciência, especialmente por um processo de comunicação científica, que se relacionam com seu histórico de responsabilidade socioambiental.

No capítulo seguinte, intitulado “Informação e cidadania na sociedade globalizada” o contexto da globalização na sociedade contemporânea reflete a aceleração dos fluxos de informação e comunicação em escala global. A informação passa a ser um instrumento fundamental na consolidação da cidadania. Os conceitos

de globalização e informação são fundamentais para o entendimento da importância do acesso à informação para a formulação da estrutura comunicacional do Projeto TAMAR e para o exercício da cidadania.

Em seguida, o capítulo “Comunicação e Mobilização social no Projeto TAMAR” traz os aspectos centrais de um processo de mobilização social que reflete atos racionais para reivindicação de causas sociais que possibilitam mudanças em médio e longo prazo. A mobilização social se estabelece com estratégias comunicacionais que facilitam o entendimento da causa e, conseqüentemente, a adesão de novos cidadãos e ampliação da visibilidade da causa social. O Projeto TAMAR se constituiu a partir de um processo de mobilização social, visando à proteção das tartarugas marinhas ameaçadas de extinção, majoritariamente pela ação “predatória” das pessoas.

Finalmente, o capítulo “Democratização do conhecimento científico na TV TAMAR” retoma o conceito central dessa investigação para analisar o programa TV TAMAR na tentativa de compreender a democratização do conhecimento científico no produto midiático como reflexo das ações do Projeto TAMAR que lhe configura num histórico de responsabilidade socioambiental. Nas “Considerações Finais” apresenta-se os achados da pesquisa com um panorama geral dos capítulos teóricos e analíticos que foram embasados pela análise e “Referências Bibliográficas”; e aponta-se para a compreensão dos limites e possibilidades de um processo de democratização do conhecimento científico.

O termo “democraciência” é cunhado a partir da junção dos conceitos de democracia (participativa e representativa) e de ciência (aberta) com o intuito de conceituar a democratização do conhecimento científico que está, diretamente, associada com a mobilização social, com a informação para o exercício da cidadania e, conseqüentemente, com a construção de memória na sociedade. “Democraciência” pode ser conceituado como um processo de relações sociais democráticas que cotidianamente são influenciadas pela ciência e suas tecnologias que mobilizam a democratização do conhecimento científico por meio de estratégias comunicacionais, multidirecionais, que promovem a comunicação científica para o exercício da cidadania e do bem-estar social. O acesso à informação é um direito fundamental para o exercício da cidadania e as ações de mobilização social que visam a democratização do conhecimento científico devem estimular o crescimento da inclusão social e digital.

2 DEMOCRACIA, CIÊNCIA E MEMÓRIA NA COMUNICAÇÃO

Neste capítulo são apresentados os conceitos que contribuem para reflexão teórica sobre o processo de democratização do conhecimento científico e sobre a memória do Projeto TAMAR. Nos itens “Democracia, ciência e a democratização do conhecimento científico” e “Comunicação Científica: um caminho para a democratização do conhecimento científico” são evidenciados elementos que relacionam a democracia, a ciência e a comunicação na construção de formas mais democráticas de sociabilidade. Os itens “Cultura científica” e “Memória coletiva, cultural e institucional” contribuem para entender o processo de fortalecimento da comunicação científica nas culturas e, conseqüentemente, as possibilidades de construção de memória. Finalmente, o item “Memória do Tamar: Breve histórico de responsabilidade socioambiental” aborda elementos da democracia, da ciência, da comunicação, da cultura e da memória que favorecerem a caracterização do Projeto TAMAR com um histórico de responsabilidade socioambiental.

2.1 Democracia, Ciência e a Democratização do Conhecimento Científico

O conceito de democracia apresenta uma polissemia diante de significados e interpretações díspares e, muitas vezes, contraditórios em diversos campos políticos e sociais. Segundo Bôas Filho (2013, p. 669), um conceito precisa ser polissêmico, visto que “reúne em si a diversidade da experiência histórica, assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito”.

O conceito de democracia é abordado, em condições complementares ou não, por teóricos como Jürgen Habermas, Franck Michelman, Jean Jacques Rousseau, Pierre Rosanvallon, Catherine Colliot-Thélène, Jacques Rancière, Rebecca Abers, Karl Max e Norberto Bobbio. Aqui parte-se dos estudos de Norberto Bobbio (2001) e emprega-se o conceito de democracia para designar um panorama de ações políticas e sociais, representativas e participativas, que favoreçam o desenvolvimento sustentável, a cidadania e o bem-estar social de diferentes grupos sociais na sociedade globalizada que, conseqüentemente, é desenvolvida pela ciência e suas

tecnologias; e movida por relações de compartilhamento da informação, de dados, do conhecimento científico.

No Brasil, a democracia permanece em construção. Desde a Era Vargas, na década de 1930, os cidadãos vêm pressionando o Governo para que o desenvolvimento do país promova mais cidadania, com a garantia de direitos e a cobrança dos deveres na sociedade. A democracia brasileira já passou por um momento de ruptura com o regime de exceção (Ditadura 1964-84) e desde 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira, vem se fortalecendo na mobilização social para participação de diferentes grupos sociais nas discussões políticas e construção de políticas públicas mais inclusivas.

A Constituição é um instrumento em que um país pode explicitar o seu horizonte ético. Segundo Toro e Werneck (1996, p. 6), “o horizonte ético é aquilo que dá sentido a um processo de mobilização”. A Constituição define o projeto de futuro, as escolhas (de bem comum) do país. Nesse sentido, o processo de elaboração de uma Constituição deve incluir as pautas que indiquem uma maior participação de diferentes grupos sociais e cidadãos. Assim, mais as escolhas determinadas na Constituição se aproximaram da vontade de todos e poderão ser compartilhadas por todas as pessoas, sem grandes prejuízos, por exemplo, à cidadania.

O primeiro artigo da Constituição Federal Brasileira de 1988 já determina a escolha do país pela democracia, como forma de governo representativo. O povo brasileiro vive num Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos principais: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político. A democracia é uma ordem auto-fundada, ou seja, “é uma ordem social que se caracteriza pelo fato de suas leis e suas normas serem construídas pelos mesmos que as vão cumprir e proteger” (TORO; WERNECK, 1996, p. 9). Entretanto, ressalta-se que nem toda ordem social ou de convivência é democrática.

A ditadura também é uma ordem social, mas que é construída e ou mantida pela imposição de um ditador, com a força repressiva e armada. Enquanto que na democracia, a ordem social é produzida a partir da própria sociedade. Segundo Toro e Werneck (1996, p. 9), “a convivência democrática começa quando uma sociedade aprende a auto-fundar a ordem social. E isso deve ser ensinado e aprendido”.

Nesse sentido, é possível entender a democracia como uma cosmovisão, visto que ela é uma forma de ver o mundo e que considera cada pessoa com capacidade de atuar como fonte ou instrumento de criação da ordem social. Isso afasta uma sociedade da cópia ou imitação de um modelo ideal de democracia, frente a outros países e convivências democráticas, para aproximá-la da responsabilidade de criar a sua própria ordem social, sua própria democracia, sua própria soberania.

O conflito é constitutivo da convivência democrática. Na democracia não existe os inimigos, mas os opositores: pessoas que pensam diferente, querem buscar os objetivos de outra forma, tem interesses distintos dos meus, que muitas vezes conflitam com eles, mas com as quais posso discutir e consensar metas comuns, colocadas acima das divergências. Para a democracia, a paz não é a ausência de conflito. A paz é o resultado de uma sociedade que é capaz de criar e aceitar regras para dirimir conflitos sem eliminar o outro nem física, nem social, nem psicologicamente. (TORO; WERNECK, 1996, p.9)

O público e as instituições públicas são a síntese e a representação dos interesses, contraditórios ou não, de todos os grupos sociais e setores da sociedade. Segundo Toro e Werneck (1996, p. 10), “o público, o que convém e interessa a todos, se constrói e se fortalece na sociedade civil”. O público deve ser construído e preservado pelos cidadãos.

A importância do cidadão vai além do ato de depositar o seu voto na urna em uma pessoa que representará os seus interesses durante o mandato. O voto é um direito obrigatório, que para alguns parece facultativo e temporário, pois acaba no ato de votar. Já os cidadãos são as pessoas capazes “de criar ou transformar, com outros, a ordem social a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar” (TORO; WERNERCK, 1996, p. 10).

[...] existe entre nós tanta confusão entre o que é do governo e o que é público. Por exemplo: a escola pública é a escola de todos e não a escola do governo, os espaços públicos são espaços de todos e não espaços do governo e assim por diante. O resultado da confusão que fazemos é ficarmos, muitas vezes, esperando que o governo cuide do que nós, coletivamente, deveríamos cuidar. Encaramos coisas e atitudes como dádivas e favores do governo, não como coisas públicas, conquistas e direito da sociedade. A construção do público a partir da sociedade civil exige o rompimento com essa tradição e o compromisso com uma nova atitude de responsabilidade, de desenvolvimento da capacidade de pensar e agir coletivamente e de respeito às diferenças. (TORO; WERNECK, 1996, p. 16)

As causas de interesse público também são aderidas pelas elites políticas relevantes, principalmente ao perceberem que os impactos por tomadas de decisões opressoras e supressões aos direitos humanos trazem mais prejuízos para a dignidade humana e o desenvolvimento socioeconômico. Segundo Moisés (1992), a lógica da disputa política como uma “guerra de todos contra todos” dá espaço para relações de repressão e representação, com a abertura política para as diversas formas de participação social na democracia.

Os modos como específicos pelos quais os públicos de massa influem nesse processo (“acostumando-se” à democracia, pressionando as suas instituições, apoiando o que as ameaçam, etc.) tem de ser tratados como um fator em si que, se é certo que não é decisivo para provocar a escolha das elites pela mudança de regime, não deve, entretanto, ser minimizado ou desqualificado na análise dos processos de democratização (MOISÉS, 1992, p. 13)

A democratização do conhecimento científico é um dos desafios da sociedade contemporânea, marcada por relações industriais e tecnológicas, no sentido da aproximação dos cidadãos às descobertas científicas e, conseqüentemente, participação ativa e conscientes nas decisões governamentais e projeção de políticas públicas que envolvam a ciência. Segundo Binotto e Diniz (2007, online), “a sociedade pós-industrial consolida-se na experiência organizacional, no investimento em tecnologia de ponta, nos grupos de especialistas, na produção modular, na informação, isto é, na geração de serviços e na produção e transmissão da informação”. Isso reflete a necessidade dos cidadãos serem incluídos na dinâmica da sociedade que se desenvolve pela informação.

[...] a falta de informação, a falta de apoio institucional, a ausência de uma cultura de compartilhamento por meio digitais entre amplos setores da comunidade acadêmica e a falta de uma política institucional de fomento ainda são barreiras dificultam o acesso à informação científica de qualidade e de acessibilidade a todos. (BINOTTO; DINIZ, 2007, online)

Não se pode deixar de lado a influência da ciência e suas tecnologias no cotidiano da sociedade. A discussão e reflexão sobre a importância do conhecimento científico e sua democratização na sociedade devem ser estimuladas a partir da comunidade acadêmica e científica, como produtora da ciência e de tecnologias. Segundo Binotto e Diniz (2007, online), o avanço do conhecimento científico acontece com a tomada de “medidas como a promoção de debates sobre o papel da pesquisa

científica para a sociedade, a promoção de encontros da academia com a iniciativa privada, o apoio à iniciativa do acesso aberto a publicações científicas, sem desconsiderar a importância das bibliotecas”. Portanto, é preciso uma integração entre as forças produtoras da ciência, as forças públicas e privadas e os diferentes grupos sociais para que o conhecimento científico contribua no âmbito político, social, econômico e cultural.

Com isso, sugere-se não somente o fomento e investimento no desenvolvimento científico e tecnológico, mas também a democratização e o direcionamento da ciência e tecnologia para o atendimento das demandas locais, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades regionais e sociais do país, demandando uma ação sistêmica na educação, com políticas de acesso e qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, da alfabetização à pós-graduação. (BINOTTO; DINIZ, 2007, online)

É urgente a promoção de ações que possibilite a inclusão de cidadãos excluídos dos processos de desenvolvimento socioeconômico, especialmente no que tange as ferramentas tecnológicas e demais descobertas que a ciência tem produzido para a humanidade. Disponibilizar o conhecimento e oportunizar o seu acesso para os cidadãos “conduzem a autonomia do sujeito no sentido de buscar aquilo de que necessita; e partindo-se da premissa de que o conhecimento é o recurso mais valioso e, em ambiente adequado, cada indivíduo tem uma capacidade infinita para criar e inovar” (PEREIRA; BELTRÃO, 2007, p. 4).

A noção de que os significados e interpretações do conhecimento científico não podem ficar restritos à pequenos grupos sociais, especialmente especialistas em ciência, deve ser defendida por toda sociedade para viabilizar a democratização do conhecimento científico. As políticas de disseminação do conhecimento científico devem ser desenvolvidas com o uso adequado dos meios de comunicação disponíveis e a decodificação do linguajar academicista costumeiramente complexo. Contudo, é no diálogo, de cientistas e governantes com os saberes, tradicionais, e a cultura local, que se constrói um formato ideal para ações eficazes de disseminação do conhecimento científico (PEREIRA; BELTRÃO, 2007)

A aproximação de quem produz e mantém a ciência com os diversos grupos sociais é uma das marcas do movimento pela Ciência Aberta. No editorial “Ciência aberta como instrumento de democratização do saber”, Sarita Albagli ressalta a importância do movimento pela ciência aberta ser aderido por toda sociedade, para

que a educação e o trabalho sejam desenvolvidos de maneira satisfatória, no que tange à formação para a cidadania e à coproduções de conhecimento para soluções tecnológicas, no âmbito público e privado. Nesse sentido, “faz-se necessária uma perspectiva democrática, que reconheça e dialogue com outros atores e espaços de conhecimento”. (ALBAGLI, 2017, p. 659).

Promover a Ciência Aberta é compartilhar dados, saberes e conhecimento científico, além de envolver uma comunicação integrada entre governantes, cientistas, comunicadores/jornalistas, atores públicos e privados e demais organizações da sociedade civil, com o intuito de consentir sobre ações e políticas estratégicas que beneficiem nossa sociedade. Nesse sentido, o acesso à informação deve ser um direito garantido por toda sociedade, diante do desenvolvimento da internet e dos ambientes digitais que contribuem para a cidadania no cotidiano.

O acesso a informação está inserido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Organizações para as Nações Unidas (ONU) como um direito humano fundamental. Segundo Oliveira (2019, p. 3), “os dados abertos constituem um dos domínios da Ciência Aberta e a lógica entre ambas as esferas são convergentes, em torno de valores para além da justiça social, democracia e participação”. A autora ainda destaca que com os avanços tecnológicos tornou-se mais viável ao desenvolvimento de uma ciência mais aberta, ou seja, o acesso aberto ao conhecimento científico e aos dados de interesse público tem sido mais disponibilizado.

Segundo Oliveira (2019, p. 3), “a América Latina é uma das regiões mais progressistas do mundo em termos de acesso aberto e da adoção de modelos sustentáveis para a disseminação da pesquisa”. Desde a década de 1990, o Acesso Aberto tem sido desenvolvido na região latino-americana, especialmente em iniciativas como a produção e manutenção da plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO) – lançada em 1997. Essas ações promovem um reconhecimento da ciência como um bem público e o Acesso Aberto configura-se em uma alternativa às desigualdades de circulação científica, concentradas na região europeia e norte-americana, e, conseqüentemente, em uma estratégia para o aumento de visibilidade do conhecimento científico produzidos nos países latino-americanos.

Em um primeiro momento, a publicação de periódicos científicos na América Latina tem sido predominantemente uma iniciativa da própria comunidade

acadêmica, com eventual apoio estatal. Contudo, frente ao processo de desestatização do ensino superior do qual a região tem vivido nos últimos anos – a ver os casos de Chile, Brasil, Colômbia, México, entre outros (Duham; Sampaio, 2000), com a expansão de oligopólios incentivado por políticas neoliberais impostas por agências financeiras mundiais após Consenso de Washington (Chaves; Amaral, 2015) –, as revistas científicas têm sido forçadas a repensarem seus modos de produção científica, buscando desenvolver modelos de sustentabilidade menos dependente do apoio estatal. Nesse sentido, as Article Process Charging (APC – Taxa de Processamento de Artigos) têm sido entendidas como modelo de negócios de Acesso Aberto (Björk, 2017), crescente em alguns países latino-americanos, entre eles o Brasil. Este é um assunto do qual André Luiz Appel e Sarita Albagli discutem em seu texto “The adoption of Article Processing Charges as a business model by Brazilian Open Access journals” em que buscam fornecer subsídios para auditar políticas editoriais de acesso aberto que estão sendo propostas para revistas científicas. (OLIVEIRA, 2019, p. 4)

As tecnologias são fundamentais para aumentar a visibilidade da ciência, além de contribuírem para democratizar o conhecimento científico. Democratização não significa um esforço de cientistas/comunicadores na tradução ou transposição de linguagens científicas para sujeitos não especializados ou familiarizados com o conhecimento científico. Esse processo apenas reproduz um modelo comunicacional linear que entende um receptor, passivo, com falta de cognição e, numa perspectiva deficitária, só deve ter acesso ao conhecimento científico a partir de uma linguagem meramente alfabetizadora.

Esta visão iluminista e deficitária reforçou paredes entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Porém, se durante séculos construímos paredes para nos diferenciar enquanto sujeitos providos de sabedoria e conhecimento, o momento atual nos pede justamente para construir pontes, que reconheçam que os saberes acadêmicos dependem e se complementam com o conhecimento cidadão. Pontes que nos permita a formação de redes com a sociedade, necessitando um debate público, aberto, participativo, democrático e transparente. (OLIVEIRA, 2019, p. 5)

A democratização acontece quando setores hegemônicos, a partir dos seus privilégios na tomada de decisões, assumem um compromisso com a sociedade. Segundo Oliveira (2019, p. 6), a Ciência Aberta “tem sido utilizada como estratégia discursiva para que empresas se apresentem como progressistas, inovadoras e apoiadoras de uma ciência transparente, aberta, interoperável e acessível para toda a sociedade, porém, fazendo dela um novo segmento lucrativo”. A manutenção de um diálogo mais abrangente possibilita a tomada de decisões mais conscientes ou democráticas.

Ciência Aberta, Educação Aberta, Inovação Aberta e Dados Governamentais Abertos são alguns dos rótulos que surgem inspiradas em ideias de “sociedade aberta” e desempenham um papel importante na condução da accountability, permitindo novas formas de participação e ação cívicas a partir de um discurso desenvolvimentista e progressista. Esta tendência contemporânea de accountability e transparência exige a abertura de dados ao mesmo tempo em que incentivam o crescimento de organizações independentes, privadas e não-governamentais, voltadas para a distribuição de informação sobre governos, sistemas políticos, sistemas financeiros, etc. (OLIVEIRA, 2019, p. 6)

A mercantilização da informação e do conhecimento é um dos entraves para a democratização. Faz-se necessário uma regulação e fiscalização permanente nos agentes produtores da ciência e das tecnologias para que a transparência colabore para a promoção da cidadania. Um agravante seria o enfraquecimento ou nulidade da atuação do Estado como agente regulatório (OLIVEIRA, 2019). É preciso considerar ainda que o avanço das tecnologias e das plataformas digitais demonstra a necessidade de uma transparência permanente para que a ciência aberta seja o caminho mais promissor para a democratização do conhecimento científico, especialmente pela influência das redes sociais e plataformas digitais no cotidiano dos cidadãos.

Mais do que desafios tecnológicos, nosso maior impasse para uma implementação de uma Ciência Aberta, transparente e igualitária é a resistência política diante de uma desestabilização da ordem democrática e a privatização do conhecimento. E só podemos resistir com uma América Latina unida, aberta e acessível a partir de valores como justiça social e igualdade. (OLIVEIRA, 2019, p. 7)

A abertura da ciência pode aproximar os cidadãos da sustentabilidade que favorece a articulação de setores públicos e privados da sociedade para um desenvolvimento que avance a partir das tecnologias e da globalização sem que a qualidade de vida dessa e das futuras gerações sejam extremamente prejudicadas. Pensar no desenvolvimento sustentável é buscar diálogos e ações estratégicas integradas à preservação do meio ambiente e das espécies humanas. Quando a democratização do conhecimento científico pauta a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável é uma forma de aproximação com a democracia, especialmente no âmbito ambiental.

A democracia ambiental mantém uma forma caracterizada pela democracia representativa, mas integrando a deliberação e a participação (PAROLA, 2016). Os atores envolvidos na democracia ambiental são os cidadãos e governantes que buscam garantir uma cidadania ambiental e ecológica numa espacialidade global, regional e local. A democracia ambiental não se configura como um instrumento imperativo estático e imutável, mas como um caminho de consciência ambiental que deve ser construído a partir das suas reais expressões nacionais/internacionais e necessidades emergentes na esfera local, regional e global.

Esta nova forma de democracia é, de um lado, uma resposta tradicional, porque tem o seu fundamento no poder de um governo democrático. Por outro lado, apresenta algumas mudanças importantes de abordagem normativa. Em primeiro lugar, cada decisão governamental, antes de tudo, deve considerar cada impacto possível sobre o meio ambiente e as considerações de curto prazo do bem-estar humano devem ser equilibradas com os interesses de longo prazo da Terra. Em segundo lugar, tal processo de avaliação deve incluir indivíduos e incentivar a sua função de fiscal sobre os atos do governo, participando também e contribuindo para a tomada de decisões em questões ambientais. Este modelo de democracia quer assim envolver todas as “vozes”. (PAROLA, 2016, p. 26)

As democracias representativas (FURRIELA, 2002), como no caso do Brasil, não têm a capacidade de absorver toda demanda de participação da sociedade. Nesse sentido, é real a necessidade da criação de novas instâncias democráticas e participativas que ampliam as possibilidades de atuação direta da cidadania na defesa dos interesses dos diversos setores e grupos da sociedade – intitulado “interesses difusos”. Essas iniciativas democráticas são importantes por serem consideradas um avanço por possibilitar uma abertura à participação da sociedade, seja no âmbito deliberativo ou consultivo. Desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO92), na cidade do Rio de Janeiro-RJ em 1992, intensificou-se os debates sobre o compromisso real dos governantes com o desenvolvimento sustentável e a necessidade de avaliação permanente e democrática por cada cidadã e cidadão.

O início dos anos 2000 é marcado por uma mudança nas relações que afetam os Estados e as organizações internacionais, nacionais e locais. Segundo Nalegach e Astroza (2020), “diferentes amenazas y desafíos han surgido o resurgido y, a diferencia de otros retos pasados, afectan a todo el mundo”, incluindo pautas

ambientais como os efeitos negativos das mudanças climáticas que demonstra a falta de consciência e adesão ao desenvolvimento sustentável, por parte de alguns países.

En este contexto internacional, la conciencia por el cuidado del medio ambiente y de los derechos humanos ha ido en aumento en la opinión pública mundial. Los efectos reales y tangibles de graves problemas ambientales, incluido el cambio climático, han llevado a la comunidad internacional a avanzar en un proceso paulatino y no exento de obstáculos, en un trabajo multilateral, tanto para proteger los derechos humanos (a escala universal y regional), como para mitigar y adaptar a los países y sus comunidades a un nuevo escenario ambiental. Así, por medio de diversos tratados internacionales multilaterales, regionales y bilaterales, los asuntos del medio ambiente y los derechos humanos han tomado un especial relieve en la agenda internacional. El Acuerdo de París, con 175 signatarios, se ha convertido en el tratado internacional con más Estados parte. Ello se ha visto complementado con tratados sectoriales en materia de medio ambiente o de otra naturaleza pero con inclusión de esta temática. (NALEGACH; ASTROZA, 2020, p. 4)

Segundo Pereira e Beltrão (2007), a comunicação assume um papel de instrumento ou meio de viabilização das ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável. É importante considerar que as estratégias precisam incluir as etapas de planejamento, produção, aplicação, avaliação de estratégias e políticas públicas a partir do estabelecimento de redes interinstitucionais, públicas e privadas, no âmbito da sustentabilidade.

O Brasil anseia por um processo de desenvolvimento com equidade, por políticas de inclusão social, de difusão do conhecimento e de desenvolvimento sustentável. Todos esses temas são abordados de maneira recorrente nas instituições de pesquisa. Esta é uma questão que tem preocupado pessoas das mais distintas áreas do conhecimento, sobretudo aquelas vinculadas ao campo da ciência e da tecnologia. (PEREIRA; BELTRÃO, 2007, p. 5)

Segundo Pereira e Beltrão (2007, p. 5), “as instituições estão buscando viabilizar soluções por meio da popularização da ciência, procurando superar o distanciamento entre esta e a sociedade, que avançou nas últimas décadas, para que haja um crescimento econômico para um processo de inclusão social”. Isso demonstra que o desenvolvimento sustentável depende da ciência – do conhecimento científico e das tecnologias – e da sociedade – dos saberes tradicionais e da cidadania – para que se promova o bem-estar social. Para tanto, faz-se necessário um zelo às políticas públicas que pautam a inclusão social, segurança alimentar, expectativas de mercado e qualidade do meio ambiente.

É preciso, ainda, incorporar nos processos que visam à popularização e à democratização do acesso ao conhecimento científico as questões relacionadas ao cuidado com o meio ambiente. Pois, a incorporação dessa visão pode vir a ser uma oportunidade ímpar no desenvolvimento de novas atividades produtivas e mais sustentáveis. (PEREIRA; BELTRÃO, 2007, p. 6)

Democratizar o conhecimento científico é respeitar o horizonte ético da Constituição Brasileira de 1988, além de construir uma rede, permanente, de debates e ações que auxiliem na manutenção dos investimentos da ciência, diante da sua importância para o desenvolvimento sustentável e para a cidadania e bem-estar da sociedade em geral. A democratização do conhecimento científico deve ser um conceito empregado para promoção da cidadania, do bem-estar social e do desenvolvimento sustentável e é um processo comunicacional que acontece a partir da comunicação científica.

2.2 Comunicação Científica: um caminho para a democratização do conhecimento científico

A democratização do conhecimento científico é um processo conduzido pela comunicação da ciência para os mais diversos grupos da sociedade no intuito de promover uma aproximação da sociedade com o conhecimento científico, especialmente pelo avanço das tecnologias digitais e seus usos no cotidiano. Comunicação científica é um termo que tem sido abordado de maneira mais abrangente na sociedade contemporânea, considerando que a divulgação da ciência não pode partir apenas dos cientistas e divulgadores especializados em determinado conhecimento científico (VOGT, 2006), desconsiderando a liberdade, autonomia e saberes dos demais setores da sociedade.

Segundo Vogt (2006, p. 19), a investigação e o desenvolvimento das ciências e das tecnologias exercem, como nunca, “grande influência no nosso modo de vida e de trabalho, nas nossas concepções de espaço e tempo, nas nossas capacidades de intercâmbio e de comunicação em todo o planeta”. Assim, são necessárias estratégias de liberdade e criatividade nos formatos de comunicação científica para inserir diferentes sujeitos nos processos de comunicação das ciências e das tecnologias e promover uma cultura científica.

Não se pode confundir a comunicação das ciências com ensino. Falar de *comunicação* em lugar de *divulgação* enfatiza uma relação que representa a condição prévia para que se possa considerar o tema dos conteúdos científicos, mais ou menos densos. A tendência recorrente a reduzir o tema da comunicação da ciência a mera transferência de conhecimento não apenas é uma ilusão, mas frequentemente produz o contrário da intenção inicial: aproximar, compartilhar e estimular. A comunicação da ciência não pode se furtar a uma reflexão estratégica com o falaz pretexto de que inclui a palavra mágica “ciência”! (VOGT, 2006, p. 22-23).

A ciência atua como grande influência no cotidiano dos cidadãos, porém não se deve construir um paradigma científico de “imposição” que desconsidera as vontades alheias dos cidadãos e seus saberes populares (VOGT, 2006). A comunicação científica deve ser um processo dialógico que contribua para integrar diferentes grupos sociais tanto no desenvolvimento das atividades científicas quanto na divulgação dos resultados das pesquisas, bem como na formulação de políticas públicas de fomento à cultura científica e percepção pública da ciência.

Em toda relação humana notamos a interação de pelo menos duas vontades. No entanto, não é porque uma delas esteja talvez animada por excelentes intenções, por exemplo, a transmissão de conhecimentos, que a outra se abandona como uma esponja sedenta, à vida por desfazer-se de suas representações preexistentes, seus medos ou seus repúdios. É impossível esquecer que o nível zero da estratégia visa à sobrevivência. Todo ser dotado de vontade própria desenvolve espontaneamente estratégias, eficazes ou não, destinadas à perpetuação de suas condições de existência e além de seu possível aprimoramento. O conhecimento particular e subjetivo que cada um amalha a respeito do mundo representa algo íntimo e essencial. Independentemente de seu valor em si, supor que seja possível transformá-lo com a varinha de condão da comunicação, com o pretexto de que as ciências modernas são as únicas dotadas de validade de explicação e poder, é consequência de uma ilusão totalitária e perigosa, além do mais eficaz! (VOGT, 2006, p. 23).

Comunicar a ciência de maneira eficaz é distanciar-se de uma imposição que determina um modelo linear, no que tange à produção e transmissão dos conhecimentos, e passivo, no que tange à recepção do conhecimento científico pelos cidadãos, no contexto da cultura científica. Segundo Cerezo (2005, p. 356), o desafio se concentra no enriquecimento da conceituação da cultura científica e na contribuição do avanço das novas possibilidades de democratização da gestão e das políticas públicas. Isso sugere uma transformação no paradigma de comunicação científica, que deve ser o mais interativo, dialógico e democrático possível.

Segundo Massarani (2001, p. 35), “as grandes conquistas da ciência constituem um cabedal cultural ao qual toda pessoa deveria ter acesso e a possibilidade de usufruir”. É necessário considerar que o processo de comunicação científica visa valorizar o funcionamento real da ciência e suas descobertas, mas que não deve desprezar os saberes populares que são compartilhados rotineiramente pelos cidadãos. Ainda que a ciência fosse considerada o “elemento cultural predominante em uma sociedade”, qualquer análise de um processo de cultura científica alcançaria resultados distorcidos se não considerar, numa análise profunda, “aspectos locais, históricos ou, ainda, preferencias individuais das pessoas” (MASSARANI, 2001, p. 36).

Nesse contexto, o processo de comunicação científica também deve ser aperfeiçoado considerando os aspectos culturais particulares de determinados grupos da sociedade. As “conferências de consenso ou conferências do cidadão” (MASSARANI, 2001, p. 279) seriam alternativas para participação do público nas questões científicas por meio de diálogos e debates que representariam um instrumento importante de análise “da cultura e do posicionamento das pessoas diante da ciência”.

É preciso lembrar que há quem defenda que não devemos divulgar que existem riscos, incertezas e controvérsias na ciência. Os próprios cientistas, muitas vezes, omitem essas características presentes na ciência por motivos diversos, que vão do ideológico ao político. Um dos argumentos apresentados para essa omissão é que considerariam que a apresentação disso ao público leigo traria elementos de descrédito e poderia fragilizar a importância da pesquisa científica. A nosso ver, aqui está uma diferença marcante entre divulgação científica e *marketing* científico. No último, ‘vendemos’ algo tão caricatural quanto o que é ‘vendido’ na grande imprensa, em desenhos animados, em filmes e até em revistas de divulgação científica que valorizam uma concepção deturpada da ciência. Mesmo se adotássemos essa corrente de ‘vender’ ao público essa imagem distorcida, cor-de-rosa e *hollywoodiana* da ciência – ou então seu oposto igualmente maniqueísta – já teríamos perdido parte da batalha. (MASSARANI, 2001, p. 285).

O conceito de comunicação científica foi constituído, de forma rígida, para determinar uma comunicação entre pessoas especializadas em uma área de conhecimento científico, ou com nível de familiaridade científico considerável. Segundo Bueno (2010, p. 2), esse conceito “diz respeito à transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento”. O entendimento do

público como leigo e passivo relega aos cientistas a necessidade de tradução do conhecimento científico em linguagem mais objetiva, vinculada à lógica dos meios de comunicação de massa, para que o conhecimento científico seja acessível, num processo de divulgação científica.

O público de interesse da comunicação científica mantém percepção nítida das especificidades do método científico e não ignora o fato de que a produção da ciência está respaldada num processo cumulativo, que se refina ao longo do tempo, pela ação daqueles que a protagonizam (pesquisadores / cientistas). Ao mesmo tempo, reconhecem que ela precisa ser validada pela demonstração rigorosa e / ou pela comprovação empírica (BUENO, 2010, p. 2).

Segundo Bueno (2010, p. 3) “a comunicação científica não precisa fazer concessões em termos de codificação do discurso especializado”, o público de interesse tende a ser familiarizado com o “jargão técnico” da ciência e também recorre, por disposição ou capacitação, à instrumentos de aperfeiçoamento da linguagem científica, como cursos, livros e glossários de termos técnicos. Todavia, deve considerar que, com o desenvolvimento das mídias e das políticas culturais na sociedade globalizada, uma parcela do público, considerado leigo e passivo, pode passar a compor o quadro de atores protagonistas (cientistas) nos processos de comunicação científica.

Esa apertura de la ciencia hacia la ciudadanía sería no sólo buena para la democracia sino también buena para la propia ciencia. Permitiría reducir la percepción pública negativa respecto a la ciencia y la resistencia social que muchas iniciativas públicas relacionadas con la ciencia generan con cada vez mayor frecuencia. Y además, permitiría crear oportunidades de aprendizaje, abrir ventanas para enriquecer los puntos de vista y las fuentes de información que competen a muchos complejos problemas abordados hoy por el conocimiento especializado. Aprender participando, en suma, puede enriquecer a la ciencia al igual que a la sociedad (CEREZO, 2005, p. 359).

É possível que os cidadãos exerçam sua cidadania, de maneira autônoma, buscando o conhecimento científico que está disponibilizado em bases acessíveis para interesses particulares, como diagnósticos médicos ou preservação ambiental. Isso porque podem também serem integrantes da cultura científica, incluídos na lógica da sociedade globalizada. Portanto, considera-se aqui a possibilidade de ampliação do conceito de comunicação científica, para além da transmissão de conhecimento entre pares, deixando de ser uma exclusividade de especialistas em determinada área

do conhecimento ao passo que a participação ativa e democrática pode incluir divulgadores e a sociedade no geral.

A democratização do conhecimento científico é um processo que possibilita a inclusão de diferentes setores e grupos sociais nos fluxos que envolvem a produção; a divulgação; a formulação/fiscalização das ações e políticas, públicas e privadas; e a memória da ciência. A comunicação – dos cidadãos comuns; das organizações da sociedade civil; dos veículos de comunicação de massa; dos setores hegemônicos públicos e privados; das redes sociais e plataformas digitais – é fundamental para a divulgação da ciência, e suas tecnologias, que possibilita a construção de uma cultura e, conseqüentemente, uma memória. Comunicar a ciência na sociedade contemporânea deve ser um ato que considere os benefícios da democratização do conhecimento científico para a cultura, a memória e a cidadania.

2.3 Cultura Científica

A “era da cultura” foi denominada por Raymond Williams – a partir da década de 1950 com o surgimento dos Estudos Culturais – como uma marca do tempo presente que determinava o predomínio dos meios de comunicação de massa e o desvio do conflito político e econômico para o cultural (CEVASCO, 2008). Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de cultura começa a se afastar de um paradigma dicotômico ao deixar de ser “posse” de um grupo seletivo, hierárquico e minoritário que determinava o que era a “alta cultura” e o que não passava de “vida ordinária”. No pós-guerra, o conceito de cultura passa a predominar para o uso antropológico, determinando as possibilidades de existência de “modos de vida” distintos na sociedade.

Já na década de 1950, ficou claro para Raymond Williams a necessidade de tomar uma posição sobre a cultura e de intervir no debate para demonstrar as conexões entre as diversas esferas e salvaguardar o conceito para um uso democrático que contribuísse para a mudança social. O ponto de vista da inter-relação entre fenômenos culturais e socioeconômicos e o ímpeto da luta pela transformação do mundo são o impulso inicial de seu projeto intelectual (CEVASCO, 2008, p. 12).

Desde então, segundo Williams, o(s) nosso(s) modo(s) de vida tem sido afetado, profundamente, pelo progresso, pela interação democrática nas Nações e pela extensão das comunicações. Nesse contexto, já na década de 1960, identificou-se um enfraquecimento do projeto coletivo de mudança social, provocado pelas vastas mudanças econômicas e políticas. Isso é resultado das “mudanças na organização social de um mundo conectado pelos meios de comunicação de massa” (CEVASCO, 2008, p. 24). Esse apontamento histórico, oriundo da sociedade inglesa moderna, demonstra que o conceito de cultura tem sentido(s) que acompanha(m) as transformações sociais ao longo da história.

“Viva a diferença” e “abaixo o universalismo” parecem ser as novas palavras de ordem em uma época a que se convencionou chamar pós-moderna, como se tudo tivesse ultrapassado o contemporâneo. Nesse novo momento, a Cultura, com maiúscula, é substituída por culturas no plural. O foco não é mais a conciliação de todos nem a luta por uma cultura em comum, mas as disputas entre as diferentes identidades nacionais, étnicas, sexuais ou regionais (CEVASCO, 2008, p. 24).

Com a globalização, as trajetórias altamente desiguais e variáveis formaram o terreno do antagonismo político e da resistência cultural. A noção de identidade cultural autônoma, naturalmente autoproduzida e idêntica, não poderia ser sustentada, pois está alicerçada num sistema móvel de semelhanças e diferenças com o outro, a cultura diferente. Para Hall (2016), é importante ver o poder e a cultura como uma articulação, num processo que possibilita conexões e que está aberto à contingência, à luta e à mudança.

Importante evidenciar que, existe uma convergência silenciosa das diversas concepções de cultura. A ideia que norteia parte dos estudos sobre cultura, considera que a partir de sua dupla função de orientadora e tradutora de processos comunicativos, materializados em múltiplos sistemas simbólicos, convicções e valores, ela porta-se em constante transformação. As interlocuções teóricas sobre cultura demarcam, transparentemente, uma propensão a entendê-la como uma construção de um saber coletivo produzido por processos cognitivos e comunicativos diferenciados, em função dos quais os indivíduos definem as esferas que são denominadas de realidade (PORTO, 2011, p. 97).

Na sociedade contemporânea a relação entre cultura, comunicação e ciência é estreitada pela expansão da lógica da globalização. Segundo Porto (2011, p. 104), “o mundo contemporâneo, globalizado, fala a linguagem da ciência em aspectos

diversos”. É nítido o crescimento do contato diário dos cidadãos com a ciência e suas tecnologias no âmbito da saúde, qualidade de vida, preservação do meio ambiente etc. A cultura científica é um processo que envolve atores com competências culturais distintas. Afinal, “os públicos da ciência e da tecnologia não representam folhas em branco. São, na verdade, dotados de um repertório cultural, que influenciam todo e qualquer processo de aprendizagem” (PORTO, 2011, p. 109).

A cultura científica é uma marca da sociedade “globalizada” que se consolidou a partir do desenvolvimento e difusão da ciência e de suas tecnologias. As culturas, na sociedade contemporânea, estão sendo influenciadas e transformadas, cada vez mais, pelas descobertas científicas. O termo cultura científica (VOGT, 2006) é o mais adequado para reforçar a intensificação de temas relacionados à ciência e às tecnologias no dia-a-dia da sociedade e o quanto essa dinâmica “científica” influencia nas culturas contemporâneas, seus hábitos, costumes e posicionamentos socioeconômicos e políticos.

Melhor do que alfabetização científica (tradução para *scientific literacy*), popularização/vulgarização da ciência (tradução para *popularization/vulgarization* de la science), percepção/compreensão pública da ciência (tradução para *public understanding/awareness of science*), a expressão cultura científica tem a vantagem de englobar tudo isso e conter ainda, em seu campo de significações, a idéia de que o processo que envolve o desenvolvimento científico é um processo cultural, quer seja ele considerado do ponto de vista de sua produção, de sua difusão entre pares ou na dinâmica social do ensino e da educação, ou ainda, do ponto de vista de sua divulgação na sociedade, como um todo, para o estabelecimento das relações críticas necessárias entre o cidadão e os valores culturais de seu tempo e de sua história (VOGT, 2006, p. 24-25).

O governo deixa de investir nas pesquisas e na implementação das políticas para promoção da ciência quando não compreende que as descobertas científicas mais colaboram para o progresso da sociedade do que representam um prejuízo de gastos. Os cientistas podem ver o processo de comunicação da ciência – para pares, governantes e população – limitado ou interrompido quando as verbas e investimentos para as pesquisas científicas são diminuídas ou cortadas pelo Governo.

A população tende a se afastar da defesa da ciência quando as pesquisas não são realizadas e ou divulgadas para se aproximar de correntes de anticiência ou irracionalismo, que “questiona a própria função do conhecimento em nossa cultura”

(VOGT, 2006, p. 30). Isso traz um panorama dos, muitos, desafios que interferem na consolidação da cultura científica na sociedade.

Defender a idéia de que a ciência deve voltar a ocupar seu lugar no cerne da cultura e que, para tanto, deve encarar sua história, poderá nos expor à acusação de sermos passadistas. Entretanto, ter um profundo interesse pelo passado não significa necessariamente uma postura nostálgica, ao contrário. Se quisermos tomar novas iniciativas, com novos objetivos, precisaremos adquirir um conhecimento mais profundo da nossa história. Lembremos de um caso emblemático: por volta do final do século XVIII, bem no meio da nova revolução científica que envolvia a química, seus principais protagonistas tiveram de reconsiderar a história de sua própria disciplina. Não há nada de saudosista nesse interesse pela história. Ao contrário, ele expressa um desejo de fazer o inventário da situação, de compreender em que ponto nos encontramos a fim de avançarmos com maior lucidez (VOGT, 2006, p. 42).

As lideranças políticas e científicas precisam permanecer em compartilhamento “de poder” e de diálogo com a população, da maneira mais democrática possível, sobre a ciência, para que uma “percepção pública da ciência” se fortaleça e assim ocorra uma compreensão da importância da ciência pela sociedade e isso estimule sua defesa – especialmente por grande parte da população –, nesse processo de cultura científica.

Vale salientar que a difusão da cultura científica não deve ser eficaz se considerarmos que a sua lógica transcorra de transmissão “ativa” de cientistas para recepção “passiva” da população. “O problema está na (re)inserção da ciência na cultura, e isso requer uma profunda mudança do próprio modo de fazer ciência” (VOGT, 2006, p.31). Isso sugere o fim do modelo linear da produção da ciência e mudanças na falta de qualificação profissional de cientistas; na perda de relevância das descobertas e publicações científicas, frente aos problemas mais urgentes da população; além da cessão nas “brigas e declarações hostis” entre lideranças de áreas de conhecimento científico distintas, especialmente sobre as metodologias e resultados das pesquisas.

Ahora bien, la ciencia y la tecnología no sólo se han convertido en las últimas décadas en un asunto público de primera magnitud sino que también han sufrido un proceso de politización explícita (debido, entre otras cosas, a la visibilidad de los impactos negativos para la salud y el medio ambiente). Este es un fenómeno relativamente reciente, pues tradicionalmente la ciencia y la tecnología eran consideradas actividades al margen de la esfera política, aunque motor de modernización social. Esta situación ha llevado a la ciencia y la tecnología al centro de la arena pública, haciéndola objeto del debate político y el conflicto social (CEREZO, 2005, p. 353).

A expansão da cultura científica tende a ser uma característica preponderante na sociedade contemporânea, pelos efeitos da globalização. Esse aspecto reforça um esforço científico para o modelo, eficiente, de “tecnociência”, em que a eficiência prática, da ciência, seja sobreposta à sua dimensão intelectual. A perspectiva “é mudar a ciência de forma que ela possa finalmente diluir-se na democracia” (VOGT, 2006, p. 43). Para tanto, um bom começo é pensar e agir quanto ao (re)direcionamento do público, por muito tempo considerado apenas passivo e leigo, frente a ciência, com o intuito de transformar, positivamente, a compreensão e o posicionamento da população quanto à natureza da atividade científica e aos resultados da pesquisa científica, numa condução pautada na ética e no interesse público.

Sin embargo, in comunicación social de la ciencia es imposible alcanzar cultura científica. La necesidad de acrecentar esta cultura científica en la sociedade se vincula en los días actuales a la gobernanza. En el caso de la ciencia, este concepto aparece relacionado a la toma de decisiones sobre la orientación pública de la actividad científica, basada en la deliberación. Tal como plantea B. Estévez (2008:17) el principal supuesto de la gobernanza deliberativa es que las políticas de ciencia y tecnología son resultado de un intercambio entre comunidade científica y público, que trascienden el papel tradicional del ciudadano como simple receptor de los resultados de tales políticas (FERRER; LÉON, 2008, online).

A cultura científica já é um processo estimulado pelos próprios cidadãos, quando se considera o crescimento da inserção da população na lógica da sociedade globalizada. “La democracia actual exige relaciones dialógicas y eso significa que el ciudadano más que oídos también tiene cosas que decir y que sus preguntas poseen un valor de primer orden” (FERRER; LÉON, 2008, online).

Uma pessoa inserida na cultura científica pode ter acesso às informações científicas e, para além disso, deve desenvolver uma capacidade de análise e contextualização do conhecimento científico para que compreenda, de maneira eficaz, a sua essência e seu sentido na sociedade. Segundo Ferrer e Léon (2008), a cultura científica é constituída pela maneira como os cidadãos se relacionam com a atividade científica. Nesse contexto, o conhecimento científico deve produzido e compartilhado para sanar dúvidas dos cidadãos e problemas cotidianos para que a cultura científica seja mais eficaz e democrática.

El verdadero puente entre la ciencia y la sociedad, se construye en la medida que los científicos asumen la cultura ciudadana, más que en la medida que los ciudadanos asuman la cultura científica. Esto es, cuando dejan de lado la pretensión de superioridade, cuando rompen la insularidad y cuando su actividad se orienta em función de valores profundamente humanos. Esto implica opciones y elecciones cotidianas (ALBORNOZ, 2014, p. 75).

O papel de cientistas para o desenvolvimento da cultura científica é muito importante, visto que, além da própria atividade científica e comunicação da ciência, muitos deles podem atuar na gestão pública e contribuir para formulação e articulação de políticas direcionadas ao fomento da cultura científica nacional e internacional.

Ao analisar diferentes formulações históricas sobre a cultura científica, a partir do posicionamento de quatro cientistas que também tiveram destaque na gestão pública, Fonseca e Oliveira (2015) concluem que uma preocupação comum no posicionamento de Miguel Ozorio de Almeida, Anízio Teixeira, Maurício Rocha e Silva e de Carlos Vogt é a de envolver o público, mesmo com posições distintas, no processo de cultura científica.

A cultura científica será mais eficaz a partir da inclusão de grande parcela da população nos processos decisivos de comunicação da ciência. Isso será possível quando os modelos de “experiência leiga” e de “participação pública” (CALDAS, 2011) forem mais aceitos, promovidos e implementados pelas lideranças políticas e científicas na sociedade contemporânea.

Segundo CALDAS (2011, p. 22), a discussão sobre a comunicação científica criou uma corrente analítica de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) que visa “democratizar o conhecimento acerca das relações entre ciência, tecnologia e sociedade”. Essa nova corrente se aproxima de “uma racionalidade aberta, pluralista e de sentido crítico” (CACHAPUZ, 2016, p. 7), mais sensível para novas relações entre o ser o saber, como a convocação dialógica de matrizes e racionalidades, como no âmbito científico, social e cultural. Nesse contexto, a comunicação científica não deve se restringir quanto à racionalidade, positivista, científica.

2.4 Memória coletiva, cultural e institucional

A memória é construída como resultado das lembranças “comuns” compartilhadas que superam o esquecimento de fatos vivenciados no passado ou por meio do conhecimento de relatos sobre um passado recente. A memória (HALBWACHS, 1990) se constrói, se mantém viva e ou se expande a partir de um elo de compartilhamento de signos, símbolos, documentos/monumentos, com o sentido de pertencimento comum e ou consensual, entre uma coletividade.

A construção de memória é um processo complexo diante dos enfrentamentos, entre lembranças e esquecimentos, nos âmbitos individual e coletivo. Para HALBWACHS (1990), a memória só é concebida, individualmente ou não, por meio do ato de lembrar e do reconhecimento de lembranças. Entretanto, a memória tende a conservar-se diante do compartilhamento de lembranças coletivas, consentidas por um grupo local ou global.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

A memória coletiva é um reconhecimento de lembranças que são reconstruídas por um elo entre diferentes pessoas de um grupo. A construção e a manutenção da memória coletiva só é possível pelo suporte de um grupo de pessoas que consentem sobre os fatos do passado que são lembrados, pela consciência individual ou pela influência coletiva. A partir de uma “massa” de lembranças comuns, não idêntica para cada pessoa do grupo, que a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato.

Segundo Halbwachs (1990, p. 51): “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com

outros meios”. Nesse contexto, pode-se considerar que deve prevalecer um instrumento em comum de “lembrança”, ainda que não seja enxergado e aproveitado do mesmo modo por cada pessoa do grupo.

A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo (HALBWACHS, 1990, p. 88).

A cultura e a memória estão entrelaçadas para manutenção das identidades coletivas. Um aprofundamento do conceito de memória foi proposto por Assmann (2016) – a partir da conceituação de memória coletiva por Halbwachs – que dividiu o conceito de memória coletiva entre memória comunicativa e memória cultural. Ao insistir na inclusão da esfera cultural no estudo da memória, o autor não propôs a substituição do conceito de memória coletiva pelo de memória cultural, mas sim caracterizou ambos os conceitos como representações distintas de memória, ou seja, ambas formas operam como “modos de lembrar”.

Segundo Assmann (2016, p. 119), a memória cultural se constitui como um tipo de instituição, visto que “é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentem à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra”.

Nesse contexto, observa-se uma diferenciação nos conceitos de memória comunicativa (mais oral e instáveis) e de memória cultural (mais objetiva e estáveis). Essa consideração reforça a importância da cultura para preservação da memória, já que é definida por muitos autores, como HALL (2016), como um sistema humano, complexo, de interação com objetos, símbolos e significados.

Com respeito a coisas, tal como a famosa madeleine de Marcel Proust, ou artefatos, objetos, aniversários, festas, ícones, símbolos ou paisagens, o termo “memória” não é uma metáfora, mas uma metonímia baseada no contato material entre uma mente que lembra e um objeto que faz lembrar. Coisas não “têm” uma memória própria, mas podem nos lembrar, podem desencadear nossa memória, porque carregam as memórias de que as investimos, coisas tais como louças, festas, ritos, imagens, histórias e outros textos, paisagens e outros “lieux de mémoire”. No nível social, com respeito

a grupos e sociedades, o papel dos símbolos externos se torna cada vez mais importante, porque grupos que, é claro, não “têm” uma memória tendem a “fazê-la” por meio de coisas que funcionam como lembranças, tais como monumentos, museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições mnemônicas. Isso é o que nós chamamos de memória cultural (ASSMANN, 2006). Para ser capaz de ser recorporificada na sequência das gerações, a memória cultural diferentemente da memória comunicativa, existe também em forma não corporificada e requer instituições de preservação e recorporificação (ASSMANN, 2016, p.119).

A questão da memória sempre será movida pela problemática da durabilidade dos vínculos e estrutura sociais, diante da lógica de que uma mudança de quadros pode ocasionar um esquecimento individual e ou coletivo. Segundo Assmann (2016, p. 121), a memória cultural não ocorre uma preservação plena do passado, visto que ela é “baseada em pontos fixos do passado”. Nesse contexto, considera-se que a memória cultural é estabelecida pela lembrança de símbolos do passado que são representados e reencenados no presente, em mudança contínua, de forma oral e ou escrita num modo de transição. Vale ressaltar que a sociedade estruturada em instituições tende a transmitir suas memórias por meio de especialistas (ASSMANN, 2016).

A memória que é constituída pelas instituições – a memória institucional – visa, primeiramente, a manutenção da imagem corporativa; a criação de valor institucional; e a redução de danos à imagem institucional (BARBOSA, 2014). Construir a memória institucional é, na verdade, criar mecanismos de identificação coletiva no presente e de defesa dos símbolos, significados e valores que são integrados à história da instituição. A memória institucional precisa estar alicerçada nos valores fundamentais da instituição para que se produza um discurso organizacional.

Ao construir sua memória, as instituições escolhem, estrategicamente, elementos que represente a relevância dos objetos e símbolos e das relações organizacionais, de predominância positiva. Dessa maneira passa a ser mais fácil promover o conhecimento, a preservação e a utilização estratégica da memória institucional. A construção de memória institucional revela uma responsabilidade histórica da organização que traz vestígios de um legado para a sociedade e “abre caminhos para a questão do pertencimento”, individual e ou coletivo (BARBOSA, 2014).

Resgatar a memória passou a ser um fator relevante para as organizações, em razão de não constituir somente um simples registro da história, mas um programa que envolve objetivos, justificativas e um cronograma que permite um planejamento adequado e contínuo. Dessa forma, seu papel é construir um futuro, por meio do passado e da atualidade, nos quais a identificação da cultura organizacional e do fortalecimento da(s) identidade(s) serão os fatores predominantes (BARBOSA, 2014, p. 128)

A memória institucional é um processo estratégico e, por isso, é uma construção a partir de um conjunto de ações movidas pela política organizacional. Cada instituição determina aspectos centrais para consolidação da sua memória de acordo com os interesses coletivos, e individuais, predominantes na instituição. Isso demonstra que os objetos, os símbolos e a natureza das (rel)ações construtores de memória devem variar diante das particularidades de cada instituição no processo de memória institucional.

Compreende-se ações de memória não apenas como mecanismos para reconhecer, documentar, reforçar e celebrar traços identitários, mas também como uma oportunidade para que a instituição possa refletir e pensar criticamente a respeito de sua própria trajetória, nos mais diversos contextos. A pluralidade e a complexidade da Fiocruz, ao mesmo tempo em que constituem desafios, propiciam condições para várias formas de interação. O intuito, portanto, é fortalecer e ampliar uma cultura de preservação, valorização e circulação de experiências e conhecimentos gerados no ambiente institucional e por ele propiciados, e criar condições para que os desejos de memória nas diversas unidades da Fiocruz possam aflorar apoiados e orientados por uma política compartilhada e de caráter integrador (FIOCRUZ, 2020, p. 11).

A Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) é uma instituição de pesquisa científica brasileira considerada uma das mais consolidadas e reconhecidas na América Latina. A instituição criou uma Política de Memória Institucional e considera que uma política de memória deve também centralizar-se no reconhecimento e no diálogo “com as diferentes políticas, programas e ações institucionais já formuladas ou em curso” (FIOCRUZ, 2020, p.11).

Por ser uma instituição que predomina valores da ciência, a FIOCRUZ visa construir e consolidar sua memória institucional dando ênfase as áreas de preservação do patrimônio; gestão de documentos; acesso à informação e ao conhecimento; e de comunicação e divulgação científica. Nesse contexto, cabe considerar que a memória institucional da FIOCRUZ está relacionada com a memória científica. Propositamente, isso também acontece com as demais instituições

integrantes de uma cultura científica, marcada pela produção, transmissão e democratização de conhecimento científico.

A memória científica é construída a partir das ações e relações provenientes do fazer científico, incluindo os objetos de laboratórios, as documentações das atividades de pesquisa, os arquivos pessoais de cientistas etc. Segundo Brito (2003), a memória científica encontra-se nas instituições em que as ações, científicas, de ensino, planejamento, administração, financiamento, exposição, difusão e acesso estabelecem e consolidam relações científicas.

A autora ainda considera que os cientistas são protagonistas para o processo de memória científica, além de, parcialmente, serem, “responsáveis pela situação e futura do panorama arquivístico/informacional da instituição” (BRITO, 2003, p. 3). Todavia, a sociedade contemporânea tem motivação na democratização do conhecimento científico, possibilitando que diferentes grupos sociais tenham acesso às informações científicas e ou participem ativamente das produções e decisões científicas.

[...] a memória científica é construída coletivamente, por meio das relações sociais que fazem parte do contexto da produção da ciência. Essas relações podem estar vinculadas aos grupos de pesquisa, de forma específica e bem localizada, a uma determinada comunidade acadêmica, ou mesmo à comunidade científica como um todo. Quem participa dessas relações são os diferentes atores que vivenciam o contexto da produção científica, por exemplo, pesquisadores, técnicos, funcionários da universidade, estudantes, o público-alvo que eventualmente tenha participado de uma coleta de dados, autoridades acadêmicas, entre outras. De modo geral, seria uma redução supor que apenas os cientistas participam da construção da ciência, e consequentemente, da construção da memória da ciência (DO PRADO, 2019, p. 49).

É preciso compreender que o desenvolvimento da ciência é uma marca da sociedade globalizada e, por isso, influencia fortemente as culturas contemporâneas. Pensar na construção de memória científica é lembrar de ações, e relações, das instituições científicas. Isso reflete nas relações estabelecidas, teoricamente, entre os conceitos de memória científica e memória institucional que “ora se confundem ora se assemelham” (DO PRADO, 2019). A memória científica reforça a importância da cultura científica para que as sociedades contemporâneas conheçam, vivenciem, defendam e (re)lembrem a ciência e suas tecnologias, como reflexo das relações positivas que predominam no processo de cultura científica.

2.5 Memória do Tamar: Breve histórico de responsabilidade socioambiental

A cultura que envolve o Projeto Tamar é marcada pela integração entre os valores científicos oriundos das pesquisas realizadas para defesa das tartarugas marinhas; e os saberes tradicionais cultivados pelos moradores das localidades em que as ações do Projeto Tamar se desenvolve no litoral brasileiro. Nesse sentido, pensar a memória do Projeto TAMAR é integrar elementos da cultura e da ciência por um processo comunicacional que fortalece valores consentidos individual e coletivamente.

O histórico de responsabilidade socioambiental do Projeto TAMAR também é refletido a partir de premiações recebidas em reconhecimento do trabalho de pesquisa aplicada, da comunicação científica, da mobilização social e da educação ambiental. No site do TAMAR encontra-se uma lista com 17 prêmios³ recebidos pelo Projeto, entre os anos de 1994 e 2020, em âmbito nacional e internacional.

Tabela 1: Lista de prêmios recebidos e divulgados pelo Projeto TAMAR

Ano de Premiação	Nome/Tipo da Premiação
1994	Prêmio Science for Conservation
1996	Ordem do Mérito da Fraternidade Ecumênica
	Prêmio Muriqui
	Troféu Axé
1997	J. Paul Getty
1998	Heroes of the Planet
2002	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
	Ateneu
2003	Ecoturismo
	Ernest Young
	Honra ao Mérito CRB
	Náutica
	Spirit de Excelência Náutica

³ O modelo de conservação adotado deu ao Projeto Tamar e sua equipe de pesquisadores prestígio e reconhecimento, no Brasil e no exterior, e vários prêmios. <<https://tamar.org.br/interna.php?cod=78>>

	UNESCO
2004	Prêmio Top de Qualidade
2018	STS Lifetime Achievement Award
2020	Selo Social ODS

Fonte: Elaborado pelo Autor, a partir das informações do site do Projeto Tamar (2023).

A memória do Projeto TAMAR também é construída por elementos, objetos e ações da biologia da conservação. A biologia da conservação é uma ciência multidisciplinar que visa o tratamento das sérias ameaças emergentes à diversidade biológica. No Brasil, o desafio se encontra na extensão grandiosa da área territorial; na riqueza quantitativa de espécies; e, conseqüentemente, nos poucos recursos para conservá-las. Segundo Rodrigues (2002, p. 264), “conservar espécies no Brasil significa lidar com áreas extensas, muitas espécies, poucos recursos e um grande número de pessoas sem a nutrição e educação e saúde, que freqüentemente se reflete em mais problemas de conservação”.

A conservação no Brasil é uma alternativa mais positiva diante de problemas tão perigosos à extinção das espécies, como a degradação e restauração. A conservação de espécies ameaçadas de extinção deve ser uma alternativa combinada com soluções originadas em diferentes situações, principalmente ao considerar as especificidades culturais de cada localidade. Segundo Rodrigues (2002, p. 264) “os biólogos de conservação devem determinar a estabilidade das populações em determinadas circunstâncias, a fim de preservar as espécies nas condições impostas pela ação do homem”.

Um grande exemplo de programa de conservação de espécies, é o projeto TAMAR Tartarugas Marinhas, que nasceu com o propósito de conhecer quais espécies ocorriam no litoral brasileiro, e hoje possui 21 bases no litoral brasileiro, onde a conservação das tartarugas é realizada por meio de um trabalho além de biológico, também econômico e social. (RODRIGUES, 2002, p. 264)

Em meados da década de 1970 ainda eram desconhecidas como acontecia o ciclo de vida das tartarugas marinhas e, conseqüentemente, as ameaças à extinção das espécies no Brasil, visto que não existia nenhum programa de conservação marinha no país. Nesse contexto, era uma prática costumeira de pescadores e caiçaras o consumo dos ovos e a matança de tartarugas marinhas no litoral brasileiro.

Após uma expedição ao Atol das Rocas em 1997, estudantes do curso de Ocenografia e Biologia da FURG fundaram o Projeto Tartarugas Marinhas (TAMAR) em 1980 para enfrentar a ameaça de extinção das espécies brasileiras.

A partir da diagnose inicial, em 1982 o projeto TAMAR passou a proteger três locais principais de desova: Praia dos Comboios (Espírito Santo), Praia do Forte (Bahia) e Pirambu (Sergipe). Hoje o projeto TAMAR protege 1.100 km de costas, divididos em 21 estações (Figura 6). Em 1999, 8.000 ninhos foram protegidos, envolvendo aproximadamente 360.000 filhotes de tartaruga. Setenta por cento desses ninhos foram mantidos "in-situ", ou seja, na própria areia da praia, evitando assim possíveis alterações na taxa de sexo das espécies. (RODRIGUES, 2002, p. 269)

A conservação das espécies de tartarugas marinhas no litoral brasileiro não seria viabilizada sem uma mudança na cultura de pesca com a inserção de outras alternativas para a subsistência de pescadores e caiçaras. Além disso, a continuidade das pesquisas realizadas pelo Projeto favoreceu a produção de conhecimento científico para ser disponibilizado para a sociedade, como uma possibilidade de sensibilização à causa ambiental das tartarugas marinhas.

Na segunda década de trabalho, com os resultados da coleta de dados, a maior integração e conscientização das comunidades, o desenvolvimento de novas técnicas de pesquisa e conservação, aumentou a quantidade de ninhos e filhotes protegidos. O Tamar ampliou suas ações para as áreas marinhas, onde os animais passam mais de 90% de seu ciclo de vida se alimentando, desenvolvendo e deslocando. (MARCOVALDI, 2014, p. 14)

Desde 1995, o Programa Tamarzinhos acolhe e forma crianças e adolescentes, da comunidade de Praia do Forte em Mata de São João-BA, com a educação ambiental para preservação das tartarugas marinhas. Após um curso de introdução à conservação marinha, alguns são selecionados para permanecerem no Programa durante um ano e saem diplomados como protetores das tartarugas marinhas. A pedagoga Mariucha da Luz é a coordenadora do Programa⁴ e tem na trajetória a referência de ter participado da primeira turma do programa.

O Projeto TAMAR consolidou-se com uma construção de estratégias que beneficiassem às tartarugas marinhas; às comunidades da área litorânea; e os

⁴ Muitas crianças que passaram pelo programa, cresceram, se qualificaram e hoje trabalham em prol da conservação do meio ambiente dentro e fora da Fundação Projeto Tamar.

<<https://tamar.org.br/interna.php?cod=407>>

cidadãos que pudessem integrar a causa ambiental, cidadã e social. As ações de educação ambiental também fortaleceram e ampliaram as redes de proteção das tartarugas marinhas.

Recentemente o projeto também tem se preocupado com os moradores das grandes cidades. Apesar de não estarem envolvidos direta-mente com o problema, são os moradores das grandes cidades que divulgam o projeto, levando o conceito de conservação ao país como um todo. Estão sendo oferecidos estágios para universitários e programas voltados para visitação turística. Meses após voltar da praia, onde visitaram um desses programas, Yasmin (6 anos) e Arthur (9 anos), paulistanos, espontaneamente fizeram cinco esculturas de tartarugas em sua escola, o mesmo número de espécies que existe no Brasil. As tartarugas marinhas certamente terão um espaço no futuro mundo de Yasmin e Arthur. (RODRIGUES, 2002, p. 270)

Nesse contexto, um sentimento de pertencimento das crianças/adolescentes com a causa ambiental de proteção das tartarugas marinhas não é estabelecido apenas com a experiência de educação ambiental. A representação social de uma causa ambiental nos meios de comunicação de massa e nas produções audiovisuais também corroboram para o pertencimento da sociedade à causa. O desenho/seriado infantil “*Caillou*” – produzido pela televisão canadense, inspirado nos livros franceses escritos por Christine L’Heureux – traz a temática das tartarugas marinhas no episódio “*Out of the woods/Excursão na floresta*”, sendo produzido em sua terceira temporada no ano de 1999.

O personagem, principal, Caio (“*Caillou*”) se encanta com uma pedra “cascuda” e quando descobre estava enganado e, na verdade, se trata de uma tartaruga marinha pergunta a professora se pode leva-la para casa. Caio escuta sua professora que a casa da tartaruga é ali perto da areia e da água e coloca-a de volta para a água se despedindo com um “tchau” e “até a próxima vez”. Logo após, Caio está em casa e se esconde em no cesto de roupa dizendo para sua mãe que é uma tartaruga e ali dentro era sua nova casa. A experiência com a educação ambiental e com as representações sociais nos meios de comunicação de massa podem promover uma adesão às causas ambientais, também de forma permanente. Vale ressaltar que “*Caillou*” foi exibido na grade de programação do canal público PBS Kids, nos EUA, por 20 anos, além de ter exibição nas emissoras brasileiras de televisão TV Globo e TV Cultura.

Em 2004, a novela “Da cor do pecado”, de autoria de João Emanuel Carneiro, foi exibida na Rede Globo de Televisão, entre 185 capítulos, e contou com a participação de uma personagem, em 5 capítulos, que representava o Projeto Tamar. Em uma reportagem, identificada como “Da Redação”, publicada no dia 7 de setembro de 2004 na Folha de São Paulo⁵, a ideia da representação do Projeto Tamar através da personagem Júlia, interpretada pela atriz Carolina Dieckmann, era uma tentativa da Petrobras – estatal que patrocinou o Projeto Tamar de 1983 até 2021 – de vincular o nome, os produtos e apoios da Estatal com *merchandising* na produção.

A bióloga contracena na trama com o intuito de fazer uma coleta para sua tese sobre o ecossistema das tartarugas marinhas; e, nesse interino, se relacionar com um dos protagonistas da novela. As cenas mostraram o envolvimento da personagem com personagens, surfistas e pescadores, no cenário litorâneo – local onde a Estatal realiza boa parte de suas ações. No episódio de despedida, a personagem dá uma palestra para os pescadores com o objetivo de conscientizar para a necessidade de preservação das tartarugas marinhas e indica outras possibilidades de pesca para subsistência. A novela já foi reprisada na TV Globo e no Canal Viva, além de ter sido vendida para exibição em 100 países.

As ações de pesquisa sobre as tartarugas marinhas trouxeram uma resposta biológica na terceira década do Projeto TAMAR. A avaliação dos resultados de pesquisa sobre a conservação das tartarugas marinhas, através do número de ninhos nas praias monitoradas na Bahia e em Sergipe, pelo Projeto, comprovaram o início da recuperação de 3 espécies de tartarugas marinhas. Segundo Marcovaldi (2014, p. 12), “dados indicam que, entre 2004 e 2011, o crescimento anual no número de ninhos de tartaruga-oliva foi de 12,3%, de tartaruga-de-pente foi de 5,7% e de tartaruga-cabeçuda foi de 4,6%”. Além disso, “um recrutamento natural se iniciou, e nos últimos cinco anos o crescimento ultrapassou qualquer expectativa, por mais otimista que fosse” (Marcovaldi, 2014, p. 14). Resultados que demonstram a responsabilidade e o comprometimento com a pesquisa aplicada que deve ampliar benefícios para a conservação das espécies de tartarugas marinhas no litoral brasileiro.

⁵ Estatal testa parceria em "Da Cor do Pecado". Da Redação. Folha de São Paulo, Ilustrada. São Paulo, domingo, 07 de março de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0703200425.htm>>.

Em 2019, o Projeto TAMAR e a Nescau firmaram uma parceria para uma campanha de preservação do meio ambiente, com substituição dos canudos de plásticos por canudos de papel, como parte do movimento #JogaJunto. A campanha se baseia na conscientização de consumidores da Nescau sobre a importância do descarte correto das embalagens e também na diminuição da quantidade de plástico presente nos produtos Nescau. Logo, a marca do Projeto TAMAR também estará presente nos produtos, especialmente nas embalagens de “Nescau Prontinho”.

A Nescau é uma linha de produtos da Nestlé e segue o direcionamento geral da empresa que visa tornar 100% de suas embalagens recicláveis e reutilizáveis até 2025. A comunicação da campanha⁶ lançou o movimento #jogapradentro para que os canudos sejam colocados dentro da embalagem após o consumo do produto. Assim, promove uma conscientização sobre a importância dos materiais das embalagens não terminarem como resíduos degradantes, inclusive em mares, oceanos e rios. A campanha também fortalece a missão do Projeto TAMAR na busca de parcerias que colaborem para sua causa ambiental e, conseqüentemente, com seu histórico de responsabilidade socioambiental.

Figura 1: Relatório sobre desova das tartarugas nas quatro décadas de Projeto Tamar



Fonte: Site do Projeto Tamar (2023), extraído do Sistema de Informação das Tartarugas Marinhas (SITAMAR)

⁶ Além do apoio financeiro aos projetos já existente do TAMAR, a marca trabalhará em conjunto com a instituição para criar novas ações e campanhas de conscientização e preservação do meio ambiente. <<http://www.tamar.org.br/noticia1.php?cod=900>>

O histórico de responsabilidade socioambiental está na memória do Projeto TAMAR, mediante as ações de conservação das tartarugas marinhas; de empreendedorismo e ecoturismo para subsistência das comunidades locais; de educação ambiental e comunicação científica para promoção da cidadania e fortalecimento da causa ambiental. Os aspectos culturais, sociais e ambientais valorizados pelo Projeto TAMAR foram divulgados em diversas fontes midiáticas e veículos de comunicação de massa. Após quatro décadas de (mobiliz)ações em prol da preservação das tartarugas marinhas e da vida marinha, o Projeto TAMAR segue consolidando o seu histórico de responsabilidade socioambiental.

3 INFORMAÇÃO E CIDADANIA NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

Neste capítulo são apresentados os conceitos que contribuem para o entendimento da estrutura comunicacional do Projeto Tamar. A sociedade contemporânea é marcada pelo processo de globalização que configura a expansão e consolidação de sistemas econômicos aliados a atores hegemônicos com o suporte de sistemas técnico-informacionais em escala global. Assim sendo, falar de globalização é apresentar um contexto em que o acesso à informação influencia para o exercício da cidadania, especialmente a partir das ações estratégicas do Projeto TAMAR. No item “Comunicação, globalização e informação” apresenta-se elementos do desenvolvimento da sociedade pelas tecnologias em escala global e das dinâmicas complexas do compartilhamento de tecnologias entre os âmbitos global e local. No item “Informação para o exercício da cidadania” apresenta-se instrumentos fundamentais para os cidadãos garantirem direitos, deveres, cidadania – como a Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011). O item “Estrutura comunicacional do Projeto TAMAR” apresenta uma estratégia que pode contribuir para o exercício da cidadania, especialmente no que tange os direitos e deveres no âmbito ambiental. Finalmente, o item “TV TAMAR: um instrumento de informação para a cidadania” apresenta aspectos da televisão e da TV TAMAR que colaboram para uma comunicação direcionada à cidadania.

3.1 Comunicação, globalização e informação

A sociedade contemporânea deve ser entendida pelo processo de globalização que envolve a dinâmica da conjunção da ciência, tecnologia e do mercado global que interferem na questão ecológica (SANTOS, 2006), visto que as mudanças que ocorrem na natureza, e a própria crise ambiental, estão subordinadas a essa conjunção. Desde a década de 1970, com o processo de globalização no sistema capitalista, a técnica (e seus objetos) está integrada à ciência (e suas tecnologias) por meio de um processo informacional. Nesse sentido, o espaço geográfico e as relações humanas, no mundo atual, se configuram como um meio “técnico, científico e informacional” que refletem a conjunção da tecnosfera e da psicosfera.

Ao mesmo tempo que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicosfera.

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, 2006, p. 172)

A informação é um recurso valioso no processo de globalização, pois o conhecimento do uso da melhor técnica, em escala global, define os atores hegemônicos que atuam, em rede, com maior poder de decisão para o desenvolvimento de objetos e, até mesmo, “aperfeiçoamento” das relações humanas. A dinâmica de comunicação está associada a essa lógica global que instaura a tecnosfera e a psicosfera – uma redutível a outra – no cotidiano da sociedade globalizada. Enquanto a psicosfera é a esfera da ação, a tecnosfera é o mundo dos objetos que, naturais ou artificiais, são híbridos (SANTOS, 2006), visto que sem as ações os objetos não têm existência real e valorativa.

Assim cada lugar, cada subespaço, tanto se define por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. De resto, é assim que os subespaços existem e se diferenciam um dos outros. Os espaços da globalização apresentam de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional. Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, atributos que se interpenetram e cuja fusão os caracteriza e distingue. (SANTOS, 2006, p. 173)

A dinâmica contemporânea apresenta-se pelo mercado global e pelo avanço técnico das telecomunicações. Esse avanço possibilitou o desenvolvimento de uma rede comunicacional pautada em mediações com interatividade e multimídia, especialmente por meio da midiatização. Logo, a comunicação de massa – estritamente unidirecional, verticalizada e centralizada – deixa de ser a única e preponderante rede comunicacional observada nas mediações e redes promovidas pela globalização.

As novas tecnologias estavam sendo desenvolvidas de acordo com os interesses econômicos do sistema capitalista. Segundo SODRÉ (2002, p. 11), o desenvolvimento das novas tecnologias está apoiado e coincide com a extraordinária

aceleração da expansão do capital, ou seja, o “turbocapitalismo”. Esse processo de globalização dissemina uma ideologia de poderes universais de uniformização do sistema produtivo, assim como das novas tecnologias.

Esse discurso é possível quando se considera que até o mundo rural pode desenvolver técnicas artificiais (SANTOS, 2006) que estavam reservadas às grandes cidades industriais. Entretanto, deve-se salientar que a característica de “poder universal de uniformização” conforma decisões impositivas restritas para expansão do capital, mediante a manutenção de atores hegemônicos.

Na realidade, esta última característica é mais postulado do que fato, uma vez que a globalização mostra-se claramente regional (os investimentos concentram-se em determinadas regiões do mundo) no seu modo de ação. Global mesmo é a medida da velocidade de deslocamentos de capitais e informações, tornados possíveis pelas teletecnologias – globalização é, portanto, um outro nome para “teledistribuição” mundial de pessoas e coisas. (SODRÉ, 2002, p. 11)

A globalização também promove uma mutação tecnológica, decorrente de “maciça concentração de capital em ciências como engenharia microeletrônica (nanotecnologia), computação, biotecnologia e física” (SODRÉ, 2002, p. 11). Nesse contexto, a informação passa a designar modos operativos importantes no mercado global que contribuem para as mediações e redes em desenvolvimento.

A informação é fundamental para a aquisição de vantagem na competição que o sistema capitalista impulsiona (SANTOS, 2006). Num processo ambíguo e complexo, o sistema informacional que consolida a produção de conhecimento técnico-científico adquire o status de recurso potente e vantajoso no ciclo de mercado global. Por isso, observa-se que as transformações tecnológicas da informação emergem para a conservação das estruturas de poder do sistema capitalista e, então, constata-se que o uso do termo mutação tecnológica relaciona-se diretamente ao processo de globalização.

[...] mutação tecnológica parece-nos expressão mais adequada do que “revolução” já que não se trata exatamente de descobertas linearmente inovadoras, e sim da maturação tecnológica do avanço científico, que resulta em hibridização e rotinização de processos de trabalho e recursos técnicos já existentes sob outras formas (telefonía, televisão, computação) há algum tempo. Hibridizam-se as velhas formações discursivas (texto, som, imagem), dando margem ao aparecimento do que tem se chamado de hipertexto ou hipermídia. (SODRÉ, 2002, p. 13)

O aumento da velocidade de deslocamento ou “distribuição” de pessoas e bens no espaço é a característica inovadora do processo de globalização (SODRÉ, 2002), a partir das modernizações que transformam processos e mentalidades no âmbito global. O sistema produtivo amplia um processo de especialização com a necessidade do que Marx chamou de “ampliação da área” para produção vantajosa de produtos que promove maior intercâmbio e circulação no mercado global. Nesse sentido, as vantagens dependem da fluidez das redes e da flexibilidade dos regulamentos (SANTOS, 2006, p. 161) entre os diferentes atores envolvidos no sistema de produção.

A comunicação foi definida como transmissão de informação e encontrou na teoria da informação “a referência de conceitos precisos, delimitações metodológicas e inclusive propostas operacionais, tudo isto com o aval da “seriedade das matemáticas e o prestígio da cibernética, capazes de oferecer modelos até para estética” (SODRÉ, 2002, p. 20).

Entretanto, o modelo informacional, abordado por estudos no campo da comunicação, com a teoria da informação, deixava lacunas, especificamente na questão da informação como processo de comportamento coletivo. Nesse sentido, esvaziava-se a discussão sobre o “conflito de interesses em jogo na luta por produzir, acumular ou veicular informações e, por conseguinte, os problemas da desinformação e do controle” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 280).

A verdadeira envergadura teórica da racionalidade informacional, contudo, reside em sua noção de conhecimento: “acumulo de informação mais classificação”. A tendência, então, é deixar de lado as contradições, que não são consideradas como expressão de conflitos, e sim como resíduos de ambiguidade. Estamos diante de uma racionalidade que dissolve “o político”. Afinal, o político é justamente a emergência da opacidade do social enquanto realidade conflitiva e cambiante, emergência esta que se realiza através do incremento da rede de mediações e da luta pela construção do sentido da convivência social (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 281-282).

Segundo Martín-Barbero (1997, p. 282) “a centralidade dos processos de comunicação em nossa sociedade significa, para a racionalidade informática, a dissolução da realidade do político”. Isso possibilitou uma provocação, no campo dos estudos da comunicação, para discutir-se sobre “transnacionalização”, “democracia”, “cultura” e “movimento popular”.

A emergência do processo de transnacionalização interfere na identidade própria pela imposição de uma cultura política hegemônica, internacional/nacional. A reivindicação das particularidades nacionais/locais impulsionou um movimento, especialmente pela esquerda latino-americanas, de profunda transformação do político, com a estratégia de lutar pela democratização, enquanto espaço de transformação social.

Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, e do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo – os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação – mas também qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 287)

As mídias passam por diversas transformações ao longo dos anos com a expansão do capitalismo globalizado e isso afeta diretamente as culturas na contemporaneidade. Segundo Santaella (2003), a explosão dos meios de reprodução técnico-industriais promoveu uma cultura de massas que instaurou cruzamentos culturais com a combinação entre o tradicional e o moderno/o artesanal e o industrial em tecidos híbridos e voláteis que são característicos das culturas urbanas.

De fato, a realidade parece estar confirmando a convicção que me surgiu em fins dos anos 80, de que um novo termo, no caso, “mídias”, tornava-se necessário para dar conta dos trânsitos e hibridismos entre os meios de comunicação, hibridismos estes que eram acelerados ainda mais pela multiplicação dos meios de comunicação que não podiam ser considerados necessariamente como meios massivos. De meados dos anos 90 para cá, a emergência da comunicação planetária via redes de teleinformática acabou por instalar a generalização do emprego da palavra “mídia” para se referir também a todos os processos de comunicação mediados por computador. Com isso, seu emprego se alastrou, tendo se tornado hoje uma moeda corrente, muitas vezes bastante indefinida. (SANTAELLA, 2003, p.54)

Nesse contexto, Santaella aproxima os conceitos de “cultura das mídias” e “cultura midiática” para reforçar que as transformações na cultura e na comunicação são afloradas pelas mudanças e expansão das “mídias”. A autora ainda destaca a importância dos estudos de Walter Benjamin (1985) sobre a dinâmica cultural, e o foco na produção “da cultura”, para compreender a dinâmica da cultura midiática que

conectam, indissociavelmente, quatro níveis: o da produção em si; o da conservação das produções culturais, ligado à memória; o da circulação e difusão, ligado a distribuição e comunicação dos produtos culturais; e o da recepção dos produtos culturais, visando sua percepção, absorção e consumo pelo receptor.

As culturas humanas e suas produções, também midiáticas, são processos, de acumulação não linear, interativos entre tradição e mudança, persistência e transformação. Segundo Santaella (2003, p. 59), “a dinâmica da cultura midiática se revela assim como uma dinâmica de aceleração do tráfego, das trocas e das misturas entre as múltiplas formas, estratos, tempos e espaços da cultura”. Daí a noção de que a centralidade das culturas pós-modernas esteja direcionada para a cultura midiática, dando ênfase aos usos sociais das mídias no cotidiano.

Como se não bastassem as instabilidades, interstícios, deslizamentos e reorganizações constantes dos cenários culturais midiáticos pós-modernos, desde meados dos anos 90, esses cenários começaram a conviver com uma revolução da informação e da comunicação cada vez mais onipresente que vem sendo chamada de revolução digital. No cerne dessa revolução está a possibilidade aberta pelo computador de converter toda informação – texto, som, imagem, vídeo – em uma mesma linguagem universal. Através da digitalização e da compressão de dados que ela permite todas as mídias podem ser traduzidas, manipuladas, armazenadas, reproduzidas e distribuídas digitalmente produzindo o fenômeno que vem sendo chamado de convergência das mídias. Fenômeno ainda mais impressionante surge da explosão no processo de distribuição e difusão da informação impulsionada pela ligação da informática com as telecomunicações que redundou nas redes de transmissão, acesso e troca de informações que hoje conectam todo o globo na constituição de novas formas de socialização e de cultura que vem sendo chamada de cultura digital ou cibercultura. (SANTAELLA, 2003, p. 59-60)

A revolução digital é marcada pela convergência midiática, fazendo a combinação de diferentes técnicas de comunicação para produção e distribuição dos conteúdos em escala ampliada, no âmbito do avanço da internet. Segundo Mattos (2009, p. 60), “as pessoas estão, na prática, se tornando cada vez mais independentes da mídia no que diz respeito à busca de informações para suprir suas próprias necessidades e ao mesmo tempo se unindo em grupos segmentados em torno de interesses comuns”. Nesse contexto, a convergência midiática promove a “formação de uma grande rede e informações eletrônicas” com o uso de diferentes meios de comunicação em consonância para estabelecer “redes” em torno de interesses pessoais.

Ao mencionar os avanços e transformações nas relações sociais provenientes do desenvolvimento tecnológico e os usos sociais das mídias, constata-se uma mudança significativa no cenário das telecomunicações (MATTOS, 2013). Esse cenário promoveu o avanço dos ambientes de convergência midiática e, conseqüentemente, a produção de conteúdo multimídia.

Isto foi possível graças ao desenvolvimento da Internet e da digitalização dos conteúdos de áudio, vídeo e texto. Por meio da Internet pode-se transportar, armazenar e redistribuir produtos audiovisuais, dados e voz (VOIP – Voz sobre Protocolo de Internet). A convergência tecnológica permitiu uma mudança na relação entre as redes de produtores e transmissores de conteúdos com os prestadores de serviços. Antes, uma rede atuava como suporte para a prestação de um único serviço. Agora, com o avanço da tecnologia, constata-se a tendência de uma mesma rede oferecer mais de um serviço. (MATTOS, 2013, p. 54)

A nova era coloca a informação como condutora da expansão dos fluxos de comunicação em escala global, dando ênfase também ao uso da informação para conformar e fortalecer o sistema capitalista. Segundo Mattos (2013), muitas mudanças ainda ocorrerão no modelo de negócios dos radiodifusores, especialmente na produção e difusão dos conteúdos, visto que a interatividade é uma marca do digital e isso indica que a convergência midiática seja cada vez mais promissora, diante das possibilidades de inserção de publicidades nos conteúdos informacionais. A era da informação na sociedade globalizada aponta para uma expansão dos processos e fluxos que visam os usos da informação como instrumento de ampliação das “vantagens” de tempo e espaço no que tange à produção, distribuição e recepção dos conteúdos informacionais no cotidiano.

3.2 Informação para o exercício da cidadania

A circulação acelerada e expansiva dos fluxos de informação promove um processo de informacionalização na sociedade contemporânea (MIÉGE, 2009). Esse processo pode também ser considerado como uma lógica social da comunicação que se desenvolve na esfera privada, profissional (do trabalho) e ou pública. Segundo Miége (2009, p. 68), “a velocidade de circulação está diretamente relacionada com a transferência de dados e, portanto, com os aperfeiçoamentos técnicos das redes”. Isso afeta o cotidiano das sociedades dominantes que participam de uma lógica global

capitalista, seja pela esfera do mercado global ou pelas relações sociais transnacionais, amplamente, estabelecidas.

O que é preciso perceber não é o caráter disjuntivo do fenômeno, pois este era previsível, mas sua larga difusão e sua importância quantitativa. Os fluxos de informação circulam rápido e em quantidades fortemente crescentes; o nível quantitativo dos fluxos trocados é, no entanto, difícil de avaliar, salvo por meio de indicadores indiretos: fluxos de conexão globais, lucro dos provedores e das empresas de telecomunicações. (MIÈGE, 2009, p. 68).

Pensar uma sociedade globalizada que passa por um processo de informacionalização é refletir sobre os processos de dominação que se instauram no que tange ao acesso à informação e aos usos dos fluxos informacionais. Segundo Miège (2009, p. 69) é notória a observação de uma “diferenciação crescente dos meios e das práticas em torno do acesso a redes cada vez mais performáticas, a partir de ferramentas informáticas com *softwares* cada vez mais sofisticados”. Os programas governamentais de redução de desigualdades no acesso e nos usos da informação são um indicativo explícito de um processo global de informacionalização que mobilizam informações de natureza diferente e indicam a possibilidade de oposições acirradas, como é a oposição entre informação e conhecimento.

Permanece o fato de que os conhecimentos, formalizados ou não, conduzem cada vez mais a uma produção de informação; essa tendência, que possui dinâmica própria, encontra-se favorecida pelo aporte dos novos dispositivos técnicos, estes permitindo, por exemplo, que não profissionais, reconhecidos como especialistas “legítimos”, ofereçam suas próprias informações, e que elas se tornem informações de fato a partir do momento em que são mais ou menos “formatadas” e difundidas. Isto se faz particularmente sentir nos campos da saúde, do meio ambiente, da história oral etc., em que os não especialistas se mostram particularmente ativos para transmitir conhecimentos, tácitos ou não, difundidos como informações acessíveis. Assiste-se, portanto, a um deslocamento sensível (e impossível de ser apreciado globalmente) das fronteiras anteriormente reconhecidas entre informação e conhecimento. (MIÈGE, 2009, p. 70).

A ideia da informação de natureza distinta relacionada aos fluxos de informação produzidos e trocados em escala global marca o processo de informacionalização. Ainda que seja um processo complexo, com diferentes categorias de informação que podem ser usadas para aspectos dominantes, é possível destacar, neste processo, possibilidades de mudanças oportunas para que as desigualdades sociais diminuam e os fluxos de informação sejam direcionados para atender aos desejos e necessidades, recorrentes, dos indivíduos no cotidiano, da sociedade globalizada. As

discussões sobre os usos da informação (técnica) e suas aproximações com o conhecimento (especializado) indicam caminhos para usos mais acessíveis e ou democráticos.

Segundo Jambeiro (2017), a sociedade contemporânea está ambientada pelas tecnologias avançadas de informação e comunicação (TICs) e, por isso, ações educativas de alta relevância para o exercício da cidadania devem ser amparadas pela inclusão digital. Dessa maneira, os cidadãos serão estimulados a conhecer e utilizar, de maneira antecipada e ou constante, as ferramentas tecnológicas que colaboram para garantir a atuação, individual e coletiva, consistente na luta de seus direitos e na consciência de seus deveres, cidadania plena, no cotidiano.

Cidadania pode ser conceituada, pois, como a conscientização do ser humano em relação à realidade em que vive, a efetiva capacidade de participar de sua construção e modificação e a possibilidade de partilhar dos benefícios dela decorrentes. Isso implica um processo contínuo de interação de direitos e deveres individuais e coletivos. (JAMBEIRO, 2017, p. 20)

A cidadania é exercida com a interação de três direitos fundamentais: na esfera civil (referente aos direitos para liberdade individual), na esfera política (referente aos direitos que asseguram o exercício do poder) e na esfera social (referente aos direitos que promovem o bem-estar social e econômico). Segundo Jambeiro (2017, p. 20), a questão centra-se em “como a sociedade deve encaminhar os indivíduos para serem cidadãos e usufruírem dos seus direitos civis, políticos e sociais, ao mesmo tempo arcando com seus deveres”. Nesse sentido, apresenta-se um dilema, sobre a cidadania, que pode ser solucionado pela democracia, quando diferentes grupos sociais podem ter acesso à informação e participar, conscientemente, das decisões coletivas que promova um bem-estar social mais ampliado e diversificado.

Encarada como base sobre a qual se edifica a sociedade, a democracia se sustenta em princípios gerais, dos quais dois se destacam: (1) igualdade potencial de todos os membros individuais da sociedade; (2) inclusão de todos os membros nos processos sociais básicos, ainda que com possibilidades desiguais de apropriação dos benefícios desses processos. A democracia não pode nem deve impedir que indivíduos de maior talento tenham melhor desempenho nos vários setores da sociedade. Mas deve impedir que se conceda a alguns um status inicial mais favorável que a outros, sob a forma, por exemplo, de privilégios hereditários e acesso diferenciado aos serviços de saúde e ao sistema de educação (JAMBEIRO, 2017, p. 21).

As sociedades democráticas contemporâneas ainda são caracterizadas pela presença da elite no poder, visto que esse domínio foi estabelecido historicamente, com a capacitação permanente de indivíduos privilegiados para o acesso e a permanência no “exercício da democracia representativa, do estado de direito e da economia de mercado” (JAMBEIRO, 2017, p. 22). É importante salientar que a democracia é um regime de poder que possibilita muitas mudanças nas representações, com as possibilidades dos cidadãos trocarem seus líderes, pressionarem para que tomem decisões que atenda ao interesse público e ou impugnem ou recusem a possibilidade de renovação do mandato de poder.

A reflexão atenua-se sobre os usos da informação e do conhecimento nas sociedades democráticas para ampliação do exercício da cidadania, especialmente com a desenvolvimento do neoliberalismo.

Para melhor compreender os entrelaçamentos desse contexto global com os estados nacionais e o setor de comunicação e informação, é necessário atentar para o fato de que um dos temas centrais nesse entrelaçamento gira em torno da relativa autonomia da mídia. Uma autonomia que se equilibra entre o grau de liberdade existente e os meios pelos quais os limites a essa liberdade devem ser estabelecidos e controlados pela sociedade. O que implica, necessariamente, o conceito das TIC, e da mídia em particular, com meio e ao mesmo tempo fim para o exercício da cidadania. (JAMBEIRO, 2017, p. 25).

A informação tem um status de suma relevância para o exercício da cidadania plena na sociedade democrática. A informação, como um direito vigente na legislação das sociedades democráticas, promove uma cultura cidadã com a possibilidade de maior circulação de informações de interesse público para expansão do bem-estar social. Segundo Raddatz (2014, p. 109), o direito à informação é um direito-meio, visto que “permite ao cidadão o acesso aos outros direitos, portanto, um direito de cidadania imprescindível à vida em sociedade e pode ser de caráter emancipatório ou de tutela”. Logo, é um direito-meio que não se realiza em si mesmo, mas como um instrumento que leva ao conhecimento e, possivelmente, garantia de direitos fundamentais – seja emancipatórios (referentes aos direitos civis e políticos) ou de tutela (referente aos direitos sociais).

O direito à informação, enquanto um direito-meio que viabiliza outros direitos, está diretamente relacionado com o processo de ação/movimentação/participação dos cidadãos na sociedade. É com o exercício desse direito que o cidadão passa a se

informar sobre os seus direitos (e deveres) civis, políticos e sociais. É pela informação que os cidadãos podem tornar-se mais conscientes, críticos e atentos sobre direitos e deveres para o pleno exercício da sua cidadania.

Segundo Raddatz (2014, p. 110), nesse processo o cidadão torna-se “apto a participar das ações que interessam à coletividade, com poder de posicionar-se, defender suas ideias, discutir as dos outros, trocar informações e formar pontos de vista”. Entretanto, é importante salientar que a qualidade da informação é fundamental para que a eficiência desse exercício se estabeleça entre os cidadãos, desde que sejam fluxos de informação produzidos e disponibilizados considerando a pluralidade e a diversidade dos grupos sociais de uma mesma sociedade, ou mesmo dos Estados integrados pela globalização.

É preciso considerar ainda que a informação deve ser pública, ou seja, acessível para todos. Não confundir informação pública com a informação oriunda dos órgãos governamentais. Nem tudo o que é público refere-se ao poder público. A informação pública é, portanto, toda e qualquer informação que está acessível ao conjunto dos cidadãos e não confere título de posse a nenhum governo, empresa ou entidade. Sabe-se, entretanto, que para exercer o direito à informação, o cidadão precisa reconhecer as instâncias e os territórios de onde se originam as informações e filtrá-las, conforme sua necessidade, fazendo uso delas livremente no momento ou situação que desejar, o que atesta a independência do sujeito e sua liberdade de escolha. Este é um processo complexo que implica três ações: **Conhecer** para **Saber** e **Utilizar**. (RADDATZ, 2014, p. 110)

A ação de “conhecer” as informações refere-se à oportunidade de ter acesso ao dado ou conteúdo com igualdade e qualidade, independente da tecnologia disponibilizada para o acesso. É a partir desta ação que as duas finalidades podem ser alcançadas. A ação de “saber” é caracterizada pela autonomia do cidadão em buscar ter propriedade de decisão e discernimento quanto as atitudes que pode tomar, ou não, após o conhecimento da informação desejada e ou necessária. Já a ação de “utilizar” define um caráter emancipatório do cidadão em que, de fato, opera com seu conhecimento, como um ser político, e pode romper, mudar, intervir e ou demonstrar outros pontos de vista no exercício pleno de cidadania na sociedade.

Um fator determinante neste processo é o nível de educação do cidadão, visto que influenciará na sua autonomia e, conseqüentemente, possibilidades de tomada de decisão. A família, a escola e a mídia são fundamentais para a função de educar. Segundo Raddatz (2014), a partir da convivência familiar e escolar que os indivíduos

iniciam passos direcionados ao desenvolvimento da autonomia, instrumento promotor da emancipação do cidadão. Cabe à família e à escola a missão de estimular, nos indivíduos, a percepção da realidade em que estão inseridos para fazerem uma leitura da sua convivência/experiência social a partir das informações disponíveis sobre esta realidade e, conseqüentemente, das realidades ao seu redor.

A mídia, mesmo sem a pretensão de educar o público, colabora para a formação dos indivíduos de maneira informal, diante da sua influência no cotidiano dos cidadãos e da sua característica de provocar sensações nos indivíduos e produzir efeitos de sentido ao buscar dar significado ao que existe.

Na Sociedade da Informação, as mídias são espaços de discussão dos temas e fatos que eclodem modelos de percepção da realidade política, social, econômica e cultural. Os meios de comunicação tradicionais (rádio, televisão, jornais e revistas) e as novas mídias (na internet) funcionam como importantes mecanismos para a manutenção da democracia porque representam organicamente um conjunto de ideias constitutivas dos segmentos sociais. A informação que circula nos meios é uma releitura do cotidiano e dos fatos que o constituem. A partir dela, criam-se as bases das bagagens que permeiam o acesso aos direitos dos cidadãos. Se o meio não servir para a construção da cidadania, torna-se frágil para a democracia. (RADDATZ, 2014, p. 113)

A presença das mídias, tradicionais e emergentes, no cotidiano dos cidadãos mostra a sua influência na construção das representações sociais a partir das informações que são (re)produzidas dos conteúdos midiáticos. Entretanto, a família, a escola e os grupos sociais que os cidadãos integram devem estabelecer uma rede permanente de diálogo sobre o fluxo de informações nas mídias para que o senso crítico e a autonomia dos cidadãos minimizem/anulem aspectos manipulatórios e ou excludentes.

Segundo Raddatz (2014, p. 113), o direito à informação, independentemente de ser garantido pelo Estado, “deve ser objetivo do sujeito e incentivado e discutido pela sociedade para que a liberdade de expressão possa ser exercitada na medida da manifestação da pluralidade de vozes e com respeito à privacidade”. Isto permite considerar a complexidade dos limites entre a liberdade de expressão, diante da pluralidade de vozes, e a privacidade na construção da cidadania e da democracia. Todavia, a ação dos cidadãos com práticas colaborativas que respeitam os direitos

humanos é um instrumento possível em ambientes democráticos que dialogam com princípios fundamentais para a cidadania e democracia.

A transparência para uma pluralidade de vozes, com possibilidades de serem manifestadas, é a grande qualidade da democracia (RADDATZ, 2014). Nesse sentido, o ato de comunicar é construído a partir de escolhas individuais ou coletivas. No caso do jornalismo, as rotinas diárias de produção, edição e veiculação dos conteúdos informativos legitimam essas escolhas, podendo os receptores se conformarem, ou não, com a representação midiática. Segundo Raddatz (2014, p. 114), “o profissional, por meio da comunicação, produz reinterpretações sobre a realidade” e isso demonstra que a fluidez da comunicação pode ser representada por uma composição de fatos a partir de critérios objetivos e subjetivos, e não pela totalidade da realidade.

A era da informação também é caracterizada por complexidades que envolvem as diversidades socioeconômicas entre os países, especialmente os democráticos, no âmbito da sociedade globalizada. O *Sociedade da Informação no Brasil: livro verde*, organizado por Tadao Takahashi e lançado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia no ano 2000, apresenta a emergência da Sociedade da Informação como um advento fundamentado pelas “novas formas de organização e de produção em escala mundial”. Este cenário envolve a “inserção dos países na sociedade internacional e no sistema socioeconômico mundial” e, conseqüentemente, o “surgimento de novas demandas ao Poder Público” para o seu funcionamento orgânico.

O Livro Verde lança uma proposta de Programa de integração entre a computação, a comunicação e a informação, especialmente pela pesquisa e educação. Foram mais de 100 especialistas de organizações e instituições nacionais e internacionais que colaboraram nos Grupo Temáticos para a construção do Livro Verde, dentre eles estão três professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA): Nelson de Lucca Pretto, Othon Jambeiro e Teresinha Fróes Burnham. O intuito do livro é refletir sobre o cenário brasileiro e traçar ações estratégicas para expansão do exercício da cidadania brasileira, a partir dos avanços tecnológicos, e para ampliação das condições competitivas da economia brasileira no mercado mundial.

O acesso à internet e a alfabetização digital são pautas urgentes para o avanço da cidadania na sociedade globalizada, e suas redes de conexões, interações e mediações. O ambiente digital concentra os fluxos de informação na sociedade e,

consequentemente, favorece a vida de quem tem acesso e utiliza as informações da rede digital para o benefício individual, ou coletivo, no cotidiano. Isso aponta para a necessidade de universalização dos serviços para a cidadania para que diferentes grupos sociais estejam, cada vez mais, incluídos no acesso à internet e na utilização das informações para a cidadania e o bem-estar social/político/econômico.

Segundo Takahashi (2000 p. 31), “a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos”. Nesse sentido, o conceito de universalização tem caráter evolutivo e deve acompanhar e considerar, continuamente, as formas de exclusão no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação para evitar a expansão da classe dos “info-excluídos”, que são os cidadãos sem acesso à internet e ou analfabetos digitais.

O conceito de universalização deve abranger também o de democratização, pois não se trata tão somente de tornar disponíveis os meios de acesso e de capacitar os indivíduos para tornarem-se usuários dos serviços da Internet. Trata-se, sobretudo, de permitir que as pessoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede. Nesse sentido, é imprescindível promover a alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania. (TAKAHASHI, 2000, p. 31)

Ao apresentar o cenário de desenvolvimento da “sociedade da informação” ressalta-se a influência do digital na vida dos cidadãos. Numa perspectiva mais sociológica, o termo infovíduo é usado para expressar a natureza múltipla e simbiótica da condição plural dos indivíduos, ambientados na sociedade da informação, e a conexão estabelecidas entre diferentes dimensões. Segundo Di Felice (2020, p. 85), “o infovíduo é a entidade plural e complexa, composta por diferentes tipos”, dentre eles: as redes biológicas, neurais, relacionais e sociais (presenciais e digitais), além das “redes de dados digitais (big data, dados pessoais, relacionais etc)”. Isso demonstra as complexidades que envolvem a construção do “cidadão digital”.

O cidadão digital não é, portanto, a sombra aumentada do sujeito político moderno e do ator social, cujas atividades são gerenciadas e reguladas pela lei vigente. As arquiteturas digitais das redes nos levam a experimentar novas práticas e novas formas de participação, conectadas e onipresentes, individuais e coletivas, autônomas e colaborativas, públicas e privadas,

materiais e informativas, ao mesmo tempo. Essas realidades nos convidam a um desafio interpretativo para o qual precisamos de uma nova linguagem que possa aprender e contemplar também a cidadania de todos os elementos não humanos e as entidades ativas conectados na rede. (DI FELICE, 2020, p. 88).

Persiste a necessidade de inclusão digital diante das desigualdades sociais perpetuadas historicamente. A exclusão social impede uma grande parcela da população de ter acesso à internet e, conseqüentemente, de ter maiores possibilidades de participarem ativamente da cidadania digital. A inclusão digital é instrumento e condicionamento da inclusão social na sociedade contemporânea globalizada. Segundo Jambeiro (2017), esses dois conceitos precisam ser plenos ao serem aplicados indiscriminadamente, diante da recorrente necessidade de incluir diferentes camadas sociais nos processos e políticas de inclusão. Assim, aumentam as condições objetivas dos cidadãos exercerem papéis ativos, conscientes e permanentes, em seus processos político, econômico e cultural.

A informação traz benefícios para o exercício da cidadania quando circulam em espaços onde a liberdade de expressão, a privacidade e os direitos humanos são respeitados. As interações que os fluxos da informação proporcionam, em sociedades mais próximas de princípios democráticos, são necessárias para a promoção da participação ativa, consciente e permanente, de diferentes cidadãos e grupos sociais. Pensar na promoção da inclusão social na sociedade globalizada é pensar, automaticamente, na expansão da inclusão digital, com mais oportunidades de acesso à internet pelos cidadãos e de disponibilidade (conhecimento e utilização) digital a partir dos fluxos de informação e comunicação nos ambientes digitais. A informação é um instrumento de garantia e promoção da cidadania e da democracia.

3.3 Estrutura comunicacional do Projeto TAMAR

Os cidadãos precisam ter garantido o seu direito à informação. Isto é viabilizado pelo dever do Estado de promulgar leis que mantêm informações de interesse público disponíveis para que sejam acessadas e utilizadas para fins de garantia de direitos individuais e ou coletivos. O Marco Cível da Internet (Lei 12.965/2014), a Lei Carolina Dickmank (Lei 12.737/2012) são instrumentos já regulamentados na legislação brasileira que reforçam a necessidade da promulgação do Marco Regulatório da

Comunicação no Brasil (condecorado na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada em maio de 2011 no Rio de Janeiro-RJ). Ademais, a Lei de Acesso à Informação (LAI) que foi promulgada em 18 de novembro de 2011, como decreto de Lei Nº 12.527/2011, é de extrema importância para refletir sobre os avanços e limitações que envolvem o direito à informação na sociedade brasileira.

A LAI dispõe sobre procedimentos que enfatize o acesso à informação como um direito dos cidadãos e dever do Estado. A Lei 12.527/2011 considera que o Estado Brasileiro abrange os poderes executivo, legislativo e judiciário em todas suas esferas: municipal, estadual, distrital e federal. Nesse sentido, é dever do Estado e dos órgãos públicos da administração direta e indireta zelar pelo cumprimento da LAI, considerando que o acesso é regra e o sigilo é exceção, além de que os pedidos, de acesso à informação, não precisam exigir motivação; e que representa um fornecimento gratuito de informações (salvo os custos de reprodução).

Nos termos da LAI, observa-se a importância de menção de alguns termos contudentes. No inciso I do Art. 4º, “informação” refere-se à “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. No inciso V do Art. 4º, “tratamento da informação” refere-se à “tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação”. E, no inciso V do Art. 4º, “disponibilidade” refere-se à “qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados”.

CAPÍTULO II, DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado; IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e VII - informação relativa: a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; b) ao

resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores. VIII – VETADO, incluído pela Lei nº 14.345, de 2022. (BRASIL, Lei 12.527, 2011)

O escopo da Lei 12.527/2011 determina que todas as informações produzidas ou custodiadas pelo Estado são públicas e, portanto, devem ser acessíveis para todos os cidadãos brasileiros, com a ressalva das informações sigilosas legalmente estabelecidas. No seu Art. 5º, ressalta-se que a informação deve ser “franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”. Ademais, a LAI constata que o acesso à informação contribui para aumentar a eficiência do Poder público, diminuir a corrupção, pela transparência, e elevar a participação social.

O acesso à informação também é possível, e preciso, no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas⁷. A proposta de apresentar a estrutura comunicacional do Projeto Tartarugas Marinhas (TAMAR) se constrói a partir do requerimento de acesso à informação solicitado na plataforma digital “Fala.BR” do Governo Federal, visto que o Projeto TAMAR nasceu como uma Organização Não-Governamental (ONG), sem fins lucrativos, e, até 2021, fazia parte da Rede BIOMAR que recebia recursos da empresa estatal PETROBRAS, por meio do Programa Petrobras Socioambiental.

O Programa Petrobras Socioambiental acontece em parceria da PETROBRAS com organizações da sociedade civil, com o objetivo de, também, promover transformações sociais e ambientais positivas na sociedade – alinhado ao Plano Estratégico 2023-2027 e à Política de Responsabilidade Social da empresa estatal. A Rede de Conservação da Biodiversidade Marinha (BIOMAR) realiza, desde 2007, ações de proteção e pesquisa de espécies marinhas e dos habitats relacionados, visando a conservação da biodiversidade marinha no Brasil. A Rede BIOMAR nasceu do empenho em otimizar os esforços institucionais, visando a obter excelência em projetos de biodiversidade marinha.

⁷ A estrutura comunicacional do Projeto TAMAR é apresentada após o envio de requerimento digital para acesso à informação sobre as ações de comunicação do Projeto na plataforma “Fala.BR” – mantida pelo Governo Federal Brasileiro. O requerimento foi solicitado no dia 19 de outubro de 2021, com prazo de processamento de 20 dias estabelecido pela LAI, sendo, então, atendido no dia 05 de novembro de 2021 com o envio de arquivos referentes ao Plano de Comunicação do Projeto TAMAR.

As ações da Rede seguem orientadas pelos Planos de Ação Nacionais para a Conservação da Biodiversidade (PANs/ICMBio); a Agenda 2030 (agenda de direitos humanos das Nações Unidas) e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); e o próprio Programa Petrobras Socioambiental, alinhado à Política de Responsabilidade Social da empresa estatal brasileira. Atualmente, reúne os projetos Albatroz, Baleia Jubarte, Coral Vivo, Golfinho Rotador e Meros do Brasil que, em 10 de dezembro de 2021, lançaram um Planejamento Estratégico Integrado para o período de 2021 a 2030 – em consonância com a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030). Todavia, a participação do Projeto TAMAR, até 2021⁸, na Rede contribuiu para o alcance de mais de 40 milhões de filhotes de tartarugas protegidas e devolvidas ao mar.

O Projeto Tamar, incorporado como Fundação de missão pública, atua desde 1980 com a missão de preservação das tartarugas marinhas e da biodiversidade no litoral brasileiro. O TAMAR conta com seis Centros de Visitantes (CV) que ajudam a consolidar as ações de preservação das espécies por meio da educação ambiental e divulgação científica das pesquisas realizadas pelo Projeto, ao longo de mais de quatro décadas de existência. Vale salientar que as informações de interesse público devem ser disponibilizadas na íntegra, salvo as exceções dispostas em lei, mas o cidadão tem o direito de utilizá-la de maneira integral ou parcial para fins legais.

A comunicação do Projeto TAMAR está estruturada nas ações constantes nos centros de visitantes de Fernando de Noronha-PE, Aracaju-SE, Vitória-ES, Ubatuba-SP, Florianópolis-SC e, da sede, Praia do Forte-BA. Os dois últimos CT's são bastante frequentados pela população nativa e por turistas, sendo que já se configuraram entre os cinco museus, à céu aberto, mais visitados do país. Entretanto, o Projeto também agrega outros Centros e Bases de Pesquisa e Proteção das tartarugas marinhas no litoral brasileiro.

Tabela 2: Planejamento de Comunicação do Projeto TAMAR integrado à Rede BIOMAR/PETROBRAS

TIPO DE MIDIA	FUNÇÃO NO PLANO	AÇÃO
---------------	-----------------	------

⁸ O Projeto TAMAR deixou de fazer parte da Rede BIOMAR quando rompeu com a parceria da PETROBRAS e desintegrou-se do Programa Petrobrás Socioambiental em 2021. O Plano segue vigente para os demais projetos participantes da Rede BIOMAR.

Site / Digital	Website institucional	O Website institucional é o espaço central de comunicação na internet das atividades, ações e resultados da instituição.
Boletins Eletrônicos (Newsletter) / Digital	Informativo TAMAR	O Informativo TAMAR é uma ferramenta de comunicação entregue diretamente na caixa de e-mails dos destinatários, que se inscreverem via Website.
Facebook / Digital	Presença do TAMAR em mídia social	A fan page (página) do TAMAR será mantida no facebook com o objetivo de cativar e interagir em linguagem contemporânea com diversos perfis de público.
Fotos e Filmagens / Digital	Banco de Imagens do TAMAR	O Banco de Imagens é atualizado continuamente através de fotos e filmagens das tartarugas marinhas e pode ser acessado através do Website.
Vídeos / Digital	Vídeos de curta duração	Produção de vídeos de curta duração com formato compatível para DVD e internet relacionados às tartarugas e ao Projeto.
Releases / Digital	Releases do TAMAR	Produção de 12 releases por ano, disponibilizados à sociedade no Website e enviados à imprensa via sistema de mailing do TAMAR.
Totens / Digital	Atualização dos totens multimídia	Será realizada a manutenção e a atualização do conteúdo dos totens multimídia instalados nos Centros de Visitantes.
Aplicativos / Digital	Aplicativos para Centro de Visitantes	Ao direcionar a câmera do seu dispositivo móvel para os QRCode's o público terá acesso a conteúdo exclusivo, utilidades e materiais complementares à visita.
Música / Digital	Músicas TAMAR	Será realizada a gravação de 12 músicas a serem divulgadas no Website e em canais virtuais de música.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023), a partir do planejamento institucional disponibilizado para a PETROBRAS.

Os objetivos dos materiais de comunicação/divulgação são: “apresentar os resultados obtidos nas ações de proteção e pesquisa das tartarugas marinhas, divulgar mensagens educativas que contribuam para sensibilizar e mobilizar a sociedade na conservação das espécies e do meio ambiente e contextualizar o apoio da Petrobras às ações socioambientais e de conservação da biodiversidade marinha

(Rede Biomar), através da associação das marcas TAMAR e PETROBRAS nos produtos e ações propostos”. Para fins dessa pesquisa, foram priorizadas ações direcionadas para mídias em ambientes digitais com disponibilidade de caráter contínuo.

As ações de comunicação e divulgação do Projeto foram pensadas no interesse de alcançar um público composto por comunidades litorâneas das áreas no entorno; público atendido nos Centros de Visitantes (moradores, turistas, estudantes); comunidade científica e acadêmica; poder público; estudantes; imprensa; turistas e trade turístico. Vale ressaltar as iniciativas de divulgação na internet que também podem ser acessadas por cidadãos distantes dos Centros de Visitantes e os benefícios de “gratuidades”, para ingresso nos CV’s, disponíveis para a comunidade local, estudantes e até funcionários do poder público.

As atividades de comunicação/divulgação do Plano de Comunicação convergem com as metas do PAN – Tartarugas Marinhas (Portaria Nº287, de 26 de abril de 2017) no que tange a “promover a divulgação das informações/resultados gerados das atividades em outras áreas identificadas de reprodução das tartarugas marinhas; e realizar campanhas e programas de sensibilização e educação da população sobre a importância das tartarugas marinhas”. A apresentação da estrutura comunicacional do Projeto TAMAR é baseada no Plano de Comunicação do Projeto enquanto participante da Rede BIOMAR e patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental. Ainda que tenha feito parte da Rede até 2021, as ações de comunicação do TAMAR são permanentes, diante do histórico de responsabilidade do Projeto com a sociedade brasileira nos mais de 40 anos de existência. A Estrutura Comunicacional do Projeto TAMAR apresenta instrumentos de informação para a cidadania, com os tipos de mídia que são elementos digitais de acesso mais gratuito e democrático.

3.4 TV TAMAR: um instrumento de informação para a cidadania

A televisão é um meio de comunicação que incorpora formas e representações culturais para transmissão de informação e conteúdo em alcance de uma massa de indivíduos. Ao longo dos anos, o veículo de comunicação, que surgiu com a inovação

de capturar som e imagem, foi se transformando no âmbito tecnológico e econômico. A transformação da televisão também é percebida pelas suas produções de conteúdos que, na maioria, demonstram as mudanças culturais e sociais, no âmbito local, regional, nacional e internacional/global.

Como país de dimensões continentais, as distâncias geográficas no Brasil foram encurtadas pela mídia eletrônica (televisão, rádio e Internet). Diferenças culturais regionais, antes pouco conhecidas, passaram a ser reveladas principalmente pela televisão, que se transformou na maior mediadora cultural do país. As transmissões televisivas passaram a controlar as diferenças, transmitindo e tornando comuns aspectos dessa diversidade cultural brasileira. Ao mesmo tempo, ao transmitir uma programação baseada em informações fornecidas por agências noticiosas, filmes, anúncios, músicas, séries televisivas internacionais entre outros, a televisão passou também a ser responsável pelo processo de mundialização de um padrão do que seja cultura, contribuindo para que a produção regional de televisão permaneça restrita a pequenos grupos, com baixa audiência, baixo faturamento e alto custo de produção, o que torna inviável sua divulgação em termos nacionais. (MATTOS, 2013, p. 83-84)

A televisão encontra-se atualmente “na condição de maior veículo de massa do país, atingindo todo o território nacional com suas transmissões, além de se constituir no maior veículo de comunicação de massa, caracterizando-se também como o veículo que absorve a maior fatia do bolo publicitário” (MATTOS, 2010, p. 195). Nesse sentido, é importante identificar o caráter promissor da televisão para a produção de informação e conteúdo que atenda valores da democracia e cidadania brasileira, alcançando a diversidade de cidadãos brasileiros.

A tecnologia incorporada na televisão para captura de som e imagem possibilitou o seu domínio como meio de comunicação de massa. Isso favoreceu o desejo público para o seu consumo e, conseqüentemente, proporcionou maiores investimentos e lucros socioeconômicos. A televisão é caracterizada como *medium* dominante, entendido como uma tecnologia, prática social e forma social que perpassa diversas transições, demonstrando suas potencialidades de redefinição (SOBRAL, 2022). Ou seja, a televisão é um meio de comunicação de massa que segue demonstrando seu potencial de complementaridade aos novos formatos midiáticos na sociedade contemporânea, afastando-se da determinação de substituição e ou extinção pelo surgimento de outros meios de comunicação.

O processo de mudanças culturais influenciou as produções da televisão para atender seu objetivo de representar um formato da sociedade. Os novos

comportamentos dos consumidores do meio de comunicação de massa foram observados e capturados pelos produtores da televisão para serem reproduzidos com o intuito de segmentar a audiência e o domínio econômico com a publicidade. Inclusive, os cidadãos deixam de ter um caráter de meros espectadores para serem vistos, também, como consumidores e interventores nas produções culturais, televisivas e midiáticas. Nesse sentido, a televisão surge num modelo linear, mas é interligada à uma revelação digital, referenciando-a também no “espaço das sociedades digitais contemporâneas” (SOBRAL, 2022).

O advento da internet promoveu uma revolução digital com a produção e distribuição de informações e conteúdos nos ambientes e plataformas digitais em fluxos, cada vez mais, acelerados. Isso provocou uma mudança na produção televisiva para integração de características digitais, mas também promoveu uma incorporação do formato televisivo na internet. A necessidade de acesso à informação, de forma ágil e de caráter eficaz, e de interfaces na comunicação é uma marca da sociedade contemporânea. Na era digital, a experiência televisiva tem se expandido para as plataformas digitais como possibilidade mais dinâmica diante da mobilidade emergente nas práticas sociais.

O surgimento da televisão online (WebTV) é uma das estratégias de comunicação numa interface da televisão com a internet que aproxima o público de nova uma dinâmica de programação com a inserção de assuntos mais especializados e, em alguns casos, até exclusivamente populares e ou locais. Segundo Nunes (2016, p. 60), a WebTV “é o conteúdo da televisão produzido, hospedado e compartilhado na web, de forma que o usuário possa interagir com a programação, reforçando o atual sistema colaborativo na contemporaneidade”. A WebTV surge no Brasil em 1997, inaugurada com o Canal UOL, e se difunde a partir de iniciativas públicas, com a produção de WebTV’s universitárias.

A programação da WebTV é mais flexível e não precisa, necessariamente, ser ao vivo ou corresponder à um horário específico que o conteúdo audiovisual/televisivo será disponibilizado na internet e pode ser acessado pelo público. Diante da transmissão ser feita através de internet pública, a WebTV configura-se como uma ferramenta mais acessível e democrática, “pois usuários em qualquer lugar do mundo podem ter acesso gratuito ao divulgado” (NUNES, 2016, p. 69).

Além disso, a WebTV estabelece outras dinâmicas para construção de uma mensagem com integração de recursos audiovisuais televisivos e digitais que façam sentido ao público da internet e, portanto, se constitui como uma hipermídia. Segundo Nunes (2016, p. 70), a audiência na WebTV “é medida pelo número de visualizações de um conteúdo ou pela quantidade de compartilhamento e incorporação de um vídeo, de forma que as transmissões ao vivo não são seus principais atrativos”. Assim, constata-se algumas diferenças entre a WebTV e a televisão, convencional, no que tange à programação e aos objetivos de investimentos.

A forma de ver televisão pode ser distinta, mas continua a ser unanime uma apreciação positiva perante produtos televisivos inovadores, sejam eles consumidos de forma linear, via *streaming* ou através de *binge watching*. Embora vista de outra maneira, o seu alcance continua a ser abrangente contribuindo o digital para potencializar resultado em partilhas, comentários e outras iniciativas, ampliando-se a esfera conversacional. Portanto, a televisão marca presença não só no formato tradicional e linear, como estende a sua influência ao online digital. Para além disso, verificou-se recentemente em cenário pandémico que a televisão emergiu como elo social. (SOBRAL, 2022, p. 23)

É notório um elo social entre a cultura, a comunicação e a ciência, sendo que esse elo ainda possibilita a construção de uma memória. A cultura (mediante aos signos, símbolos, hábitos e costumes compartilhados), a comunicação (mediante às produções de informações e conteúdos pelos meios de comunicação advindos das práticas culturais) e a ciência (mediante às tecnologias e conhecimento científico disponibilizados aos indivíduos) são fundamentais para o entendimento das mudanças e transformações na sociedade contemporânea. Os meios de comunicação de massa se aproximam da cultura científica (VOGT, 2006) quando produzem conteúdos científicos e ou divulgam informações sobre a ciência e, conseqüentemente, demonstram a influência da ciência, e suas tecnologias, no cotidiano dos cidadãos.

Por muito tempo a ciência se manteve numa “bolha social” distanciando a comunicação do conhecimento científico produzido pelos cientistas, incluindo descobertas a partir de experimentos humanos e sociais, dos verdadeiros interessados e beneficiários: os cidadãos. Segundo Massarani (2001), parte dessa condição se dá por um equívoco de compreensão das pessoas como um público “leigo” por não ter a capacidade de entender as informações científicas e, menos ainda, decidir sobre questões que envolvessem a ciência. Era necessária uma

conscientização sobre o equívoco dessa compreensão, possibilitando uma divulgação científica que considerasse a capacidade de inteligência do público e, conseqüentemente, do entendimento de aspectos científicos, ainda que complexos.

As decisões sobre a ciência eram encabeçadas por cientistas e ainda envolviam comunicadores da ciência, atores hegemônicos (setor privado) e gestões públicos e governamentais, com uma pressão e participação dos cidadãos praticamente nula. Essa condição também refletia um ponto de vista distorcido ao considerar que os cientistas tinham mais aptidão para decidir sobre as questões científicas de interesse público e isso descredenciaria a necessidade da participação do público, considerado leigo e passivo, nos debates e decisões científicas (MASSARANI, 2001).

Nesse sentido, fazia-se necessária uma mudança no significado das pesquisas científicas; na divulgação da ciência e de suas tecnologias; e na percepção pública da integração da ciência à um aparato global. Daí a importância de um processo de comunicação científica que possibilitasse a construção de uma rede mais democrática, com a participação de diferentes setores da sociedade, incluindo setores públicos ou privados; especializados em conhecimento científico ou em saberes tradicionais; hegemônicos ou mobilizadores e periféricos.

A comunicação científica não pode ser definida exclusivamente como uma comunicação de “pares entre pares”, ou seja, apenas entre cientistas e ou especialistas em ciência, visto que o conhecimento científico também é construído a partir de experimentos humanos e sociais; e o objetivo central da ciência é promover a cidadania e o bem-estar social. O avanço da internet e a expansão do acesso à informação e às tecnologias pelos cidadãos possibilitou uma mudança na percepção da ciência e, conseqüentemente, na sua abertura para uma construção e manutenção mais democrática.

O desenvolvimento de uma plataforma orientada para a colaboração, fruto das novas tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas especialmente a partir do século XX, está relacionado a mudanças em várias áreas, como a economia, a política e a ciência. Neste último campo, a Web participativa encontra-se com uma proposta de ciência participativa, ou ciência pós-acadêmica. Desse encontro, resultam mudanças significativas na forma de produção de conhecimento e, especialmente, nos papéis desempenhados pelos responsáveis por essa produção: os cientistas. (EVANGELISTA; FAGUNDES, 2014, p. 247)

As dinâmicas de aproximação da ciência com saberes e culturas tradicionais; de diálogo permanente e ampliado entre cientistas e a sociedade em geral; de inserção da ciência e suas tecnologias no cotidiano dos cidadãos pelos meios de comunicação de massa e pela internet; dão indícios das mudanças que acompanham a (re)construção de culturas contemporâneas e, conseqüentemente, de preservação da memória, numa perspectiva mais inclusiva, cidadã, democrática na sociedade contemporânea. Segundo Evangelista e Fagundes (2014), os aspectos, diversos e complexos, da economia e da política provocam transformações na sociedade e na própria produção da ciência – que anteriormente ficava enclausurada numa “torre de marfim”.

Uma característica desse novo modo de produção do conhecimento seria, também, o compartilhamento de algumas regras do mercado. Sucesso, performance e competitividade são termos que passaram a fazer parte do vocabulário de pesquisadores de diferentes campos. As universidades e centros de pesquisa precisaram incorporar à sua gestão conceitos como patentes, start-ups e parceria com o setor privado. No campo político, a ciência passaria a ser cobrada por suas responsabilidades na aplicação dos resultados das pesquisas. O conhecimento deve conduzir à qualidade de vida da população e a soluções para problemas colocados pela sociedade. Espera-se, ainda, que a ciência escute os feedbacks e as demandas da população, e que sua produção seja realizada de forma transparente e participativa. (EVANGELISTA; FAGUNDES, 2014, p. 249)

É importante considerar ainda a manutenção das bases da ciência que refletem sua preocupação, em sua construção histórica, na necessidade de se basear em valores éticos e na aproximação com aspectos mais democráticos. Além das, tradicionais, publicações de *papers*, pelos cientistas, avaliados e debatidos entre “pares”, a ciência passa a ser desafiada para uma constante “prestação de contas para a sociedade e a comunicação com o público em geral” (EVANGELISTA; FAGUNDES, 2014, p. 249). Nesse sentido, a ciência passaria a ser considerada “aberta” com a própria pesquisa, seus dados e sua disseminação mais acessíveis a toda a sociedade e construídas respeitando os saberes tradicionais e dialogando com os cidadãos para o entendimento das questões sociais mais urgentes de soluções a partir das pesquisas científicas.

A ciência aberta seria a gradação máxima de uma proposta de produção do conhecimento científico a partir do diálogo, da troca de informações e da colaboração entre cientistas e não especialistas espalhados por qualquer lugar do mundo. Em oposição, teríamos uma “ciência fechada”, típica de um momento anterior, representada por uma dinâmica de comunicação limitada

pelas instituições ou sujeita ao pagamento de licenças como direitos de patentes ou copyrights. (EVANGELISTA; FAGUNDES, 2014, p. 250)

A inclusão de agentes de mobilização social nas instituições científicas, e suas produções de pesquisas, foi um dos movimentos que promoveu uma crescente e permanente aproximação da ciência com a sociedade. O Projeto TAMAR – criado em 1980 para preservação das tartarugas marinhas ameaçadas de extinção no litoral brasileiro – sempre reconheceu a importância dos meios de comunicação de massa para divulgação da sua causa. A divulgação do conhecimento científico advindo de pesquisas aplicadas e das ações de educação ambiental realizadas pelo Projeto TAMAR em meios de comunicação de massa foi fundamental para uma mobilização social à causa ambiental e das tartarugas marinhas. A televisão foi um meio de comunicação que ampliou o alcance da causa do Projeto TAMAR e favoreceu sua legitimação institucional.

Tabela 3: Divulgação do Projeto Tamar na TV Globo entre os anos de 2012 e 2022

Ano	Quantidade de Vídeos	Tempo de Duração Aproximado
2012	6	16min42seg
2013	4	11min
2014	12	37min24seg
2015	23	1h52min
2016	13	37min41seg
2017	10	27min
2018	12	46min36seg
2019	14	53min
2020	18	1h22min43seg
2021	17	1h39min
2022	17	1h27min27seg

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023), a partir de busca na plataforma digital do Globoplay.

Após uma pesquisa pelo termo “projeto tamar” na plataforma do Globoplay – que reúne as produções, originais e integradas, da Rede Globo – foram encontrados 146 vídeos que foram filtrados para os anos de 2012 a 2022 e totalizaram,

aproximadamente, 9 horas, 30 minutos e 33 segundos de tempo de duração em produções no âmbito local, regional e nacional. Do total de 146 vídeos, apenas 8 (5%) foram divulgados em programas de âmbito nacional. Observou-se ainda a ausência de produções no âmbito local e ou regional direcionadas para a região Norte e Centro Oeste do país. Isso pode ser explicado pela ausência de bases do Projeto TAMAR nessas regiões e, conseqüentemente, pela concentração das ações na costa litoral brasileira.

A divulgação do Projeto TAMAR na TV Globo é vista como uma possibilidade de ampla visibilidade da causa ambiental de preservação das tartarugas marinhas e, ao longo dos anos, colaborou para a legitimação institucional do Projeto em suas ações de educação ambiental. Posteriormente, toda reportagem que falasse de tartarugas marinhas pode ser associada ao Projeto TAMAR, mediante a sua referência como instituição protetora das espécies de tartarugas marinhas que habitam o litoral brasileiro. Ainda que a comunicação do Projeto TAMAR seja atualmente direcionada a partir de uma Coordenação centralizada, vale ressaltar que essa Coordenação incorpora uma comunicação multidirecional a partir da vinculação do Projeto com um processo de mobilização social.

Ainda nas comemorações das quatro décadas de atuação, o Projeto TAMAR lançou, em junho de 2020, o programa TV Tamar, com 13 edições publicados no canal do Projeto TAMAR na plataforma do YouTube. Guy Marcovaldi, fundador do Projeto, participa do primeiro episódio do programa e revela que a ideia do Projeto TAMAR surgiu no dia 05 de fevereiro de 1977 e foi concretizada em 1980 com a formatura dos estudantes, após o desejo de salvarem as tartarugas na expedição do Atol das Rocas. O programa TV TAMAR reúne conteúdos sobre a história das quatro décadas de Projeto Tamar e aponta caminhos para o futuro do Projeto. Além disso, participam parceiros que também colaboram com ações de preservação do meio ambiente e demonstram uma aproximação entre a democracia, a ciência, a comunicação, a cultura, a ecologia e a memória em um possível processo democratização do conhecimento científico.

É perceptível a relação dessa pesquisa e do produto midiático analisado com a pandemia e seus desdobramentos. As visitas técnicas à sede do Projeto TAMAR em Praia do Forte (Bahia) foram limitadas durante a pesquisa por causa das medidas de saúde pública, e a coleta de dados foi, majoritariamente, remota. O período

pandêmico estimulou a criação da TV TAMAR para aproximação do público com as ações do Projeto TAMAR durante a vigência das medidas, se saúde pública, de isolamento e distanciamento social. A audiência da TV TAMAR foi expressiva comparada com outras produções veiculadas no próprio canal do Projeto TAMAR, na Web TV institucional na plataforma do Youtube.

4 COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROJETO TAMAR

Neste capítulo são apresentados o conceito de mobilização social e o contexto das ações de mobilização social do Projeto TAMAR, entendendo esse processo como complexo e mediado pela comunicação a partir das estratégias comunicacionais que colaboram para o fortalecimento de uma causa social. No item “Comunicação e Mobilização Social” apresentamos o conceito de mobilização social como um ato racional que objetiva a proposição de mudanças para se alcançar um objetivo consensual, ou seja, consentidos e compartilhados pelos cidadãos. A comunicação assume um papel fundamental para a eficácia dos processos de mobilização social, pois formata o objetivo e possibilita maior visibilidade e adesão à causa social. Finalmente, o item “Mobilização social no Projeto Tamar” aborda elementos que demonstram as ações de mobilização social do Projeto TAMAR que evidenciam a importância das estratégias dos agentes mobilizadores para o processo ser eficaz a médio e longo prazo.

4.1 Comunicação e Mobilização social

A cidadania, como parte do projeto ético proposto pela Constituição Federal Brasileira de 1988, é construída a partir da mobilização social. O livro “Mobilização Social: um modo de construir a democracia e participação” é introduzido por José Bernardo Toro e Nísia Maria Duarte Furquim Werneck, em 1996, compreendendo a importância da mobilização social para a construção e consolidação da democracia e, conseqüentemente, da cidadania no Brasil. Os autores introduzem o conceito de democracia como uma ética que reflete a capacidade de criar e escolher uma forma de viver em sociedade com o intuito de fazer possível uma vida digna para todas as pessoas. Nesse sentido, a ética democrática se constrói com a participação de livre vontade dos cidadãos de maneira cotidiana, a partir da mobilização social.

A mobilização social acontece quando um ou mais cidadãos buscam se organizar para atingir um objetivo em comum, de interesse público. Mobilização não pode ser resumida às manifestações em espaços públicos, sem um objetivo predeterminado e compartilhado. Segundo Toro e Werneck (1996, p. 5), “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma

interpretação e um sentido também compartilhados”. Vale ressaltar que a participação em um processo de mobilização social deve ser entendida como um ato de escolha e de livre vontade, visto que participar é uma ação a partir do entendimento de que se é responsável e capaz de provocar e construir mudanças (TORO; WERNECK, 1996).

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquele que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer dedicação contínua e produz resultados quotidianamente. (TORO; WERNECK, 1996, p. 5)

A mobilização social é um ato de comunicação. Segundo Toro e Werneck (1996, p. 6), a mobilização social “não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações”. Perceber o elo entre mobilização e comunicação é fundamental para entender a importância de estratégias nos usos da comunicação e das tecnologias para consolidar a causa ou o objetivo em comum que determina a mobilização, de maneira cotidiana e permanente.

Segundo Toro e Werneck (1996, p. 22), a mobilização social é um processo iniciado “quando uma pessoa, um grupo ou uma instituição decide iniciar um movimento no sentido de compartilhar um imaginário e o esforço para alcançá-lo”. Nesse processo, alguns atores são fundamentais: o produtor social (projeta e viabiliza a mobilização); o editor social (produz a mensagem da mobilização); e o reeditor social (interpreta e amplia a mensagem adequada ao público da mobilização). A comunicação no processo de mobilização social é desenvolvida por meio de formas, objetos, símbolos e signos adequados ao campo de atuação da causa que deve ser aderida, compartilhada e disseminada pelos cidadãos.

Segundo Henriques (2005), os toques dos sinos representavam uma das mais tradicionais formas de comunicação para mobilização social, visto que promovia o boca-boca entre os mais próximos para se reunirem no local já conhecido e determinado para conhecimento do que viria acontecer e ou a necessidade de organização entre as pessoas do local. As dinâmicas da comunicação essencialmente oral, promovida pelo chamado dos sinos, ainda permanecessem em determinadas

localidades “que combinava a relação direta face-a-face com este instrumento de mediação, com seus códigos próprios” (HENRIQUES, 2005, p. 2). Todavia, os sinos permanecessem nos mesmos lugares e ainda que muitos tenham emudecido, outros tanto persistem em sua função comunicativa de mobilização para um ato ou organização.

O desenvolvimento da eletrônica logo trouxe uma inovação de poder ainda maior: o alto-falante. Não por acaso, na maioria dos lugares este novo elemento foi colocado no lugar mais estratégico de todos: junto ao sino - e ainda hoje para muitas comunidades é o principal meio de comunicação a dar notícias e convocar as pessoas. Com o alto-falante instala-se também um problema: o da composição da mensagem. À mensagem do sino, um código acústico simplificado, veio somar-se uma mensagem oral que precisava ser de alguma forma elaborada: o que e como falar? De que forma falar de modo que todos compreendam e com a menor ambigüidade possível? Como se nota, a aposição de um alto-falante torna a comunicação bem mais sofisticada que, se quisermos, podemos considerar como uma pequena revolução. (HENRIQUES, 2005, p. 2)

A dinâmica da mobilização social na sociedade contemporânea é transformada pelas mudanças nas relações sociais, a partir do avanço das tecnologias e sua influência no cotidiano dos cidadãos, especialmente com um interesse público expandido para além das questões sociais, meramente, locais. Essas mudanças também ocorreram mediante a possibilidade de troca de informações com maior agilidade e rapidez, como reflexo do desenvolvimento das telecomunicações e da grande mídia.

O avanço e o acoplamento das várias tecnologias, especialmente dos meios eletrônicos, passa a prover um contato cada vez mais intenso e rápido entre quaisquer lugares do mundo, numa escala global. Isso permite transcender o localismo, quebrando o isolamento de comunidades e tornando-as extremamente permeáveis. Desta forma, tanto o rádio como a televisão serão fundamentais e, mais recentemente, a Internet. (HENRIQUES, 2005, p. 3)

A mobilização social contemporânea pode ser definida como um processo que acontece em torno de uma causa em comum, sem a necessidade de referência às questões meramente locais e ou, concomitantemente, adesão de pessoas de uma mesma localidade. Portanto, o próprio significado de “comunidade” como um conjunto de pessoas com relações sociais exclusivamente no âmbito local é transformado por uma dinâmica que, inclusive, afeta as estratégias de mobilização social. Isso também reflete um processo de descentralização nas relações sociais e na mobilização social,

ao considerar as transformações estabelecidas pelo desenvolvimento da globalização mediante a industrialização e a expansão dos espaços urbanos.

Com frequência, o fenômeno da moderna urbanização é explicado por diversos fatores sócio-econômicos e culturais, negligenciando-se a importância dos meios de comunicação. Ou seja, os meios de comunicação são vistos apenas como uma espécie de fenômeno paralelo, quando não são explicados apenas como sendo a consequência natural das demandas surgidas a partir da própria concentração urbana. Mas se abandonarmos uma visão simplista e determinista, podemos ver que tanto o fenômeno da urbanização quanto do desenvolvimento da comunicação são indissociáveis: ao mesmo tempo em que as formas de vida urbana geram demandas e condições para que os meios de comunicação sejam gerados, adaptados e transformados, estes meios, em permanente evolução, ao alterar as próprias relações, também transformam os próprios modos de viver e conviver no espaço urbano. (HENRIQUES, 2005, p. 4)

A mobilização social é um fenômeno mais visível e estudado na contemporaneidade (MAFRA, 2010). Esse fenômeno não pode ser considerado como uma realidade exclusivamente contemporânea ou que foi inventado pelas novas configurações nas relações sociais, pois desde que o “homem” constatou “suas potencialidades de agir no mundo e foi capaz de se reconhecer numa coletividade, ele se mobiliza junto aos seus semelhantes e compartilha desejos, sentimentos e ações, na tentativa de construir uma vida que lhe dê liberdade e autonomia” (MAFRA, 2010, p. 107).

Mobilizar também é construir estratégias participativas para garantia de interesses comuns e democráticos. Segundo Henrique (2005, p. 8), a mobilização social pode ser compreendida como “a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade, em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público”. No âmbito da sociedade contemporânea, as mudanças promovidas pela emergência de sociedade, ainda mais, complexas requerem novas estratégias para os processos de mobilização social.

Estamos tomando como elemento central dessa complexidade a multiplicidade, que engloba, na verdade, uma série de fenômenos com origens e histórias bem diversas. Mas se reconhecemos que há uma multiplicidade de interesses, de conhecimentos, de formas de vida, de centros, de entradas e saídas, de possibilidades de ação, estamos sempre diante do desafio de conciliar esses aspectos múltiplos e passíveis de rápida mutação em nosso cotidiano. Isso, evidentemente, impõe dificuldades e constrangimentos ao processo de mobilização, numa escala bem maior do que antes se verificava. (HENRIQUE, 2005, p. 8)

Nesse sentido, para analisar a mobilização social contemporânea faz-se necessário considerar a mudança no próprio exercício da política, especialmente pela emergência da democracia participativa. Esse tipo de governo, naturalmente, exige ações de mobilização que se tornam fundamentais para o exercício da cidadania. Daí a necessidade e articulação permanente entre o Estado e a Sociedade Civil para que se estabeleça os acordos e consensos sobre as políticas públicas, de forma mais democrática com a participação de diferentes setores, públicos e privados, da sociedade. Além das organizações da sociedade civil, de interesse público, é possível considerar a inclusão de instituições privadas e atores hegemônicos nos debates públicos de mobilização social, com o intuito de estabelecer benéficos em prol da responsabilidade social.

Num formato em que se torna imprescindível uma interlocução entre o Estado e a Sociedade Civil, a organização dos sujeitos em torno dos temas de interesse público é a forma de ampliação da sua potência cívica, o meio através do qual podem intervir mais ativamente no debate público e chegar às instâncias deliberativas. Mas se, por um lado, a geração de movimentos sociais afirma-se como uma forma de luta que visa alcançar as esferas da deliberação no jogo político, num regime de democracia participativa, o próprio Estado toma iniciativas mobilizadoras, na medida em que cria instâncias de participação da sociedade civil, tais como conselhos, comitês, grupos de trabalho. Estes mecanismos - sejam consultivos, deliberativos ou executivos, são importantes para de alguma maneira descentralizar o poder na formulação e na implementação de políticas públicas. Mais além dessas iniciativas, também estão aquelas tomadas pelas empresas, em nome da sua responsabilidade social, seja de mobilização de seu próprio público interno (voluntariado empresarial), seja de segmentos do público externo nas comunidades onde atua. (HENRIQUES, 2005, p. 8-9)

Esse cenário de mudanças nas relações, públicas e privadas, de planejamento, comunicação e ações estratégicas de mobilização social constrói um “amplo espectro mobilizador” (HENRIQUES, 2005). Ainda que existam projetos de mobilização com iniciativas isoladas, é crescente a articulação de um projeto com outro(s) que tenha interesse na mesma causa social ou com elementos comuns e, conseqüentemente, são causas conexas. É assim que emergem redes de colaboração e solidariedade que unem agentes de mobilização representando o Estado, a Iniciativa Privada e ou a Sociedade Civil. Segundo Henriques (2005, p. 9), “este formato pressupõe o estabelecimento de formas de cooperação entre estes agentes de modo a potencializar as suas ações e o seu poder de intervenção numa realidade social. E esta articulação tende a transcender o âmbito local para atingir níveis globais”.

Quando se considera a integração de diferentes setores, públicos e privados, da sociedade para a mobilização social, contata-se uma configuração em rede nos movimentos sociais e projetos mobilizadores. Essa configuração em rede possibilita a ultrapassagem dos atos restritos de ativismo, como organização de ações para garantia de uma causa social, visto que se pressupõe “um intenso intercâmbio de informações, que possibilita uma produção contínua e conjunta de conhecimentos acerca da causa a que referem e a causas correlatas” e, conseqüentemente, se configuram em “redes de aprendizagem”. As redes de aprendizagem representam a capacidade de adaptação contínua “à velocidade das transformações e à dinâmica das lutas sociais”, pela assimilação de novos conhecimentos advindos da experiência em rede (Henriques, 2005, p. 9).

A necessidade de posicionamento público para defesa de uma causa incorpora na mobilização social outra luta: a luta pela visibilidade da causa. Isso também é reflexo da busca por legitimação institucional no processo de mobilização social. Assim, observa-se a preocupação dos agentes de mobilização social em traçar estratégias que legitimem a luta não somente nos espaços físicos, mas também em ambientes midiáticos e digitais. Nesse sentido, os agentes mobilizadores procuram “reforçar sua potência cívica, para colocarem-se como legítimos interlocutores ou mesmo para ganharem simpatia para a causa”, buscando publicitar, continuamente, às causas da mobilização social na grande mídia.

Diante desse novo cenário, torna-se evidente que a questão da imagem assume posição central para os processos de mobilização. Este não é, no entanto, um processo simples, já que a pluralidade de interesses faz com que o espaço de publicização, através da mídia, tenha que ser todo o tempo reivindicado e conquistado. (HENRIQUES, 2005, p. 9-10)

A necessidade de organizar as informações para luta da causa social já demonstra a complexidade do processo de mobilização social que não pode ser restringido à uma perspectiva informacional, mas deve ser integrado à perspectiva relacional. Segundo Mafra (2010), a “atividade organizante” proposta pelos agentes de mobilização social integram a perspectiva informacional e a relacional com o objetivo de modelar um mundo comum. Nesse processo, as mudanças acontecem com o compartilhamento que considere as formas intersubjetivas de cada sujeito que venha a aderir à causa social. Isso reflete a complexidade da dinâmica mobilizadora.

Quando falamos de sociedade, nos referimos a sujeitos inseridos em realidades específicas, com contextos e estruturas de sentido características e peculiares. Assim, para que os sujeitos se sintam parte de uma causa social, é preciso que eles, antes de tudo, compreendam a causa com base em um código inteligível que possa ser compartilhado (bem como compreendam os meios, linguagens e instrumentos utilizados). E, nesse sentido, uma lógica transmissiva revela-se completamente reducionista e deficiente. Dessa forma, é preciso que os próprios sujeitos, como interlocutores autônomos, apropriem-se dos discursos recebidos, reelaborem-nos para, a partir de então, trazê-los para as próprias realidades. (MAFRA, 2010, p. 116)

Nesse contexto, a mobilização social não deve se configurar como um processo linear, meramente informacional, de compartilhamento de informações de interesse comum. A mobilização social é também um processo relacional que considera o envolvimento e a disposição de sujeitos à determinada causa social a partir de uma perspectiva circular, dinâmica e recursiva.

As complexidades do processo de mobilização social são expandidas pelo desenvolvimento da globalização e pelo avanço das tecnologias e da internet na sociedade contemporânea. A comunicação cumpre um papel fundamental no processo de mobilização social, tanto para formulação da mensagem de informação e adesão à causa social quanto para divulgação da mensagem para expansão dos agentes e simpatizantes da causa social e para própria legitimação institucional do movimento e da causa social.

A formulação de uma informação qualificada para a promoção de visibilidade à causa social perpassa uma rede de colaboração com intervenções comunicativas que refletem um ambiente de cooperação, entre os agentes da mobilização, os agentes da divulgação e, possivelmente, os sujeitos aderentes à causa através da sua divulgação. O intuito é a manutenção da causa social, considerando as contradições inerentes ao processo que podem ser transformadas em consenso (HENRIQUES, 2005).

Neste esforço, podemos perceber que entram em jogo outros elementos de ordem comunicativa que interferem na geração do vínculo de um sujeito com determinadas causas e não operam no âmbito dos meios de comunicação de maior alcance (massivo), mas de instrumentos de comunicação dirigida. Estes são compostos de forma estratégica e orientados em função de públicos específicos e são capazes não apenas de produzir uma identificação, mas de dar materialidade simbólica à luta pela causa de tal maneira que outros sujeitos possam reconhecê-la. Os exemplos mais notórios são a construção de uma programação visual aplicáveis às mais diversas peças (logomarcas), a produção e a disseminação de informações

qualificadas (folhetos, panfletos, fôlderes, cartilhas, manuais) e mesmo a programação de eventos (atos públicos, passeatas etc.) que podem garantir e ampliar a visibilidade através da geração de atos espetaculares. (HENRIQUES, 2005, p. 12)

Segundo Martino (2010, p 185), “a internet permitiu uma aproximação sem precedentes entre indivíduos com interesse e ideias semelhantes”. Essa constatação altera radicalmente a noção de “comunidade” e, conseqüentemente, dos interesses, que deveriam ser, comum a uma determinada localidade. Nesse sentido, pensar em mobilização social na sociedade contemporânea é considerar como necessária uma articulação para visibilidade de determinada causa social na internet, com estratégias que atendam as formatações de mensagens nos ambientes digitais.

A ideia de “comunidade”, nesse sentido, parece ter sido radicalmente alterada na reconfiguração da distância – pela primeira vez, as comunidades deixaram de ser definidas pela proximidade geográfica voluntária/involuntária, e ganharam uma nova forma de construção a partir do encontro de indivíduos virtualizados em uma experiência regida pela afinidade mútua. (MARTINO, 2010, p. 185)

Após o avanço das comunidades virtuais, observa-se que o sentimento de proximidade pode ser diagnosticado como uma construção a partir das relações sociais e de comunicação que se estabelecem na internet mediante as narrativas e ações verbais virtualizadas em compartilhamento. Segundo Martino (2010, p. 186) “as relações sociais entre os indivíduos que dela fazem parte igualmente são dirigidas para um uso dos novos espaços”. Nesse contexto, os espaços virtuais constituem as novas formas de “comunidade” e interferem nas possibilidades de participação dos indivíduos na sociedade e, conseqüentemente, nos processos de mobilização social. Visibilizar uma causa social na internet é uma forma de atingir e conquistar um público mais numeroso na sociedade contemporânea. Ainda que a adesão à causa seja de maneira estritamente virtual, os novos indivíduos podem colaborar para a legitimação institucional da causa de mobilização e de seus agentes.

Há uma alteração no sentido do conhecimento e da própria ideia de “memória”, uma vez que os acervos públicos e individuais são colocados à disposição na internet. Mais do que isso, a valorização individual de um tema torna-se ainda mais acalentada quando colocada à disposição do grupo: o reforço da memória comum é feito a partir do momento em que a disponibilização, na rede, das informações requeridas pelo grupo é uma maneira de contribuir para a construção de um conhecimento comum dentro das fronteiras do espaço virtual do grupo. (MARTINO, 2010, p. 186-187)

Segundo Martino (2010, p. 187), “a própria noção de algo comunitário se tornou virtual – isto é, possível mas não necessária”. A convivência no mesmo espaço geográfico não é mais uma necessidade para a identificação de uma comunidade que compartilha hábitos, costumes, práticas e tradições no seu dia-a-dia, fortalecendo os laços de interesses comuns. Assim, o sentimento de comunidade é reforçado na internet por um ambiente virtualizado de comunicação em rede que cria um espaço de informações compartilhadas, numa “troca de bits e bytes de identidades virtuais” (MARTINO, 2010).

As formas de mobilização social contemporânea passam por diversas mudanças com o desenvolvimento da internet e da convergência entre diferentes mídias para que os fluxos de informações e mensagens se expandam juntamente com a globalização capitalista. Entretanto, cabe ressaltar que as pautas de reivindicação da mobilização social podem permaneçam coerentes e atuais e, por isso, devem ser inseridas nos ambientes de visibilidade social. Segundo Pereira (2011, p. 20), “a Internet tem favorecido sobremaneira a criação de uma certa capilaridade entre os movimentos com diferentes áreas de atuação, fazendo com que haja um reconhecimento claro sobre o que os une e quais os adversários a serem conjuntamente combatidos”. A construção de redes colaborativas é um instrumento potente de visibilidade às causas sociais e de, possível, adesão de outros indivíduos aos movimentos sociais, especialmente nos ambientes digitais.

Segundo Borges e Jambeiro (2016, p. 74), “a condição básica para a participação cívica e política dos cidadãos é a percepção da existência de problemas e a consciência de que tais problemas podem ser resolvidos mediante determinados tipos de ação”. Nesse sentido, a mobilização social é um processo caracterizado pela participação dos cidadãos conscientes ou estimulados da necessidade de mudanças frente aos problemas sociais emergentes.

A comunicação é um instrumento fundamental para o processo de mobilização social, visto que possibilita fluxos de informações, opiniões e sugestões no intuito de enfrentar os problemas emergentes e lutar por soluções imediatas. A comunicação, em todas suas formas, “permite, pois, o conhecimento do problema e das variadas formas de solucioná-lo, e notadamente contribui para a formação da vontade de

mudar” (BORGES; JAMBEIRO, 2016, p. 75). A mobilização social é um processo distante de uma natureza individual. Esse processo acontece com a mediação de grupos sociais repletos de referência em ações políticas, como as chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC).

São estas que além de servirem de filtro na percepção dos problemas, se constituem também como instrumentos de adoção das soluções e de negociadores destas com outras organizações e, particularmente com o poder político. Elas são um dos caminhos de que o cidadão dispõe para a participação política, sobretudo no que se refere aos benefícios ou malefícios à sua vida cotidiana. (BORGES; JAMBEIRO, 2016, p. 75)

As OSC's realizam ações de mobilização social agregando indivíduos diferenciados na articulação de seus interesses. Dessa forma, elas se apresentam “à sociedade e ao mundo político como uma unidade”, sendo um ente jurídico uno que “assumem posições, perseguem objetivos e desenvolvem estratégias de ação como uma unidade social e política” (BORGES; JAMBEIRO, 2016, p. 75). A aproximação das OSC's de uma visibilidade permanente e de grande alcance na internet é um dos desafios da mobilização social contemporânea.

A internet é um meio que pode potencializar o acesso à informação e à comunicação “multidirecional” – no sentido de reformular a dinâmica de cidadãos passivos informados que não participam ativamente dos assuntos públicos – e, por isso, é vista como um instrumento de democratização na sociedade contemporânea (BORGES; JAMBEIRO, 2016). Nesse sentido, vale ressaltar a necessidade de democratizar o acesso à informação nos ambientes digitais, principalmente diante da possibilidade de ampliação da participação dos cidadãos em debates e ações de interesse público. O advento da internet ainda promoveu um debate sobre as potencialidades dos três principais modelos de democracia e suas potencialidades (BORGES; JAMBEIRO, 2016).

O modelo liberal vê a Rede como um meio poderoso para o cidadão ter acesso à informação atualizada e fazer suas escolhas, qualificando assim a competição de interesses. O modelo comunitarista assume a Internet como um meio ideal para o diálogo, através do qual se descobre identidades e propósitos compartilhados, ou seja, o diálogo é desejável para descobrir o bem comum já existente. Em contraste, o modelo deliberativo define o diálogo como um meio através do qual os participantes podem discutir e entender as diferenças, e decidir racionalmente, sendo a internet um precioso instrumento para a realização deste sonho. (BORGES; JAMBEIRO; 2016, p. 75-76)

Nesse contexto, compreende-se até aqui que a mobilização social na internet é uma forma democrática de apresentar e questionar problemas sociais; propor participação social em debates de interesse público; e expandir a visibilidade do movimento e promover aderência de novos indivíduos às causas sociais. Ainda existem muitas limitações e problemas para o acesso à internet por grande parcela dos cidadãos, mas deve-se considerar positivas as possibilidades de usos da internet para divulgação das causas de interesse público que necessitam de atenção e fiscalização urgente e ou permanente e, conseqüentemente, podem ampliar a participação social nos debates e decisões que influenciem na cidadania e no bem-estar social.

4.2 Mobilização social no Projeto TAMAR

As mudanças são necessárias quando problemas impedem um bom funcionamento da sociedade (HENRIQUES, 2013). Do ponto de vista da crise ambiental, intensificada pelo sistema capitalista e o processo de globalização, o desenvolvimento sustentável propõe mudanças para que as gerações atuais e futuras não sejam inteiramente prejudicadas pelos problemas decorrentes da poluição no meio ambiente. No caso do TAMAR, o Projeto surge com a iniciativa de mobilização para mudar a captura e morte, indevida e em larga escala, das tartarugas marinhas que ameaçam a sua extinção no Brasil, diante da importância das espécies para o equilíbrio do ecossistema marinho.

Mobilizar, portanto, é convocar essas vontades de pessoas que vivem no meio social (e optaram por um sistema político democrático) para que as coisas funcionem bem e para todos; é mostrar o problema, compartilhá-lo, distribuí-lo, para que assim as pessoas se sintam corresponsáveis por ele e passem a agir na tentativa de solucioná-lo. Nesse sentido, a mobilização social é a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público. Isso não implica a retirada da função do Estado de garantir a integração, a regulação e o bom funcionamento da sociedade. Mas implica que a própria sociedade crie meios de solucionar os problemas com os quais o Estado por si só não seja capaz de lidar. (HENRIQUES, 2013, p. 36)

Desde os últimos anos da década de 1960 surgem diversos movimentos sociais para defesa de causas ambientalistas, como reflexo de uma reversão radical do

pensamento da sociedade sobre as relações entre economia, sociedade e natureza (HENRIQUES, 2013), diante da crise ambiental (SANTOS, 2006) que se intensifica com o capitalismo e a globalização. O Projeto Tamar pode ser associado à essa dinâmica, por causa de sua mobilização para conservação das tartarugas e da vida marinha, com ações permanentes desde a sua criação em 1980.

A comunicação é uma estratégia fundamental para a estruturação de projetos mobilizadores, visto que possibilita a cessão da estagnação e acomodação dos indivíduos (HENRIQUES, 2013). Ao se estruturar um projeto de mobilização social pode-se comunicar um problema para diversas pessoas com a finalidade de alcançar uma solução de forma mais aberta, multidirecional, participativa e democrática.

No processo de mobilização social, o mínimo que as pessoas precisam é de informação sobre a causa, “mas, além disso, precisam compartilhar um imaginário, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança” (HENRIQUES, 2013, p. 36). As polêmicas que permeiam um problema ambiental devem ser apresentadas e discutidas para que possam ser reapropriadas pelas pessoas, que podem se mobilizar para encontrar a solução ou o equilíbrio do problema – sem tantos prejuízos para a sociedade a longo prazo.

O movimento ambientalista lida com o conceito da relação homem/natureza através do processo evolucionário e de longo prazo. Isto porque a absorção e o tratamento cotidiano das questões ambientais pela sociedade implica uma mudança de hábitos culturais bastante arraigados. A mudança do comportamento exige comprometimento dos cidadãos com a causa sociobiológica e ações contínuas incorporadas à ação mecanizada e “inconsciente” do cotidiano. Esse processo de conscientização e aprendizado se dá em um período de tempo prolongado, não acontece do dia para a noite. Dessa forma, a comunicação, em projetos de mobilização em geral, por ajudar na mudança e no compartilhamento de valores, também deve ser compreendida como um processo complexo, elaborado, de longo prazo. (HENRIQUES, 2013, p. 64)

O depoimento do fundador do Projeto TAMAR revela que o grupo de estudantes e ambientalistas da FURG, ao qual estava integrado, era reverso ao ato de matar e comer as tartarugas marinhas, como um produto para alimentação humana que se vendia normalmente nas peixarias. Eles conseguiram mudar o hábito ao passo que foram contratando “os maiores matadores e vendedores de tartarugas marinhas

do litoral brasileiro”. Uma mobilização social que provocou um “divisor de águas” na cultura ambiental litorânea e, como ressalta Marcovaldi, “é um sucesso até hoje”.

A jornalista Patrícia Nobre comentou, após a fala de Guy Marcovaldi, que a educação e a preservação são fundamentais para transformação dessa realidade (ameaça de extinção) sobre as tartarugas marinhas, justificando que se “você impor uma nova forma dessa pessoa se portar ela não vai querer, mas se ela entender porquê que ela tem que mudar é diferente”. É pela comunicação que as pessoas podem sentir pertencimento à causa e, assim, aderir à mobilização, com mais facilidade.

O grande desafio da comunicação, ao mobilizar, é tocar a emoção das pessoas, sem, contudo, manipulá-las, porque se assim for feito, ela será autoritária e imposta. Peruzzo (1998) observa que estes movimentos implicam o exercício da decisão partilhada e requerem a existência de canais desobstruídos, informações abundantes, autonomia, corresponsabilidade e representatividade. (HENRIQUES, 2013, p. 37)

A comunicação para mobilização social é um processo que envolve um público diversificado e, por isso, deve ser direcionada por ações e interações de maneira aberta, dinâmica e descentralizada para democratizar o perfil das pessoas que vão aderir à causa da mobilização. “Mais do que informar, a ação comunicativa, em projetos de mobilização, tem a função de criar e manter vínculos, uma interação própria entre seus públicos, através do compartilhamento de sentidos e de valores” (HENRIQUES, 2013, p. 67). Nesse contexto, quando um projeto de mobilização social promove ações e estimula interações comunicativas de forma aberta, democrática e multidirecional tende a alcançar uma continuidade – especificamente por, também, propor uma corresponsabilidade, entre os diversos indivíduos envolvidos, com a causa da mobilização.

A causa de uma mobilização social precisa ser alcançada e assumida por um público potencial que “seja capaz de motivar os diversos segmentos a algum tipo de ação efetiva” (HENRIQUES, 2013, p. 71). Quando a mobilização vai além da mera distribuição de informação pode-se alcançar a identificação com a causa e projetar ações contínuas e corresponsáveis por diferentes segmentos da sociedade. “Isso se dá através da detecção de elementos simbólicos comuns que podem ser facilmente decodificados e compartilhados e que melhor traduzam a causa em si e os valores que a ela podem ser agregados” (HENRIQUES, 2013, p. 71). Assim, o sentimento de

pertencimento à causa se solidifica, mais facilmente, entre diferentes públicos e a busca por comprometimento com resultados positivos para a causa deixa de ser uma utopia estagnada.

“A comunicação de massa é fundamental para difundir e dar legitimidade à causa, aumentando a sua forma de convocação” (HENRIQUES, 2013, p. 71). Quando acionados, os meios de comunicação de massa alcançam um grande público, pela audiência massiva, que é provocado para uma conscientização e discussão pública da causa da mobilização. O Projeto TAMAR expôs na primeira edição do programa TV TAMAR, em junho de 2020, um dos documentos históricos do início de sua mobilização que comprova a sua busca pelo apoio dos meios de comunicação de massa. O primeiro recurso de comunicação utilizado pelo Projeto TAMAR para divulgação da causa da conservação das tartarugas marinhas para a sociedade foi um vídeo intitulado “Tartarugas Marinhas” com narração de Mário Lago e direção de Claudio Salvager do Globo Ecologia (programa patrocinado pela Fundação Roberto Marinho).

Dá um orgulho “danado” de ver esse vídeo! Não só o vídeo, como as chamadas. Porque a Fundação Roberto Marinho botou no ar várias chamadas pedindo proteção da Praia do Forte, de Pirambu e de Regência. Nós tínhamos uma “costa quente” que era o IBDF que capitaneava toda essa ação e um apoio administrativo da FBCN, do Rio de Janeiro, que depois passou para a Fundação Garcia D’Ávila, do Klaus aqui. E, logo ai, em seguida a Fundação Tamar que foi criada em 1988. (Depoimento de Guy Marcovaldi, programa TV Tamar, edição 1)

A divulgação de uma causa nos meios de comunicação de massa não é o suficiente para a tomada de ações efetivas, e sua continuidade, pelos diferentes públicos da sociedade que deram audiência ao problema midiaticizado. “Ora, a mobilização é um processo gradual que envolve a criação e o compartilhamento de valores entre os indivíduos que participam dos projetos sociais” (HENRIQUES, 2013, p. 73). A tendência que o público se esqueça da causa noticiada nos meios de comunicação de massa, diante da regra de notícias diárias que são filtradas pelos interesses particulares da audiência, precisa ser diagnosticada previamente para que outras estratégias sejam acionadas e colaborem para a criação de um valor coletivo gerador de mobilização social permanente à causa.

A territorialidade do Projeto TAMAR foi uma das ações estratégicas para que a causa da preservação das tartarugas marinhas tivesse continuidade e passasse a ser assumida por diferentes segmentos da sociedade. Os estudantes que idealizaram o Projeto TAMAR identificaram um problema; articularam estratégias que amenizassem os conflitos e polêmicas em torno do problema; e acionaram os meios de comunicação de massa para potencializar uma causa de corresponsabilidade e mobilização social. Ao utilizar os recursos dos meios de comunicação de massa para potencializar o problema da extinção das tartarugas marinhas e reforçar a necessidade de fiscalização permanente das ações de pescadores em determinados territórios, o Projeto TAMAR assume uma identidade coletiva que necessidade de uma territorialidade para o equilíbrio de um problema na sociedade.

Nós fizemos um levantamento do Oiapoque ao Chuí e nós identificamos a Praia do Forte, isso em 1981, como um lugar importantíssimo. Porque a quantidade de desova que tinha aqui era uma das maiores do Brasil e continua sendo. Começa ali para o lado de Buraquinho em Arembepe e vai subindo, se concentrando por aqui. Então, nós também, além das tartarugas, fomos muito bem recebidos pelos nativos e pelo empresário, da época, Klaus Peters que nos deu o maior apoio. (Depoimento de Guy Marcovaldi, programa TV Tamar, edição 1)

O Projeto TAMAR é um espaço que atualmente participa da lógica de virtualidade do mundo globalizado, e suas ações e relações perpassam essa dinâmica que promove lugares e lugaridades virtuais. Com a sua territorialidade, o TAMAR se institucionalizou e, atualmente, sua missão – “de promover a recuperação das tartarugas marinhas, desenvolvendo ações de pesquisa, conservação e inclusão social” – e ações também estão registradas no espaço virtual, através da internet, integrado nas mais diversas plataformas virtuais (sites, redes sociais e aplicativos para celulares/smartphones etc).

Em 2020, o Projeto TAMAR lançou um aplicativo que reproduz o espaço geográfico do Centro de Visitantes da Praia do Forte-BA e pode ser utilizado pelas pessoas para conhecer a tecnosfera do Tamar, com informações midiaticizadas, sem o acompanhamento direto de um guia do Projeto. No contexto da pandemia de COVID-19, o Projeto TAMAR também readaptou as suas ações de educação ambiental, ao promover a experiência do “Seja biólogo por um dia”, que era realizada apenas de maneira física, com recursos virtuais, a partir do custeio de ingresso. Isso possibilitou a aproximação de novas pessoas com a causa e valores do Projeto.

A complexidade do Projeto TAMAR não se resume na abreviação do nome que corresponde à tartarugas marinhas e representa a causa de mobilização social para conservação das espécies ameaçadas de extinção no Brasil. As espécies de tartarugas marinhas “cabeçuda”, “verde”, “oliva”, “de pente” e “de couro” que habitam o litoral brasileiro sofreram constante ameaça de extinção por causa da ação de pescadores que tinham nesses animais uma forma de sobrevivência com o consumo e a venda da carne, do couro e dos ovos. Esses valores sociais dos pescadores tensionaram os idealizadores do Projeto TAMAR que surge com a missão de proteger as tartarugas marinhas e se consolida com ações na sede de Praia do Forte-BA, e demais bases e centros de visitantes.

As informações sobre o Projeto TAMAR e todo seu histórico de ações em prol da conservação das tartarugas e vida marinha no litoral brasileiro podem ser encontradas mais facilmente no site organizacional. Essa oferta de informação está associada a uma lógica complexa que envolvem, por um lado, mecanismos de mobilização social e, por outro lado, retorno aos financiamentos governamentais. No âmbito da esfera pública, observa-se que “a leitura efetiva da informação disponível nos sites não está nada garantida, e muitos sites conhecem uma frequência episódica que não justifica a atualização regular” (MIÈGE, 2009, p. 74). Além disso, o consumo das informações acontece de forma mais retraída, ao qual não diminui a importância dessas informações para o entendimento das ações do Projeto.

Ao acessar o site do Projeto TAMAR, pode-se observar que a maioria das informações não demarcam uma data de publicação e nem a autoria dos textos informativos. Fica subtendido que as informações partem de um consenso da coordenação do Projeto – justificando a não autoria dos textos informativos – e demonstram que as ações desenvolvidas são sazonais e seguem a dinâmica de releases jornalísticos – justificando a ausência de uma data de publicação. Além disso, observa-se a construção de hipertextos com a disponibilização de links direcionados às informações adicionais sobre a determinada sessão temática do Projeto TAMAR. É importante considerar, ainda, nessa dinâmica de informações sobre o Projeto TAMAR no site organizacional, a disponibilidade contínua de acesso e a confiabilidade das informações referentes as ações efetivas do Projeto que podem despertar mobilização social para a causa ambiental.

A comunicação democrática e multidirecional dos idealizadores do Projeto TAMAR com as pessoas da vila de pescadores de Praia do Forte-BA foi um diferencial para a instalação da sede do Projeto, naquela localidade, em 1982. A dedicação e a conscientização de moradores e veranistas de Praia do Forte-BA à causa do Projeto TAMAR foi essencial para consolidação da base de pesquisa das tartarugas marinhas e do centro de visitantes. Em 2002, a Praia do Forte-BA e a sede do Projeto TAMAR já tinham se tornado um importante polo turístico de visitação nacional e internacional. A sede do Projeto TAMAR fica em Praia do Forte, situada no município de Mata de São João-BA – a cerca de 75km do Centro de Salvador e 50km do Aeroporto Internacional de Salvador, através da BA-092 na Estrada do C co.

As pesquisas realizadas – a partir da identifica o e acompanhamento das espécies pela telemetria – pelo Projeto TAMAR são fundamentais para a preserva o das tartarugas marinhas que precisam ser protegidas, diante da importância do seu papel ecológico para o ambiente marinho. As tartarugas marinhas são consideradas “engenheiras” do ecossistema marinho, “devido a sua influência e a o sobre os recifes de coral, bancos de grama marinha e substratos arenosos do fundo oceânico”. A ameaça de extin o está associada à fatores que, permanentemente, interferem o ciclo, natural, de vida das tartarugas marinhas, e colaboram para a estatística de que a cada mil filhotes apenas um ou dois chega a fase adulta.

O Centro de Visitantes de Praia do Forte apresenta uma perspectiva associada aos parques de diversões, na lógica dos lugares globalizados, que promove grande sedu o turística. Os visitantes podem ter acesso ao espaço a partir da aquisi o de ingresso, dentre as ofertas inteira, meia-entrada ou passaporte-família – com a exce o de crianças até 5 anos, membros da Marinha e funcionários da Concessionária Litoral Norte (CLN) da Estrada do Côco e pessoas naturais de Mata de São João que têm direito à gratuidade. Enquanto a psicofera é a esfera da a o, a tecnofera é o mundo dos objetos que, naturais ou artificiais, são híbridos (SANTOS, 2006), visto que sem as a es, os objetos, não têm existência real, valorativa.

Assim cada lugar, cada subespaço, tanto se define por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. De resto, é assim que os subespaços existem e se diferenciam um dos outros. Os espaços da globaliza o apresentam de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional. Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade

comunicacional, atributos que se interpenetram e cuja fusão os caracteriza e distingue. (SANTOS, 2006, p. 173)

Em quatro décadas de atividades, o Projeto TAMAR alcançou resultados positivos para as cinco espécies, ameaçadas de extinção, de tartarugas marinhas que habitam o litoral brasileiro, por meio da pesquisa aplicada, educação ambiental e comunicação científica. A análise de dados, em mais de 15 anos de estudos científicos, revela a tendência de recuperação das populações das espécies “cabeçuda”, “oliva”, “de pente” e “de couro”. As pesquisas também apontam que as populações da espécie “verde” estão com índice estável. Os resultados alcançados não diminuem a necessidade de mobilização social para conservação das espécies de tartarugas marinhas do litoral brasileiro. Nesse sentido, precisam ser permanentes as ações do Projeto TAMAR para conservação e pesquisa, educação ambiental, comunicação científica e sensibilização das instituições sociais e populações das regiões de desova e de alimentação das tartarugas marinhas.

A Fundação que coordena as ações do Projeto TAMAR se dedica, intensamente, para aperfeiçoamento de ações estratégicas e efetivas que promovam maior envolvimento da sociedade e geração de recursos próprios. Assim, a autogestão sustentável do Projeto pode se fortalecer e os benefícios socioeconômicos para as comunidades litorâneas, do entorno das bases regionais e centro de visitantes do Projeto TAMAR, serem ampliados e diversificados.

Os lugares onde o Projeto TAMAR têm Centro de Visitantes e ou Lojas Físicas são considerados espaços com maior potencial turístico e, conseqüentemente, movimentam a economia ao gerar mais oportunidades de emprego e renda para as comunidades locais. Outra estratégia para que as comunidades litorâneas, integradas ao Projeto, com menor potencial de desenvolvimento econômico, sejam beneficiadas é a sua participação em “processos de produção e comercialização, nas Confecções Projeto TAMAR e nos Grupos de Artesanato regionais apoiados”, que serão expostos nas lojas virtuais e físicas, nos centros de visitantes, do Projeto TAMAR. Numa perspectiva micropolítica, as ações para autogestão sustentável do Projeto TAMAR podem ser associadas à comunidade/sociedade que se organiza em torno de valores morais compartilhados e à uma ideia plausível de bem comum (MOUFFE, 1999).

Necesitamos restablecer la conexión perdida entre ética y política, pero no podemos hacerlo sacrificando las conquistas de la revolución democrática. No debemos aceptar una falsa dicotomía entre libertad individual y derechos, o entre actividad cívica y comunidad política. No sólo tenemos que elegir entre um conjunto de indivíduos sin preocupação pública común y uma comunidade premoderna organizada alrededor de uma única idea sustancial del bien común. El desafío decisivo estriba en abordar la comunidad política democrática moderna fuera de esta dicotomia. (MOUFFE, 1999, p. 95)

Nesse contexto, pondera-se que é estabelecida uma cadeia de produção social através do Projeto TAMAR, com valorização de aspectos culturais diversificados, especialmente pelo artesanato local, onde um produto que é confeccionado em uma determinada região pode ser comercializado em outra região do Projeto TAMAR. Vale ressaltar que os produtos são confeccionados em sua maioria por mulheres e isso garante uma maior independência financeira desse público – historicamente em condição sociopolítica subalterna.

Figura 2: Ciclo socioprodutivo das ações do Projeto TAMAR



Fonte: Site do Projeto TAMAR

Essas ações e relações nem sempre são expostas e ou percebidas por quem reduz a sua participação e sensibilização à causa ambiental ao encantamento do Projeto TAMAR, provocado pelos objetos da tecnosfera do Centro de Visitantes de Praia do Forte-BA. Entretanto, observa-se maiores possibilidades de fortalecimento da economia e da cultura de diferentes regiões litorâneas, integradas ao Projeto TAMAR, ampliando a participação, democrática, de diferentes grupos sociais no

Projeto TAMAR. Além do Centro de Visitantes de Praia do Forte-BA, o Projeto TAMAR tem mais seis centros de visitantes e está presente em 26 localidades litorâneas, espalhadas por oito estados brasileiros.

É importante considerar que, numa perspectiva democrática radical (MOUFFE, 1999), os conflitos e as polêmicas são tensões permanentes numa mobilização social, por causa da identidade coletiva que, ao mesmo tempo, integra a identidade de um cidadão (envolve direitos e deveres para igualdade) e de um indivíduo (envolve liberdade e pluralismo individual). A democracia moderna é marcada por essas tensões que envolvem a liberdade (do âmbito individual/privado) e a igualdade (do âmbito do cidadão/público).

Figura 3: Pesca de tartaruga marinha na década de 1970



Fonte: Site do Projeto TAMAR

A decisão inicial da coordenação do Projeto TAMAR de reconhecer os saberes tradicionais das comunidades locais e incluir os pescadores – antigos predadores das tartarugas marinhas – nas ações do Projeto foi crucial para a consolidação da mobilização social. A preservação das tartarugas marinhas é uma missão de corresponsabilidade democrática. O Projeto TAMAR busca identificar as tensões que prejudicam o desenvolvimento sustentável e consolida suas estratégias de educação ambiental e inclusão social convocando diferentes grupos sociais para a sensibilização da causa sociopolítica e ambiental.

Para hacer posible la hegemonía de las fuerzas democráticas hacen falta nuevas identidades, y aquí abogo por una identidad política común como ciudadanos democráticos radicales. Entiendo por esto una identificación colectiva con una interpretación democrática radical de los principios del régimen democrático liberal: libertad y igualdad. Semejante interpretación presupone que los principios se entienden de manera tal que se tome en cuenta las diferentes relaciones sociales y las distintas posiciones subjetivas en que son pertinentes: género, clase, raza, etnicidad, orientación sexual, etc. (MOUFFE, 1999, p. 103).

É preciso garantir, também, a sobrevivência das comunidades locais no entorno do Projeto TAMAR, a partir de iniciativas democráticas que promovam ações e relações benéficas à causa da mobilização social, ou seja, potencializem a sustentabilidade para as tartarugas marinhas, para o ecossistema marinho e para a sociedade em geral. As forças democráticas potencializam identidades coletivas que buscam garantir a cidadania de mais indivíduos na sociedade contemporânea. A inclusão social, promovida pelas forças democráticas, possibilita uma alteração na estrutura sociopolítica e amplia a participação de diferentes atores sociais em esferas de poder e de visibilidade na sociedade contemporânea.

A este respecto, la característica fundamental de la modernidad es, sin duda, el advenimiento de la revolución democrática. Como ha mostrado Claude Lefort, esta revolución democrática es originariamente un nuevo tipo de institución de lo social en el que el poder se convierte en un <espacio vacío>. Por esta razón, la sociedad democrática moderna está constituida como <una sociedad en la que el poder, el derecho y el conocimiento están expuestos a una indeterminación radical, una sociedad que se ha convertido en teatro de una aventura incontrolable, de modo que lo instituido nunca llega a ser lo establecido, lo conocido permanece indeterminado por lo desconocido y el presente se resiste a toda definición>. (MOUFFE, 1999, p. 30)

Essa é uma luta de quem reconhece uma pluralidade de realidades específicas e respeita a liberdade individual (MOUFFE, 1999) na sociedade moderna. O programa “Tamarzinhos” é realizado desde 1995, na sede de Praia do Forte-BA, como uma estratégia de educação ambiental para as crianças da comunidade e do entorno. Mariucha Luz atua na coordenação do programa – tendo participado da primeira turma, do programa, e seguido como monitora nos anos correntes – e destaca a importância dessa ação para o entendimento das crianças sobre a importância de proteger as tartarugas marinhas e sua comunidade litorânea e para futuro promissor, por meio das estratégias psicopedagógicas desenvolvidas pelo programa e pelo Projeto TAMAR.

Em depoimento na primeira edição do programa TV TAMAR, Guy Marcovaldi declara que alguns netos de pescadores – antigos matadores das tartarugas marinhas – se formaram em Biologia e trabalham no Projeto TAMAR. Um deles é o biólogo Itamar Santana que atua na sede do Projeto TAMAR em Praia do Forte – ele também é um ex-“Tamarzinho” e participou da segunda edição do programa TV TAMAR em 2020. Ele acredita que os nativos, por meio da formação e da capacidade intelectual, devem reger o TAMAR com uma mínima interferência de fora, tendo eles, num futuro próximo, o comando geral do Projeto. Portanto, é importante que moradores do habitat natural das espécies, pescadores e demais residentes das regiões litorâneas, tenham protagonismo permanente nas ações de preservação das tartarugas marinhas no litoral brasileiro.

A mobilização social do Projeto TAMAR é um processo que pode ser considerado exitoso a partir da análise das quatro décadas de atuação das ações de preservação das tartarugas marinhas. O Projeto TAMAR se consolidou como um projeto de preservação ambiental reconhecido nacionalmente e com alcance internacional, a partir de ações e parcerias (inter)institucionais no Brasil e diversos países. O recurso da comunicação foi fundamental nesse processo de mobilização social, tanto para o reconhecimento visual (logotipos, marcas, uniformes e demais produtos personalizados) quanto para o reconhecimento social (com a missão do Projeto). A permanência das ações de mobilização social que possibilita transformação social demonstra a necessidade de investimento permanente no Projeto TAMAR.

O contato do público com o Projeto TAMAR vai além das interações nos ambientes digitais e das visitas guiadas nas bases de pesquisa e Centro de visitantes. Um dos exemplos que reforça que o Projeto TAMAR não acontece apenas com seus idealizadores é a parceria da sociedade com o Projeto quando alguém encontra uma tartaruga marinha que precisa de ajuda ou apareceu morta e recorre ao Projeto TAMAR para tentar recuperação ou suporte técnico da espécie encontrada. Isso é reflexo de uma mobilização social que atinge um nível transformador e integra mais cidadãos na defesa da causa social. É importante ressaltar a possibilidade de que os nativos se transformem em agentes e líderes de mobilização social no Projeto TAMAR, participando ativamente na gestão e em decisões importantes para a continuidade das ações de preservação ambiental.

5 DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA TV TAMAR

Neste capítulo, a discussão teórica-analítica se constrói a partir do processo de democratização do conhecimento científico do Projeto TAMAR com o objetivo de analisar o fenômeno no programa TV TAMAR. Na ambiência da pandemia de COVID-19, especificamente em junho de 2020, o Projeto TAMAR criou um programa para divulgação no seu canal na plataforma do Youtube que resultou em 13 edições. O programa TV TAMAR foi apresentado por Anna Valéria, Giacomo Mancini e Patricia Nobre (ex-repórteres e apresentadores da TV Bahia), com pautas voltadas para a construção de memória do Projeto TAMAR, para divulgação de suas ações de democratização de conhecimento científico e para promoção do Projeto, a partir do seu histórico de responsabilidade socioambiental e de suas ações comerciais.

No item “Procedimentos Metodológicos” para delimitar os caminhos de investigação. A proposta deste capítulo é analisar os processos comunicacionais do Projeto TAMAR a partir das 13 edições do programa TV TAMAR veiculados no canal do Youtube do Projeto, entre junho e outubro de 2020, numa programação semanal vinculada ao gênero televisivo e jornalístico numa WebTV. A análise é detalhada nos itens “Análise de gênero no programa TV TAMAR” e “Análise dos modos de endereçamento no programa TV TAMAR” para compreensão do fenômeno de democratização do conhecimento científico no Projeto TAMAR.

5.1 Procedimentos metodológicos

O programa TV TAMAR foi produzido pelo Projeto TAMAR e apresentado pelos jornalistas Anna Valéria, Giacomo Mancini e Patrícia Nobre entre os meses de junho e outubro de 2020, totalizando 13 edições com veiculação semanal na plataforma do Youtube no canal “Videoteca do TAMAR” que se configura como uma WebTV e reúne diversas produções audiovisuais do Projeto TAMAR.

Após solicitação de informação sobre o Planejamento do programa TV TAMAR para o e-mail institucional, houve um retorno, de uma assistente administrativa do Projeto, com uma nota de um breve detalhamento do processo de idealização e produção do programa. Guy Marcovaldi, coordenador nacional de Comunicação

do Projeto Tamar, explicou que a TV TAMAR foi um produto pensado por ele durante a pandemia. O produto audiovisual foi idealizado com o intuito de contar as histórias do TAMAR e de alguns personagens que contribuíram para o seu legado, ao público/audiência.

Ainda foi detalhado que os apresentadores Anna Valéria, Giácomo Mancini e Patrícia Nobre foram convidados por Guy Marcovaldi pessoalmente, por serem considerados três referências nacionais no telejornalismo. Vale destacar suas experiências como repórteres e apresentadores da Rede Globo de Televisão, especialmente na afiliada Rede Bahia. A nota ainda ressaltava que esses três jornalistas fizeram ao longo de suas carreiras diversas reportagens sobre o Projeto TAMAR e, conseqüentemente, isso facilitou a criação dos episódios da TV TAMAR.

Os jornalistas tiveram autonomia para decidir entre si as perguntas que fariam nas entrevistas a partir da definição dos temas de cada edição do programa, feita pelo Guy Marcovaldi. Entretanto, constata-se a ausência de um planejamento estratégico feito pela produção, ou seja, a construção de um “plano-piloto” que também influenciaria no direcionamento para continuidade prolongada ou permanente do programa TV TAMAR.

Diante da situação exposta, ainda é possível salientar a relevância do material para composição integral do *corpus* de análise, como condição metodológica consistente para atingir os objetivos da pesquisa. Assim, as 13 edições do programa TV TAMAR são os objetos de análise dessa pesquisa. As análises consideram os recursos de imagem, som e edição aliados à elementos discursivos e sociais que representam a linguagem característica dos produtos televisivos. Houve um esforço do autor na construção de um planejamento das edições que categorizassem as temáticas de cada edição/bloco do programa na tentativa de atender aos objetivos da pesquisa – com um suporte mínimo da descrição das edições do programa.

Nesse contexto, a investigação considera os métodos de análise para produtos televisivos que aborda o conceito de gênero televisivo GOMES (2007) e de gênero jornalístico (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016) para apresentação de uma análise geral do programa TV TAMAR e suas especificidades como produto televisivo, ainda

que ambientado numa WebTV na plataforma do Youtube. Isso representa um esforço de aproximação das classificações para análise geral do programa TV TAMAR.

Propor uma análise de gênero para o programa TV TAMAR é considerar a importância da classificação de um produto audiovisual para reconhecimento do público a partir das interações desejadas na produção dos conteúdos. Segundo Gomes (2007, p. 19), “colocar a atenção nos gêneros televisivos implica reconhecer que o receptor orienta sua interação com o programa e com o meio de comunicação de acordo com as expectativas geradas pelo próprio reconhecimento do gênero”. A sociedade passa a reconhecer e classificar o interesse de determinado produto midiático a partir da sua formatação contextual, cultural e informacional.

É na articulação, portanto, entre os elementos próprios da linguagem televisiva, do fazer jornalístico e da representação da cultura que acreditamos que se dê a configuração de um gênero ou subgênero específico dentro da programação televisiva e, em consequência, os modos como ele, enquanto uma estratégia de comunicabilidade ou estratégia de interação, se endereça aos seus receptores. (GOMES, 2007, p. 20)

O trabalho jornalístico tem sua norma e organização constituída por padrões preestabelecidos e subdivide-se, ao menos, entre os estágios de gêneros e formatos. Ambos são complementares e estão inseridos “na ampla esfera dos processos comunicacionais, especialmente no tocante aos fluxos de distribuição de mensagens midiáticas, isto é, aqueles que dependem, necessariamente, dos meios massivos ou digitais para tramitar coletivamente” (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 41). Os autores também consideram os mecanismos de interação com o público como um fator preponderante para classificação de um gênero ou formato, especialmente quando são identificadas as peculiaridades ambientais referentes aos suportes tecnológicos e às engrenagens produtivas.

Segundo Marques de Melo e Assis (2016, p. 45) “os gêneros devem ser considerados como artifícios instrumentais que auxiliam a indústria midiática a produzir conteúdos, consistentes e eficazes, em sintonia com as expectativas da audiência” e isso representa uma estratégia de comunicabilidade pactual que envolve os produtores dos conteúdos midiáticos e os receptores das mensagens transmitidas pela mídia.

Vale ressaltar ainda as funções que as mídias podem cumprir pelas mensagens produzidas e transmitidas para o público, como a informação, correlação, continuidade, entretenimento e mobilização. Segundo Marques de Melo; Assis (2016), os gêneros jornalísticos são definidos como informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário e estão associados, diretamente, as funções de informação, correlação, continuidade entretenimento e mobilização da mídia.

- informação: a Mídia provém dados sobre acontecimentos e situações; indica relações de poder; facilita inovação, adaptação e progresso;
- correlação: interpreta significados; socializa valores; sugere consenso; prioriza rumos;
- continuidade: reforça a cultura hegemônica, embora atenta às alternativas da contracultura; fortalece e preserva valores consensuais;
- entretenimento: provém distração, diversão e relaxamento; reduz as tensões sociais;
- mobilização: respalda ações coletivas, embasadas nas decisões de cidadania (participação política, religiosa, cultural) ou de consumo (bens e serviços, marcas e símbolos). (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 45-46)

Segundo Gomes (2007, p. 19) os programas telejornalísticos são considerados “uma variação específica dentro da programação televisiva, enquanto compondo, no seu conjunto um gênero - programa jornalístico televisivo, que obedece a formatos e regras próprias do campo jornalístico em negociação com o campo televisivo”.

A investigação considera os cinco gêneros jornalísticos propostos para os produtos midiáticos e visa aproximá-los ao conceito de gênero televisivo proposto por Gomes (2007) com o intuito de tecer considerações analíticas sobre o gênero do programa TV TAMAR, um programa de entrevistas produzido por jornalistas como uma WebTV na plataforma do Youtube.

Tabela 4: Classificação de gênero e subgêneros/formatos por Gomes (2007)

Classificador	Gêneros	Subgêneros ou Formatos	Características Gerais
		Telejornais	

Itania Gomes (2007)	Produto de jornalismo televisivo	Programas de Entrevistas	- Abordagem pela linguagem televisiva e elementos próprios do campo jornalístico (produto de jornalismo televisivo) - Abordagem da interação com os telespectadores (produto comunicacional)
		Documentários televisivos	
		Produtos de jornalismo temático	

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023)

A investigação analisa o programa TV TAMAR a partir das considerações sobre o gênero dos produtos midiáticos, mas também considera necessária a análise das 13 edições a partir do conceito de modos de endereçamento que são operacionalizados em nove dimensões por Gomes (2005). Os gêneros são constituídos na ordem da virtualidade e, por isso, podem condensar diferentes formatos. Nesse sentido, “o gênero encontra sua realização em programas específicos e, no sentido que adotamos aqui, nos modos de endereçamento que cada programa constrói na relação com os receptores” (GOMES, 2007, p. 20). Assim, a investigação segue com uma análise a partir dos operacionalizadores dos modos de endereçamento dos produtos televisivos.

Os modos de endereçamento são operacionalizados em dimensões de análise por Gomes (2005, 2007a) para produtos televisivos, sendo eles: (1) O mediador; (2) A temática, organização das editorias e proximidade com a audiência (2005) ou Organização temática (2007); (3) O pacto sobre o papel do jornalismo; (4) O contexto comunicativo; (5) Os recursos técnicos a serviço do jornalismo; (6) Recursos da linguagem televisiva; (7) Formatos de apresentação da notícia; (8) Relação com as fontes de informação; e, (9) O texto verbal.

A partir dessa construção, são definidos cinco operacionalizadores como preponderantes para a análise do programa TV TAMAR referente ao objetivo de evidenciar as estratégias comunicacionais para democratização do conhecimento científico. Portanto, são considerados os operadores “mediador”; “organização temática”; “pacto sobre o papel do jornalismo”; “contexto comunicativo”; e “relação com as fontes de informação” na análise dos modos de endereçamento no programa TV TAMAR.

Tabela 5: Operacionalização dos modos de endereçamento a partir de Itania Gomes (2005, 2007a)

Operador de Análise	Características/Detalhamento
Mediador	<p>A diversificação de formatos nos impõe pensar em vários mediadores dentro de um mesmo programa jornalístico. Em geral, os programas das emissoras profissionais contam com apresentadores ou âncoras, comentaristas, correspondentes e repórteres. Sem dúvida, em qualquer formato de programa jornalístico na televisão, o apresentador é a figura central, aquele que representa a “cara” do programa, e que constrói a ligação entre o telespectador e os outros jornalistas que fazem o programa. Assim, para compreender o modo de endereçamento, é fundamental analisar quem são os apresentadores, como se posicionam diante das câmeras e, portanto, como se posicionam para o telespectador (GOMES, 2005, p. 4)</p>
Organização temática	<p>A arquitetura dessa organização implica, por parte do programa, a aposta em certos interesses e competências do telespectador. No caso dos programas de jornalismo temático, parece quase óbvio dizer que a temática é o operador de maior importância para a análise do modo de endereçamento – programas esportivos, programas culturais, programas ecológicos. Nesses casos, cabe analisar como a temática é abordada e como se articula aos outros operadores de análise. Para os telejornais, entretanto, a análise da organização temática demanda maior atenção e por vezes só pode ser compreendida através da observação do modo específico de organizar e apresentar as diversas editoriais e do modo específico de construir a proximidade geográfica com sua audiência. (GOMES, 2007, p. 27)</p>

<p>O pacto sobre o papel do jornalismo</p>	<p>A relação entre programa e telespectador é regulada, com uma série de acordos tácitos, por um pacto sobre o papel do jornalismo na sociedade. É esse pacto que dirá ao telespectador o que deve esperar ver no programa. Para compreensão do pacto é fundamental a análise de como o programa constrói as idéias de verdade e relevância da notícia, com quais valores-notícia de referência opera, como lida com a questão da responsabilidade social, do direito público à informação e da liberdade de expressão e de opinião. (GOMES, 2005, p. 4)</p>
<p>O contexto comunicativo</p>	<p>Outro operador de análise do modo de endereçamento é o "contexto comunicativo" em que o programa televisivo atua, contexto que compreende tanto emissor, quanto receptor e mais as circunstâncias espaciais e temporais em que o processo comunicativo se dá. A comunicação tem lugar em um ambiente físico, social e mental partilhado. Isso pode ser melhor explicado pelo recurso à noção de instruções de uso de um texto, ou seja, aqueles princípios reguladores da comunicação – os modos como os emissores se apresentam, como representam seus receptores e como situam uns e outros em uma situação comunicativa concreta. Um telejornal sempre apresenta definições dos seus participantes, dos objetivos e dos modos de comunicar, explicitamente ('você, amigo da Rede Globo', 'para o amigo que está chegando em casa agora', 'esta é a principal notícia do dia', 'Agilidade, dinamismo e credibilidade é o que queremos trazer para você', 'você é meu parceiro, nós vamos juntos onde a notícia está) - ou implicitamente – através das escolhas técnicas, do cenário, da postura do apresentador. (GOMES, 2005, p. 4-5)</p>

Relação com as fontes de informação	Há dois tipos elementares de fontes nos programas jornalísticos, a autoridade / o especialista e o cidadão comum. Na maioria dos programas brasileiros, a fonte oficial é tratada de modo a transferir sua credibilidade para o programa, através do recurso à voz autorizada. Em menor escala, temos as entrevistas duras, combativas. O cidadão comum aparece de três modos básicos nos programas jornalísticos: quando ele é afetado pelas notícias; quando ele próprio se transforma em notícia, seja nos fait divers, seja nas humanizações do relato; quando ele autentica a cobertura noticiosa e é tratado como vox populi. (GOMES, 2005, p. 5)
-------------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023), a partir de Gomes (2005, 2007a)

Quanto aos procedimentos técnicos, essa abordagem investigativa segue as convicções da pesquisa bibliográfica e da análise empírica. Inicialmente, a pesquisa bibliográfica conduz a parte teórica, em construção analítica, por meio da utilização de livros, artigos de periódicos e eventos científicos, além de textos e reportagens diversos sobre os temas abordados, após um levantamento bibliográfico sobre os conceitos de democratização do conhecimento científico, informação para a cidadania e mobilização social. Ainda são incorporadas referências teóricas trabalhadas nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), especialmente no que tange os processos e fenômenos comunicacionais.

Ademais, o requisito de Qualificação no PPGCOM foi cumprido para colaborar com o refinamento da fundamentação teórica e dos procedimentos metodológicos na investigação do programa TV TAMAR. Essa etapa favoreceu um aprimoramento da organização lógica dos assuntos tratados nessa investigação, contribuindo para a conclusão da redação final do texto, na pesquisa bibliográfica e na análise empírica. A pesquisa empírica incorpora as 13 edições do programa TV TAMAR, disponíveis no canal do Projeto TAMAR na plataforma do Youtube. Em suma, a proposta de investigar a democratização do conhecimento científico no programa TV TAMAR é construída por um olhar sobre os conceitos, supracitados, de gênero e de modos de endereçamento.

5.2 Análise de gênero no programa TV TAMAR

O programa TV TAMAR foi apresentado pelos jornalistas Anna Vália, Giacomo Mancini e Patrícia Nobre durante os meses de junho e outubro de 2020, com edições semanais disponibilizadas gratuitamente no canal do Projeto TAMAR na plataforma do Youtube. Uma das formas mais rápidas de identificação de um programa com o seu público é através da chamada que explicita os assuntos importantes para serem abordados, além da própria abertura que condensa capturas de imagem e som reproduzidas continuamente favorecendo a identificação do público quanto ao produto midiático.

A chamada do programa TV TAMAR é apresentada pelo casal de jornalistas Giacomo Mancini e Patrícia Nobre. O vídeo tem 51 segundos e foi produzido em dois planos: um mais aberto, iniciando o vídeo com foco na visualização do casal de apresentadores; e outro mais fechado, dando ênfase na fala de cada apresentador(a). Diante do contexto da pandemia, a chamada apenas com o casal, lado a lado, pode ter sido uma estratégia para ressaltar a importância do cumprimento das medidas de isolamento social. Vale destacar ainda o figurino dos apresentadores, “vestindo a camisa” do Projeto TAMAR que pode passar uma mensagem para o público do envolvimento deles com a causa ambiental de preservação das tartarugas marinhas.

Figura 4: Casal de apresentadores na chamada do programa TV TAMAR



Fonte: *Print Screen* do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

A chamada tem uma intercalação de falas entre os apresentadores e é iniciada com verbos e expressões que representam o desenvolvimento do Projeto TAMAR como “ação”, “dedicação”, “preservação”, “emoção”. Seguindo com expressões que representam o histórico e os objetivos do Projeto TAMAR como “quarenta anos de pesquisa”, “é preciso conhecer para proteger” e “é a missão da Fundação Projeto TAMAR: cuidar de tartarugas marinhas e de pessoas, contar suas histórias”.

Então, ainda informam que “a TV TAMAR é o nosso mais novo canal de comunicação. Vamos mostrar o que sabemos, o porquê de sermos o que somos. Informação do que já foi feito e do que vem por aí”; abordando ainda como será o formatado o programa em seus assuntos e suas técnicas de apresentação quando mencionam “Ciência, aventura, arte, responsabilidade social”; “Vamos fazer entrevistas”; “Acompanhadas de belas imagens e músicas”. Finalmente, a chamada ressalta valores (“Conhecimento é o nosso maior patrimônio”) e os apresentadores convidam o público para acompanharem o programa.

É importante ressaltar quando essa chamada pronunciando que o conhecimento (científico) é o maior patrimônio do Projeto TAMAR, observa-se que o processo de mobilização social que ocorreu no Projeto foi alicerçado pela cultura e comunicação científica. Os idealizadores do Projeto TAMAR eram estudantes da FURG e, conseqüentemente, já estavam inseridos numa cultura científica. A partir da expedição por todo o litoral brasileiro e a chegada no Atol das Rocas em 1997 possibilitou um planejamento para que esse processo de mobilização social construísse uma comunicação democrática e multidirecional para mudanças na pesca de tartarugas marinhas que ameaçam a sua extinção.

A abertura do programa que é inserida no início das 13 edições é iniciada com a marca do Projeto TAMAR, seguida indicação do apoio com link do site da loja institucional; e do patrocínio com a marca da empresa estatal PETROBRÁS – que financiava o Projeto TAMAR de 1983 até 2021. O vídeo de abertura tem 46 segundos e traz a apresentação com a logo do programa TV TAMAR que é composta pela grafia do nome TV TAMAR em cores azul e bege, podendo representar o mar e a areia da praia, além do símbolo de uma tartaruga “saindo” do ovo. Em seguida, visualiza-se imagens de tartarugas marinhas no oceano e do histórico do Projeto com imagens, antigas e recentes, de pessoas e objetos que constroem a memória e revelam as ações de preservação das tartarugas marinhas. A trilha sonora “Sinfonia Quelônica”

de Luciano Calazans é incorporada às imagens nessa abertura do programa TV TAMAR.

Figura 5: Logo do programa TV TAMAR



Fonte: *Print Screen* do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

Esta investigação menciona e apresenta a chamada e a abertura, ainda que o foco de análise empírica se dê na observação da íntegra das 13 edições. No canal do Projeto TAMAR no Youtube foi criada uma *playlist* que reúne as 13 edições do programa TV TAMAR, além da chamada para estreia e da abertura que é reproduzida no início de todas as edições – totalizando 15 peças midiáticas na *playlist*. A proposta aqui é analisar o gênero do programa TV TAMAR a partir das contribuições de Itania Gomes e de José Marques de Melo e Francisco de Assis.

Segundo Gomes (2007), os programas televisivos pertencem, de maneira individual, a um gênero particular e ele é socialmente reconhecido a partir desse gênero. Os gêneros são construídos por formatos preestabelecidos conscientemente para serem reproduzidos continuamente e, conseqüentemente, isso influencia no reconhecimento social sobre o gênero em um determinado produto midiático. Existem ainda as variações de um gênero que são chamadas de subgêneros ou formatos. A programação televisiva é composta por diferentes gêneros, como os programas televisivos jornalísticos ou a ficção seriada. Um programa de entrevistas é uma das

variações do gênero “programas televisivos jornalísticos”, ou seja, é um subgênero/formato.

Nesse sentido, o programa TV Tamar pode ser considerado um produto midiático que integra o gênero de “programas jornalísticos” na WebTV do Projeto Tamar. O programa acompanha o formato televisivo jornalístico, por ser apresentado por três jornalistas que norteiam a apresentação a partir das suas experiências como repórteres e apresentadores dando ênfase na informação e no conhecimento científico como maior patrimônio. Os três jornalistas do programa TV TAMAR conduzem as entrevistas de maneira leve, ilustrativa e descontraída, com o suporte de diferentes recursos audiovisuais – como figuras, fotos, vídeos e músicas.

Tabela 6: Panorama geral do programa TV TAMAR

Edição	Tempo de Duração	Nº de Blocos	Apresentação
18/06/2020	28min:53seg	2	Anna Valéria, Giacommo e Patrícia
25/06/2020	17min:09seg	2	Anna Valéria
02/07/2020	34min:37seg	2	- Anna Valéria (Bloco 1) - Giacommo e Patrícia (Bloco 2)
09/07/2020	22min:47seg	2	Anna Valéria
16/07/2020	33min:07seg	3	Giacommo Mancini e Patrícia Nobre
23/07/2020	23min:18seg	3	Giacommo Mancini e Patrícia Nobre
30/07/2020	34min:11seg	3	Giacommo Mancini e Patrícia Nobre
11/08/2020	11min:16seg	1	Anna Valéria, Giacommo e Patrícia
20/08/2020	38min:03seg	4	Anna Valéria
03/09/2020	28min:04seg	3	Anna Valéria, Giacommo e Patrícia
17/09/2020	15min:58seg	3	Anna Valéria

01/10/2020	24min:22seg	2	Anna Valéria
22/10/2020	41min:57seg	2	Giácomo Mancini e Patrícia Nobre

Fonte: Elaborado pelo Autor, como Dados da Pesquisa (2023)

As 13 edições do programa TV TAMAR totalizam 5 horas, 53 minutos e 42 segundos e têm apresentação revezada pela Anna Valéria e pelo casal Giácomo Mancini e Patrícia Nobre, com exceção de três edições que todos apresentam o programa na íntegra; e outra que a Anna Valéria apresenta um bloco e o casal apresenta o segundo bloco. É considerado a passagem de um bloco para o outro com a inserção de publicidade institucional ou de patrocinadores, desde que aconteça momentos de pergunta/resposta entre apresentadores e convidados(as).

O programa é apresentado aproximadamente em 20 minutos em uma média de 2 blocos, totalizando 22 entrevistados(as) entre 12 edições, sendo que uma edição é sem entrevista por realizarem uma homenagem, audiovisual, para o músico Joao Donato, também parceiro do Projeto TAMAR. Observou-se ainda uma lacuna maior que uma semana entre a penúltima e a última edição do programa, que pode ter salientado a cobrança do público por novas edições e ou os rumores de encerramento do programa TV TAMAR.

Tabela 7: Relação das entrevistas no programa TV TAMAR

Edição	Nº de entrevistados(as) por bloco			Total
18/06/2020	Bloco I	Bloco II		1
	1	1		
25/06/2020	Bloco I	Bloco II		2
	1	1		
02/07/2020	Bloco I	Bloco II		3
	2	1		
09/07/2020	Bloco I	Bloco II		1
	1	1		
16/07/2020	Bloco I	Bloco II	Bloco III	1
	1	1	1	

23/07/2020	Bloco I	Bloco II	Bloco III		1
	1	1	1		
30/07/2020	Bloco I	Bloco II	Bloco III		1
	1	1	1		
11/08/2020	Bloco I				0
	0				
20/08/2020	Bloco I	Bloco II	Bloco III	Bloco IV	3
	2	2	1	1	
03/09/2020	Bloco I	Bloco II	Bloco III		3
	3	3	3		
17/09/2020	Bloco I	Bloco II	Bloco III		2
	2	2	2		
01/10/2020	Bloco I		Bloco II		3
	2		1		
22/10/2020	Bloco I		Bloco II		1
	1		1		

Fonte: Elaborado pelo Autor, como Dados da Pesquisa (2023)

Segundo Gomes (2007), os programas telejornalísticos, incluindo o programa de entrevistas, devem ser considerados, concomitantemente, um produto de jornalismo televisivo e um produto comunicacional. Como produto de jornalismo televisivo é possível considerar características da linguagem televisiva – o anunciado jogo de câmeras, a citação sobre o espaço do estúdio de gravação etc –; e elementos que são próprios do campo jornalístico –o anúncio prévio de reportagens ou convidados(as), informação que representam a previsão do tempo. Já enquanto produto comunicacional deve-se atentar para a interação com os telespectadores – como os comentários diretamente explicativos; convites para seguir acompanhando a programação; e publicidade direcionada durante o programa.

O programa TV Tamar incorpora as dinâmicas de um produto de jornalismo televisivo e produto comunicacional. Diante do contexto da pandemia, foram inúmeras as menções sobre os cuidados com as medidas de saúde pública e de isolamento social, principalmente com a menção de equipamentos de proteção e o distanciamento no estúdio ou convidados(as) sendo entrevistados de maneira virtual. Além disso, percebeu-se a factualidade com as medidas de relaxamento.

Especialmente, na edição de 3/09/2020 que os apresentadores estão mais próximos e anunciam a reabertura dos centros de visitantes para o público. Esse contexto possibilitou tanto a aproximação dos apresentadores com aspectos do jornalismo televisivo (factual); quanto a relação dos apresentadores com os entrevistados(as) e o público do programa de maneira interativa com o momento pandêmico.

Segundo Marques de Melo e Assis (2016, p. 49), o gênero jornalístico abrange a comunicação massiva e agrupa diferentes formas de transmissão e ou recuperação de informações que podem fazer sentido, oportuno, para a sociedade contemporânea, “por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas”. A relação do público com o gênero jornalístico se dá pela interação com as informações transmitidas pela mídia. A capacidade de formatação – ainda que diferentes entre si, todos têm caracteres comuns ou semelhantes – e a função social são as duas características que basicamente definem um gênero.

O gênero informativo agrega os formatos/subgêneros de nota, notícia, reportagem e entrevista e está associado a função de informação com ênfase na vigilância social (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016), especialmente quando considerados interesses para a promoção da cidadania e do bem-estar social. Nesse sentido, o programa TV TAMAR está associado ao gênero informativo por incorporar no seu formato as entrevistas e estabelecer uma função informativa para vigilância social à causa ambiental de proteção das tartarugas marinhas.

Entretanto, observa-se ainda no programa TV TAMAR uma aproximação com outras funções sociais e formatos – que foram associados por Marques de Melo e Assis (2016) de forma isolada – a partir dos diferentes assuntos abordados em cada edição de acordo com os(as) entrevistados(as).

Tabela 8: Relação de gênero do programa TV TAMAR, a partir de Marques de Melo e Assis (2016)

Edição	Tipo de Gênero	Tipo de Função Social
18/06/2020	- Informativo - Interpretativo	- Vigilância social - Papel educativo

	<ul style="list-style-type: none"> - Utilitário - Opinativo 	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio nas tomadas de decisões cotidianas - Fórum de ideias
25/06/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Informativo - Interpretativo - Diversional 	<ul style="list-style-type: none"> - Vigilância social - Papel educativo - Distração
02/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Informativo - Utilitário - Interpretativo - Diversional 	<ul style="list-style-type: none"> - Vigilância social - Auxílio nas tomadas de decisões cotidianas - Papel educativo - Lazer
09/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Informativo - Opinativo 	<ul style="list-style-type: none"> - Vigilância social - Fórum de ideias
16/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Diversional - Opinativo 	<ul style="list-style-type: none"> - Distração - Fórum de ideias
23/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Informativo - Interpretativo - Utilitário 	<ul style="list-style-type: none"> - Vigilância social - Esclarecedor - Auxílio nas tomadas de decisões cotidianas
30/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Diversional - Opinativo - Utilitário 	<ul style="list-style-type: none"> - Distração - Fórum de ideias - Auxílio nas tomadas de decisões cotidianas
11/08/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Diversional 	<ul style="list-style-type: none"> - Distração
20/08/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Informativo - Utilitário - Interpretativo - Opinativo 	<ul style="list-style-type: none"> - Vigilância social - Auxílio nas tomadas de decisões cotidianas - Papel educativo - Fórum de ideias
03/09/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Informativo - Interpretativo - Opinativo - Utilitário 	<ul style="list-style-type: none"> - Vigilância social - Papel educativo - Fórum de ideias - Auxílio na tomada de decisões cotidianas

17/09/2020	- Diversional - Opinativo	- Distração - Fórum de ideias
01/10/2020	- Informativo - Interpretativo - Diversional - Utilitário	- Vigilância social - Papel educativo - Lazer - Auxílio nas tomadas de decisões cotidianas
22/10/2020	- Informativo - Diversional - Utilitário	- Vigilância social - Distração - Auxílio nas tomadas de decisões cotidianas

Fonte: Elaborado pelo Autor, como Dados da Pesquisa (2023)

O programa TV TAMAR concentra o gênero informativo em sua produção e isso corresponde ao compromisso assumido na chamada do programa em que determina o conhecimento, científico, como o maior patrimônio. As entrevistas do programa TV TAMAR são direcionadas para a promoção da causa ambiental de proteção das tartarugas marinhas. Contudo, observou-se uma aproximação das considerações sobre gênero de Itania Gomes e de José Marques de Melo e Francisco de Assis, especialmente no que tange o reconhecimento do formato de entrevista como um instrumento de transmissão de informações que podem auxiliar na tomada de decisões cotidianas a partir da interação com o público.

5.3 Análise dos modos de endereçamento no programa TV TAMAR

O telejornalismo é considerado ainda como um produto cultural contemporâneo (GOMES, 2007) e isso evidencia uma necessidade de um olhar para os modos como passa a ser representada nos programas de jornalístico televisivo. Essa aproximação do jornalismo com a cultura possibilitou uma construção teórica sobre programas jornalísticos caracterizados pelo “infotainment” que é a junção da informação (própria do jornalismo) e o entretenimento (próprio das diversas formas culturais e artísticas, como a música, o teatro e a dança). Segundo Torres (2011, p. 8), o infotainment possibilita uma aproximação entre o produto midiático contemporâneo com o público

a partir de elementos culturais que representam “lazer, consumo material, amor, aventura e felicidade”.

Segundo Gomes (2007), os modos de endereçamento demarcam as especificidades de um programa, caracterizando seu (sub)gênero, a partir das relações estabelecidas com o público. Nesse sentido, o modo de endereçamento é uma estratégia do programa para criar uma maneira peculiar de troca de informações com os telespectadores. “A análise do modo de endereçamento associada ao conceito de gênero televisivo deve nos possibilitar entender quais são os formatos e as práticas de recepção solicitadas e historicamente construídas pelos programas jornalísticos televisivos” (GOMES, 2007, p. 20).

Essa investigação aborda o conceito de modo de endereçamento com o objetivo de usar os operadores de análise de Gomes (2005, 2007a) na tentativa de compreender se e como acontece o processo de democratização do conhecimento científico no programa TV TAMAR. Segundo Gomes (2007, p. 23), os operadores de análise “deve nos levar ao que é específico da linguagem televisiva, tal como construída num determinado programa e, conseqüentemente, tal como socialmente partilhado pela audiência”.

Nesse sentido, utiliza-se aqui cinco operadores de análise dos modos de endereçamento: “o mediador”; “organização temática”; “pacto sobre o papel do jornalismo”; “contexto comunicativo”; e “relação com as fontes de informação”. Para fins de análise não há uma ordenação dos operadores, visto que eles podem ser analisados conjuntamente em um produto midiático.

A proposta dessa análise é observar como o programa TV TAMAR evidencia estratégias de democratização do conhecimento científico a partir das informações transmitidas para o seu público. Vale ressaltar que o conceito de democratização do conhecimento científico abordado nessa investigação considera a comunicação científica que aproximam diferentes grupos sociais, incluindo pessoas negras e indígenas, a partir de uma relação dialógica e circular advinda de uma comunicação multidirecional, sem imposição extremamente hierárquica.

Tabela 9: Operador de análise “mediador” no programa TV TAMAR

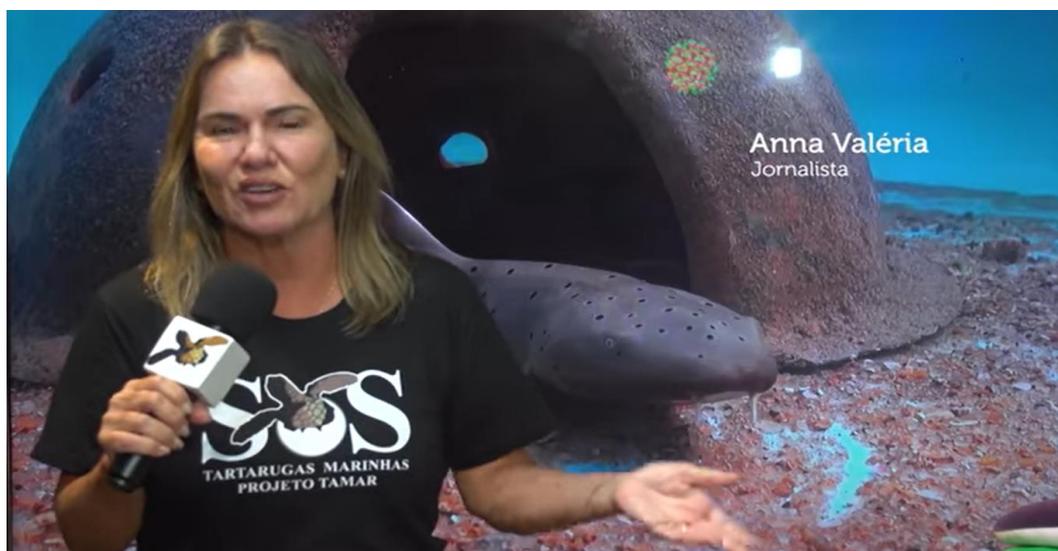
Mediador	Função	Detalhamento
Anna Valéria	Apresentadora	<ul style="list-style-type: none"> - Convidada para apresentar o programa pelo amigo Guy Marcovaldi (Coordenador Nacional de Comunicação do Projeto TAMAR) - Apresenta nove das 13 edições - Única a apresentar sozinha o programa, em cinco edições - Tem histórico de reportagem sobre o Projeto TAMAR que ainda lhe conferiu premiação - Atuou como Mestre de Cerimônia em shows e apresentações musicais na sede do Projeto TAMAR em Praia do Forte-BA
Giácomo Mancini	Apresentador	<ul style="list-style-type: none"> - Convidado para apresentar o programa pelo amigo Guy Marcovaldi (Coordenador Nacional de Comunicação do Projeto TAMAR) - Apresenta oito das 13 edições - Protagoniza a apresentação com a esposa e jornalista Patrícia Nobre em quatro edições - Tem histórico de reportagem sobre o Projeto TAMAR
Patrícia Nobre	Apresentadora	<ul style="list-style-type: none"> - Convidada para apresentar o programa pelo amigo Guy Marcovaldi (Coordenador Nacional de Comunicação do Projeto TAMAR) - Apresenta oito das 13 edições - Protagoniza a apresentação com o marido e jornalista Giácomo Mancini em quatro edições

		- Tem histórico de reportagem sobre o Projeto TAMAR
--	--	---

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023), como Dados da Pesquisa.

A jornalista Anna Valéria assumiu o papel de única apresentadora em cinco edições do programa TV TAMAR. Ainda que não tenha nenhuma especialização em divulgação científica, a apresentadora também conduz entrevistas que tratam da divulgação das pesquisas e ações científicas do Projeto TAMAR. A apresentadora tentou demonstrar leveza e objetividade nas suas intervenções durante as entrevistas que reforçava sua trajetória de sucesso pelo seu histórico de responsabilidade socioambiental. A mobilização social do Projeto TAMAR reunia diferentes grupos sociais, desde os nativos das comunidades litorâneas até personalidades públicas, como a própria Anna Valéria que realizou matérias sobre o Projeto e também apresentou eventos lá na sede de Praia do Forte-BA.

Figura 6: Anna Valéria como apresentadora na edição de 25/06/20



Fonte: *Print Screen* do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

Na edição de 25 de junho de 2020, Anna Valéria é a única apresentadora do programa e entrevista o biólogo Itamar Santana que é neto de um dos antigos pescadores de tartarugas marinhas em Praia do Forte-BA. Ele explica um pouco do conhecimento científico que aprendeu e tenta passar sobre a alimentação dos tubarões que também estão inseridos nas espécies marinhas protegidas pelo Projeto TAMAR.

Figura 7: Giacomó e Patrícia como apresentadores na última edição



Fonte: *Print Screen* do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

O casal de jornalistas, Giacómo Mancini e Patrícia Nobre apresentam juntos quatro edições, na íntegra, do programa TV TAMAR. Além de serem convidados pelo amigo Guy Marcovaldi (Coordenador Nacional de Comunicação do Projeto TAMAR), o casal já tinha realizado reportagens sobre o Projeto TAMAR e, como também não são especialistas em divulgação científica, usaram da experiência profissional e com as vivências no Projeto TAMAR para conduzirem as entrevistas com especialistas em pesquisas científicas do Projeto TAMAR.

A junção do casal na apresentação pode ser compreendida também como uma tentativa de deixar um clima “familiar”, tanto no programa quanto no Projeto TAMAR. Em alguns momentos, observou-se a necessidade de intervenção de Giacomó ou Patrícia para complementar a fala do outro e dar prosseguimento a entrevista. Isso se repetiu com a presença dos três apresentadores no estúdio, principalmente na primeira edição do programa.

Observou-se também que tanto o casal de jornalistas, quanto a Anna Valéria, “vestiram, literalmente, a camisa” do Projeto Tamar em todas as aparições como apresentadores. Isso demonstra uma preocupação em assumirem um compromisso com a causa ambiental de proteção das tartarugas marinhas, bem como um estímulo para o público consumir os produtos da Loja TAMAR.

Tabela 10: Operador de análise “contexto comunicativo” no programa TV TAMAR

Edição	Tipo de Entrevista	Detalhamento
18/06/2020	- Presencial (Estúdio)	- Os blocos dessa edição são compostos por entrevista com o Guy Marcovaldi (Coordenador Nacional de Comunicação do Projeto TAMAR), de maneira presencial no estúdio fixo do programa, adaptado no espaço físico da Loja TAMAR.
25/06/2020	- Presencial (Externa) - Presencial (Estúdio)	- Anna Valéria entrevista o biólogo Itamar Santana no ambiente externo ao estúdio, na própria sede e Centro de Visitantes do Projeto TAMAR em Praia do Forte-BA. - O engenheiro de som Marcos Mendes também é entrevistado de forma presencial, no estúdio fixo do programa TV TAMAR.
02/07/2020	- Presencial (Estúdio) - Remota (Virtual) - Presencial (Externa)	- Anna Valéria entrevista a veterinária Thaís Pires no estúdio e o ictiólogo Alfredo de Carvalho Filho de maneira remota, com suporte de tela virtual. - Giácomo Mancini e Patrícia Nobre entrevistam o artista Dudu Rodrigues na área externa ao estúdio na sede de Praia do Forte-BA.
09/07/2020	- Presencial (Estúdio)	- Anna Valéria entrevista Gonzalo Rostan no estúdio do programa TV TAMAR.
16/07/2020	- Presencial (Estúdio)	- Giácomo e Patrícia entrevistam o cantor Jorge Vercillo no estúdio do programa TV TAMAR.
23/07/2020	- Presencial (Estúdio)	- Giácomo e Patrícia entrevistam Neca Marcovaldi (Coordenadora de Conservação e Pesquisa do Projeto

		TAMAR) no estúdio do programa TV TAMAR.
30/07/2020	- Remota (Virtual)	- Giacomini e Patrícia entrevistam o cantor e compositor Lenine de maneira remota, com suporte de tela virtual.
11/08/2020	- Sem entrevista	- Os três apresentadores e Guy Marcovaldi anunciam, no estúdio, uma homenagem ao músico João Donato.
20/08/2020	- Remota (Virtual) - Presencial (Estúdio)	- Anna Valéria, do estúdio, entrevista Jaqueline e César, coordenadores do Projeto TAMAR na base de Aracaju-SE, de maneira remota, com suporte de tela virtual. - Anna também entrevista a professora Dona Edisar no estúdio do programa TV TAMAR.
03/09/2020	- Remota (Virtual)	- Os três apresentadores entrevistam Denise (Coordenadora da base de Vitória-ES), Camila (Coordenadora da base de Florianópolis-SC) e Berê (Coordenadora da base de Ubatuba-SP) de maneira remota, com suporte de tela virtual.
17/09/2020	- Presencial (Estúdio)	- Anna Valéria entrevista o casal de músicos, Leandro e Luisa, da banda Better Together no estúdio do programa TV TAMAR.
01/10/2020	- Presencial (Externa) - Remota (Virtual) - Presencial (Estúdio)	- Anna Valéria anuncia entrevista com a bióloga Liliana Colman em espaço externo ao estúdio, nas áreas de pesquisa do Projeto TAMAR no litoral do Espírito Santo.

		<p>- Anna também entrevista Tuta Burtet (Coordenadora de Confeções do Projeto TAMAR) de maneira remota, com suporte de tela virtual.</p> <p>- Kiko (Professor de Capoeira no Projeto TAMAR) é entrevistado por Anna no estúdio do programa TV TAMAR.</p>
22/10/2020	- Presencial (Estúdio)	- Giácomo e Patrícia entrevistam o fotógrafo Enrico Marcovaldi (Coordenador do Projeto Baleia Jubarte/Parceiro do Projeto TAMAR) no estúdio do programa TV TAMAR.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023), com Dados da Pesquisa.

A ambiência da pandemia de COVID-19 limitou a produção do programa TV TAMAR em ampliar a participação de várias pessoas como entrevistadas no mesmo espaço físico do estúdio, diante das medidas de saúde pública que orientavam o isolamento e distanciamento social. Nesse contexto, a comunicação entre apresentadores e entrevistados aconteceu de forma presencial (interna ou externa ao estúdio) ou remota (com suporte de tecnologia virtual). Nas 12 edições em que são realizadas entrevistas, no programa TV TAMAR, em dez tem-se a presença de, ao menos, uma pessoa entrevistada em estúdio.

Figura 8: O contexto comunicativo ambientado pela pandemia na edição de 20/08/20



Fonte: Print Screen do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

Os membros do Projeto TAMAR e ou entrevistados que não estavam em Praia do Forte-BA, ou seja, mais próximos do estúdio na Loja do TAMAR participaram do programa de maneira remota com os recursos técnicos que favorecem a presença em tela virtual. Na edição de 20/08/2020, a apresentadora Anna Valéria entrevistou os Coordenadores do Projeto TAMAR da base em Aracaju-SE de forma remota, fazendo perguntas e interagindo com os convidados através de um monitor.

Como na imagem acima, isso é exposto em ângulo aberto para demonstrar uma aproximação entre apresentadora e convidados. Além disso, observou-se na fala de apresentadores e convidados e em legendas, expostas na tela, informações sobre o contexto pandêmico e todas atualizações sobre os processos de flexibilização ou permanência das medidas de saúde pública, de distanciamento e de isolamento social.

Tabela 11: Operador de análise “pacto sobre o papel do jornalismo” no programa TV TAMAR

Edição	Nº de visualizações	Nº de comentários	Nº de comentários respondidos pelo TAMAR
18/06/2020	30.998	33	16
25/06/2020	25.033	12	9
02/07/2020	30.000	13	5
09/07/2020	26.003	12	3
16/07/2020	18.894	5	0
23/07/2020	26.968	7	0
30/07/2020	23.385	7	0
11/08/2020	16.710	2	0
20/08/2020	26.150	7	0
03/09/2020	9.871	7	0
17/09/2020	18.823	8	0
01/10/2020	26.674	10	0
22/10/2020	27.683	9	0

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023), como Dados da Pesquisa.

Uma das inferências diante do pacto sobre o papel do jornalismo pode ser analisada a partir da audiência e da interatividade com o público. Como um produto midiático de uma WebTV inserida na plataforma digital do Youtube, o programa TV TAMAR também possibilitaria a interação entre o Projeto TAMAR, os apresentadores e os convidados com o público através dos comentários, em cada edição postada. As 13 edições programa TV TAMAR totalizam 307.192 visualizações, com 141 comentários do público e apenas 33 comentários do Projeto TAMAR como respostas aos comentários do público.

Por um lado, observou-se que as visualizações do programa TV TAMAR foram expressivas e isso pode corroborar para um argumento de que o interesse de aproximação do público com o Projeto TAMAR é real. Essas visualizações expressivas são um diferencial diante dos demais produtos midiáticos disponibilizados como programação da WebTV no Projeto TAMAR no canal do Youtube.

Por outro lado, a interação do Projeto TAMAR com o seu público foi irrisória. O Projeto TAMAR só respondeu os comentários nas quatro primeiras edições e durante o período de postagem, tanto que os comentários posteriores ao dia 16/07/2020 não foram respondidos. Observou-se ainda apenas a interação do apresentador Giácomo Mancini comentando em algumas edições, além de apenas um comentário dos convidados, sendo da Luisa da banda Better Together.

Figura 9: Personificação de Guy Marcovaldi na edição de estreia em 18/06/20



Fonte: *Print Screen* do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

A participação do Guy Marcovaldi na estreia do programa TV TAMAR demarca uma estratégia de associar sua imagem ao reconhecimento da credibilidade do Projeto TAMAR. Isso também pode ser associado ao operador de análise “pacto sobre o papel do jornalismo” a partir da aproximação de pessoas as histórias contadas pelas entrevistas. Inclusive, os apresentadores intitulam, em tom de brincadeira, o próprio Guy Marcovaldi (um dos Fundadores e atual Coordenador Nacional do Projeto TAMAR) como a “tartaruga” mais antiga do Projeto.

Figura 10: Ictiólogo participa da edição de 02/07/20



Fonte: *Print Screen* do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

Na edição do 02/07/2020 o “pacto sobre o papel do jornalismo” pode ser operacionalizado com a presença de um especialista no conhecimento científico que utiliza de tecnologias para mostrar de forma ilustrativa e com um discurso bastante explicativo sua função profissional e resultados de pesquisas científicas que realiza em sua trajetória como pesquisador.

A participação do ictiólogo Alfredo de Carvalho Filho no programa TV TAMAR também demonstra o interesse do Projeto TAMAR pela democratização do conhecimento científico, reforçando, mais uma vez, que o conhecimento, científico, é o seu maior patrimônio.

Tabela 12: Operador de análise “relação com as fontes de informação” no programa TV TAMAR

Edição	Entrevistado(a)s	Detalhamento
18/06/2020	- Guy Marcovaldi	- O oceanógrafo Guy Marcovaldi é considerado um especialista em conhecimento científico não somente pela profissão e ser um dos fundadores do Projeto TAMAR, mas pela experiência na liderança da Coordenação do Projeto TAMAR.
25/06/2020	- Itamar Santana - Marcos Mendes	- O biólogo Itamar Santana é considerado um especialista em conhecimento científico pela sua formação e experiência acumulada desde a infância no Projeto TAMAR. Talvez a sua formação tenha, diretamente, distanciando-o de um lugar de cidadão comum e o fez transitar ou ser incluído no status de um especialista em conhecimento científico. - O engenheiro de som Marcos Mendes não é considerado um especialista em conhecimento científico. Ainda que seja considerado um especialista no assunto de técnicas de som e imagens, pela sua experiência no Projeto TAMAR.
02/07/2020	- Thaís Pires - Alfredo de Carvalho Filho - Dudu Rodrigues	- A veterinária Thaís Pires é considerada uma especialista em conhecimento científico pela sua formação e experiência no Projeto TAMAR. - O ictiólogo Alfredo de Carvalho Filho é considerado um especialista em conhecimento científico pela sua formação e sua vasta experiência com pesquisas científicas no Projeto TAMAR. - O artista Dudu Rodrigues não é considerado um especialista em conhecimento científico. Ainda que o seu conhecimento teórico e prático com as

		artes de esculturas lhe credencie como um especialista das artes esculturais e que o ajudou para colaborar na educação ambiental do Projeto TAMAR.
09/07/2020	- Gonzalo Rostan	- O biólogo Gonzalo Rostan é considerado um especialista em conhecimento científico pela sua formação e por sua experiência desde o período de estágio na graduação no Projeto TAMAR. Além de ser elogiado pela apresentadora Anna Valéria por ser o Coordenador Nacional de todos os Centros de Visitantes do Projeto TAMAR.
16/07/2020	- Jorge Vercillo	- O cantor Jorge Vercillo não é considerado um especialista em conhecimento científico. Ainda que sua trajetória de aproximação com as ações de educação ambiental e seu vínculo com a causa de proteção das tartarugas marinhas o credencie como um dos embaixadores do Projeto TAMAR.
23/07/2020	- Neca Marcovaldi	- A bióloga Neca Marcovaldi é considerada uma especialista em conhecimento científico pela sua formação, por ser uma das fundadoras do Projeto TAMAR, ao lado do marido Guy Marcovaldi, e pela atuação como Coordenadora Nacional de Conservação e Pesquisa do Projeto TAMAR.
30/07/2020	- Lenine	- O cantor e compositor Lenine não é considerado um especialista em conhecimento científico. Ainda que seja considerado um dos Embaixadores do Projeto TAMAR e seja elogiado pela sua trajetória de aproximação com as ações de educação ambiental, além das participações musicais em shows no Projeto TAMAR.
11/08/2020	- Sem entrevista	- Homenagem ao músico João Donato.

20/08/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Jaqueline - César - Dona Edisar 	<p>- O casal Jaqueline e César são considerados especialistas em conhecimento científico pela formação, pela trajetória no Projeto TAMAR e atuação como Coordenadores da base de Aracaju-SE.</p> <p>- A professora Edisar não é considerada uma especialista em conhecimento científico. Ainda que sua trajetória como educadora e ter sido professora e diretora na Escola do Projeto TAMAR em Praia do Forte-BA.</p>
03/09/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Denise - Camila - Berê 	<p>- Denise (Coordenadora da base de Vitória-ES), Camila (Coordenadora da base de Florianópolis-SC) e Berê (Coordenadora da base de Ubatuba-SP) são consideradas especialistas de conhecimento científico pelas suas formações e pela atuação como coordenadoras nas bases do Projeto TAMAR.</p>
17/09/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Leandro - Luisa 	<p>- O casal de músicos Leandro e Luisa, da banda Better Together, não são considerados especialistas em conhecimento científico. Ainda que a sua atuação como músicos sejam valorizados e a aproximação do casal com o Projeto TAMAR também seja valorizada, principalmente pelos shows da banda na temporada de verão.</p>
01/10/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Liliana Colman - Tuta Burtet - Mestre Kiko 	<p>- A bióloga Liliana Colman é considerada uma especialista em conhecimento científico pela sua formação e sua atuação em pesquisas no Projeto TAMAR.</p> <p>- A Tuta Burtet não é considerada uma especialista em conhecimento científico. Ainda que a sua atuação Coordenadora de Confecções</p>

		do Projeto TAMAR seja bem valorizada durante a entrevista. - O Mestre de Capoeira, Kiko, não é considerado como um especialista em conhecimento científico. Ainda que a sua trajetória no Projeto TAMAR seja reconhecida e valorizada na entrevista. Ele é um dos membros da primeira turma do Programa Tamarzinhos de 1995 e atua em projetos socioculturais e em ações de educação ambiental no Projeto TAMAR.
22/10/2020	- Enrico Marcovaldi	- O fotógrafo e biólogo Enrico Marcovaldi é considerado um especialista em conhecimento científico pela sua formação, experiência no Projeto TAMAR e atuação como Vice-Presidente do Projeto Baleia Jubarte, também parceiro do Projeto TAMAR.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023), como Dados da Pesquisa.

A escolha dos entrevistados para o programa TV TAMAR demonstra um interesse no entendimento do conhecimento, científico, como um patrimônio do Projeto TAMAR e que consolida a base das ações permanentes e contínuas de proteção das tartarugas marinhas e da vida marinha. Na primeira edição do programa o entrevistado Guy Marcovaldi, Coordenador Nacional do Projeto TAMAR, revela sua expectativa de que os próprios nativos assumam a liderança do Projeto TAMAR.

A edição de 25/06/2020 traz uma entrevista com o biólogo Itamar Santana que desde a infância participa dos projetos de educação ambiental em Praia do Forte-BA. Ele também é neto de um dos ex-pescadores de tartarugas marinhas. O processo de mobilização social do Projeto TAMAR não só mudou a cultura de pesca, como também promoveu uma transformação social na comunidade de Praia do Forte-BA com a inserção de pessoas da localidade no ensino superior, permanecendo diretamente responsáveis pela proteção das tartarugas e demais espécies marinhas.

Figura 11: Itamar, nativo de Praia do Forte-BA, é entrevistado na edição de 25/06/20



Fonte: *Print Screen* do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

A presença do Itamar no programa TV TAMAR pode ser diretamente associada a fala supracitada de Guy Marcovaldi. Como especialista em conhecimento científico, o biólogo explica sua atuação no Projeto TAMAR e relata em detalhes bastante explicativos como acontece a alimentação e a reprodução dos tubarões que estão em taques na sede de Praia do Forte-BA.

O relato do biólogo Itamar no programa contribui para relacionar as ações do Projeto TAMAR com uma democratização do conhecimento científico. O cidadão que passou por um processo de transformação social foi uma das crianças que teve a oportunidade de conhecer a educação ambiental do Projeto TAMAR e através da mobilização social assume o papel de um dos agentes que conduzem a permanência da causa de proteção das tartarugas marinhas.

Na edição de 17/09/2020, a apresentadora Anna Valéria foca a entrevista no casal de músicos Leandro e Luisa, da banda Better Together, e em momento nenhum cita a participação de outros integrantes na Banda. O músico Leandro que, quando perguntado pela apresentadora sobre os instrumentos, cita a participação do Mailson Alves, mais conhecido como DJ Chokolat, na banda como o percussionista que também é nativo de Praia do Forte-BA.

Figura 12: Mailson Alves, o DJ Chokolat, na edição de 17/09/20



Fonte: Print Screen do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

Mailson Alves aparece, durante a gravação de um clipe exclusivo para a edição do programa, tocando “cajón”, um instrumento peruano que simulado a caixa de uma bateria. O percussionista é negro e também favorece o argumento de que o Projeto TAMAR se preocupa com a democratização do conhecimento científico e com a inclusão de nativos em diferentes setores ligados (in)diretamente às ações realizadas e apoiadas pelo Projeto, em Praia do Forte-BA, como os shows e eventos culturais.

Figura 13: Joaquim Santos, professor de Capoeira, na edição de 01/10/20



Fonte: Print Screen do Canal do Projeto TAMAR no Youtube (2023).

Na edição de 01/10/2020, a apresentadora Anna Valéria também entrevista Joaquim Santos, apelidado de Kiko, conhecido como Mestre Macaco. Ele é professor de capoeira em Praia do Forte-BA e participa de ações do Projeto TAMAR desde a infância, sendo um dos primeiros guias-mirins formado a partir do ingresso na primeira turma do Programa Tamarzinhos em 1995. Assim com ele, Mariucha da Luz, atual coordenadora do Programa Tamarzinhos, também foi da turma inaugural.

Como homem negro que transformou sua vida através do Projeto TAMAR, Kiko atua como um mobilizador social por ensinar capoeira, especialmente, para crianças, adolescentes e jovens da comunidade de Praia do Forte-BA. Ele também está inserido nas ações culturais realizadas e ou apoiadas pelo Projeto TAMAR e, ao mesmo tempo, foi transformado e transforma a vida de pessoas que acreditam e se aproximam de atividades e ações educativas e culturais.

Tabela 13: Panorama dos operadores de análise dos modos de endereçamento no programa TV TAMAR

Operador de Análise	Detalhamento
Mediador	<ul style="list-style-type: none"> - Anna Valéria (Apresentadora) - Giácomo Mancini (Apresentador) - Patrícia Nobre (Apresentadora)
Contexto Comunicativo	<ul style="list-style-type: none"> - O contexto da pandemia condicionou um distanciamento no espaço físico do estúdio, em Praia do Forte-BA, entre os apresentadores e convidados, seguindo as recomendações de saúde pública para evitar a proliferação do coronavírus. Equipamentos de proteção, como mascarar e álcool, eram usados, mencionados e ou mostrados para passar uma segurança na produção do programa para o público. - Diante da limitação de espaço no estúdio, que era a própria loja do Projeto TAMAR, e de outras logísticas, alguns entrevistados participaram de maneira remota a partir das tecnologias de compartilhamento de telas virtuais.

	<p>- O cenário fixo era no estúdio do programa, na loja do Projeto TAMAR, mas também foram realizadas algumas entrevistas externas na área aberta do Centro de Visitantes de Praia do Forte-BA, sem esquecer das que foram realizadas de maneira remota (com os apresentadores no estúdio e convidados aparecendo numa tela virtual).</p> <p>- O uso de expressões coloquiais pelos apresentadores davam indícios de uma tentativa de proximidade com o público que acompanhava semanalmente o programa de casa, no isolamento social, em plena ambiência crítica da pandemia.</p>
<p>Organização Temática</p>	<p>- Das 13 edições do programa, nove são de cunho diretamente informativo e colaboram para um entendimento do conhecimento como um patrimônio do Projeto TAMAR que direcionava para o reconhecimento das pesquisas aplicadas que fortaleciam à causa ambiental de proteção das tartarugas e da vida marinha.</p> <p>- Os temas abordados estavam relacionados com o histórico do Projeto TAMAR e a participação dos convidados nessa trajetória de quarenta anos de existência, mas eram abordados assuntos culturais e artísticos.</p> <p>- A música era foco das entrevistas com cantores e ou técnico de som; o artesanato era foco das entrevistas com artesãos ou gestores de confecções; a dança era foco das entrevistas com capoeiristas; etc. Além disso, a cultura científica era o foco da maioria das entrevistas com convidados que realizaram ou ainda realizavam pesquisas no Projeto TAMAR.</p>
<p>Relação com as fontes de informação</p>	<p>- A escolha das fontes de informação (entrevistados e entrevistadas) no programa TV TAMAR foi feita de maneira conjunta entre os apresentadores e o</p>

	<p>idealizador do programa Guy Marcovaldi (Coordenador Nacional de Comunicação do Projeto TAMAR).</p> <p>- A partir das escolhas temáticas pelo Guy Marcovaldi, os apresentadores puderam conduzir as entrevistas mediante sua experiência com o Projeto TAMAR e com o campo do jornalismo, sendo ex-repórteres e apresentadores da Rede Bahia/Rede Globo de Televisão.</p> <p>- O posicionamento circular, entre apresentadores e entrevistados, no estúdio e a abertura, dos apresentadores, para a escuta atenta dos entrevistados de maneira remota demonstrava uma relação de proximidade dos apresentadores com as fontes de informação.</p> <p>- Quanto à credibilidade das fontes, foi possível observar não somente a presença de entrevistados especialistas no conhecimento científico e nas pesquisas aplicadas do Projeto TAMAR, como também a presença de entrevistados que adquiriram conhecimento técnico, com a experiência profissional, ou saberes populares e tradicionais, com a experiência sociocultural. Ambos eram reconhecimentos com fontes de informação com credibilidade para demonstrar o histórico de responsabilidade socioambiental do Projeto TAMAR.</p>
<p>Pacto sobre o papel do jornalismo</p>	<p>- A abertura do programa é composta por uma vinheta com imagens que demonstra a temática sobre as tartarugas marinhas e dava indícios de que os assuntos abordados perpassariam o histórico e as novidades das ações do Projeto TAMAR.</p> <p>- O uso de ilustrações com figuras, fotos, músicas e vídeos intercalados com as falas dos entrevistados demonstravam uma estratégia para leveza do conteúdo</p>

	<p>e entendimento de uma audiência massiva, com nível socioeducacional e intelectual diversos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A factualidade e o interesse público também foram trabalhadas durante as entrevistas, seja pelo momento pandêmico ou pela própria necessidade de permanência da mobilização social e das ações de pesquisas aplicadas e educação ambiental do Projeto TAMAR. - A personificação dos entrevistados a partir dos temas abordados nas edições e a própria ligação deles com a causa ambiental do Projeto TAMAR era mais um indicio de pacto com o jornalismo.
--	--

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023), a partir das colaborações de Gomes (2007) e Santos (2021)

Os cinco operadores de análise de modos de endereçamento escolhidos para essa investigação são compatíveis com o objetivo de analisar a TV TAMAR.. Eles estão interligados e estabelecem uma relação de complementaridade na justificativa do produto midiático como um programa de entrevista de caráter informativo com usos de recursos de uma linguagem televisiva para o entretenimento no intuito de aproximar a cultura científica do Projeto TAMAR do público que acompanha as atividades de mobilização social para a proteção das tartarugas marinhas.

Ao mesmo tempo, o programa TV TAMAR também constrói uma memória do Projeto TAMAR demonstrando ações e fatos marcantes em suas quatro décadas de atuação e aponta caminhos para o futuro, com a continuidade das ações de educação ambiental e de comunicação científica. A memória do Projeto TAMAR é vinculada com as ações de mobilização social que fundaram e consolidaram o Projeto no nível nacional e internacional.

A estratégia comunicacional de criação do programa TV TAMAR para demonstrar uma democratização do conhecimento científico no Projeto TAMAR foi eficaz e deveria ser pensada e organizada para continuar em vigência num formato de produto midiático que pode ser objeto de eventuais pesquisas do campo da comunicação e que pode ser veiculado em emissoras de televisão públicas de cunho educativo – e alcançar uma audiência ainda maior para a conscientização da

importância de preservação ambiental e da causa das tartarugas marinhas, ameaçadas de extinção no Brasil.

Contudo, observou-se que o gênero do programa TV TAMAR lhe direciona para um produto midiático de caráter informativo – ainda que apresente elementos de outros gêneros e, assim, se aproxime do infotainment – que atende ao compromisso de enaltecer o conhecimento, científico, como seu maior patrimônio. Observou-se ainda que os modos de endereçamento – a partir dos operadores de análise abordados nessa investigação – apontam para limites e potencialidades do programa TV TAMAR. Vale ressaltar, sobretudo, indícios que aproximam o programa TV TAMAR de um instrumento de democratização do conhecimento científico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização do conhecimento científico é um processo que acontece com a ampliação de formas democráticas de acesso, produção, comunicação, discussão e ou decisões sobre a ciência, suas tecnologias e o conhecimento advindo das pesquisas aplicadas em diferentes áreas (do conhecimento). Os conceitos de democracia, e suas formas representativas e participativas, e de ciência, e suas tecnologias, são fundamentais para compreensão das dinâmicas contemporâneas que demonstram a grande influência da ciência, e suas tecnologias, e dos fluxos de informação, em processos comunicacionais, no cotidiano dos cidadãos.

Por muito tempo a ciência esteve afastada dos cidadãos comuns, estabelecendo uma relação hierárquica que encarregava apenas os cientistas nas decisões sobre a produção, divulgação e consumo da ciência no dia-a-dia. A ciência não está num vácuo social, ela só faz sentido quanto vivenciada pelas diversas culturas, e, preferencialmente, por movimentos mais democráticos. Assim, compreende-se que a cultura científica não se constrói de maneira isolada, numa “torre de marfim”. Ela se estabelece entre diferentes grupos sociais, integrando os especialistas no conhecimento científico, atores políticos e hegemônicos e os indivíduos com práticas e saberes populares e tradicionais.

A comunicação media o processo de democratização do conhecimento científico quando as relações de troca de informações sobre a ciência nas culturas são estabelecidas de maneira mais multidirecional, respeitando as individualidades e abrindo-se ao diálogo que possibilita debates e discussões mais democráticos e menos hierarquizados. Os consensos que podem ser estabelecidos mediante o processo de comunicação científica contribuem para a formação de uma memória científica. A memória da ciência é cultural – está nas práticas e relações cotidianas – e é institucional – está nos lugares que materializam a ciência, o conhecimento científico, as tecnologias –, contribuindo para a promoção de debates e discussões sobre a ciência que podem levar a decisões que favoreçam a cidadania e o bem-estar social.

A memória do Projeto TAMAR materializa o seu histórico de responsabilidade socioambiental em mais de quarenta anos de existência e constrói um

reconhecimento sobre a importância da cultura científica para a transformação social e para a manutenção dos objetivos de preservação das tartarugas marinhas, das espécies marinhas, da vida marinha. Essa memória é estabelecida por uma decisão institucional, a partir da Fundação que coordena as ações do Projeto TAMAR, mas também por uma relação interinstitucional, com a participação de diferentes grupos sociais e entes políticos, públicos e privados, que colaboram para a construção de um histórico de responsabilidade socioambiental.

A sociedade contemporânea é marcada por uma expansão das relações socioeconômicas em escala global. A globalização se constitui como um processo que expande os fluxos de informação e comunicação do âmbito global ao âmbito local. É importante salientar que a globalização amplia as oportunidades de participação e de acesso às informações. Entretanto, não se pode excluir a lógica de concentração de poder, referentes ao grupo consolidado de atores hegemônicos e seus privilégios em maior influência em discussões e maior recurso em decisões políticas e socioeconômicas.

Nesse contexto, a informação é um instrumento que amplia a possibilidade do exercício de cidadania e, conseqüentemente, promove a garantia de direitos e deveres dos cidadãos. A informação é fundamental para que os cidadãos possam estabelecer relações mais conscientes com o ambiente a sua volta e em esfera mais global. Ter acesso à informação é o primeiro passo, mas o cidadão precisa conhecer a informação para saber como ela funciona e, finalmente, utilizá-la da maneira mais conveniente, colaborando para sua cidadania e/ou bem-estar social.

O Projeto TAMAR, enquanto patrocinado pela empresa estatal PETROBRAS – a partir do programa PETROBRAS Socioambiental –, sempre disponibilizou as informações sobre as ações realizadas e apoiadas pelo Projeto que validavam os recursos públicos recebidos para manutenção das ações de proteção das tartarugas marinhas e da vida marinha. Além disso, o Projeto TAMAR se preocupa em disponibilizar em seu site institucional e nas redes sociais vinculadas as informações advindas das pesquisas aplicadas; das ações de educação ambiental, mobilização social e produções culturais; e das atividades apoiadas pelo Projeto.

A Estrutura Comunicacional do Projeto TAMAR é um instrumento de planejamento que estabelece as estratégias, de curto, médio e longo prazo, que

colaboram para uma permanente mobilização social sobre a causa ambiental das tartarugas marinhas. Ademais, a disponibilização de informações sobre o Projeto TAMAR de maneira gratuita nas plataformas digitais também configuram uma associação com a dinâmica da informação disponível para o exercício da cidadania, entre os direitos e os deveres que regem os cidadãos democráticos.

A mobilização social é um processo contínuo que emerge de um ato racional para que mudanças sejam reivindicadas e conquistadas em médio e longo prazo. O processo é complexo, pois envolve uma disputa de interesses entre diferentes grupos sociais. A sociedade brasileira é regida por uma democracia representativa, mas que incorpora ações políticas e sociais de deliberação e participação. Nesse contexto, o processo de mobilização social numa sociedade democrática possibilita a ampliação do diálogo com maior abertura para a reivindicação das causas.

A comunicação é um instrumento de maior estratégia para o agrupamento dos cidadãos de maneira ágil e eficaz. É no processo de formulação de uma comunicação direcionada aos objetivos centrais da causa social que se estabelece uma potencialidade no entendimento e na visibilidade. Os agentes de mobilização social estimulam a adesão de novos cidadãos ao movimento, mas é preciso salientar que essa adesão deve ser feita de maneira autônoma e consciente. Um processo de mobilização social pode reunir os agentes – considerados Organizações da Sociedade Civil (OSC) – e cidadãos comuns que podem dialogar com os atores políticos ou governamentais e a iniciativa privada para tomada de decisões mais conscientes, a partir de uma comunicação multidirecional. Os meios de comunicação de massa – a mídia – colaboram para ampliação extrema da visibilidade da causa de mobilização social.

Desde a sua criação em 1980, o Projeto TAMAR recorre aos meios de comunicação de massa para dar mais visibilidade à sua causa ambiental de proteção das tartarugas marinhas – ameaçadas de extinção no litoral brasileiro. O processo de mobilização social do Projeto TAMAR é considerado estratégico e consistente pela articulação os agentes mobilizadores com os diferentes setores da sociedade. A cultura de pesca das tartarugas marinhas foi substituída pela cultura de proteção, especialmente mediante a preocupação dos agentes mobilizadores com as formas de subsistência dos cidadãos que estavam inseridos naquela cultura, reivindicada pelo Projeto TAMAR. A comunicação na mobilização social é construída internamente, mas

deve ser apropriada pela comunidade externa, à causa social. Isso favorece a ampliação do debate sobre as reivindicações e necessidades de mudanças e, no caso do Projeto TAMAR, contribui para processos de democratização que influenciam na cidadania e no bem-estar social.

O Projeto Tamar emerge de um processo de mobilização social que se estabelece e é consolidado a partir de uma cultura científica e, conseqüentemente, constrói a memória. A comunicação foi fundamental para o estabelecimento de estratégias que consolidassem o Projeto TAMAR e sua causa de mobilização social. A preocupação do Projeto TAMAR em dar visibilidade à causa ambiental de proteção das tartarugas marinhas contribuiu para a adesão de cidadãos nacionais e internacionais. O Projeto TAMAR tem uma comunicação estratégica no âmbito externo e interno.

Na ambiência da pandemia de COVID-19, o Projeto TAMAR lançou um produto midiático para aproximação do público com as ações do Projeto em um contexto de medidas de saúde pública que indicavam o isolamento social – #fiqueemcasa – e o distanciamento social. Nesse contexto, os Centros de Visitantes do Projeto TAMAR não podiam receber o público, ainda que as ações internas com as tartarugas e espécies marinhas, que estavam sob responsabilidade do Projeto TAMAR, continuassem em sua normalidade. Foi criado o programa TV TAMAR, veiculado no canal do Projeto TAMAR na plataforma do Youtube.

O programa TV TAMAR está inserido numa lógica de produção de WebTV. A sua programação foi veiculada semanalmente, com apresentação de jornalistas com trajetória profissional em emissora de televisão convencional. O programa TV TAMAR foi veiculado entre os meses de junho e outubro de 2020, totalizando 13 edições que mostravam aspectos da cultura científica por meio de entrevistas com lideranças em diferentes áreas de atuação do Projeto TAMAR e de seus parceiros.

Ainda que tenha uma diversidade de temas abordados nas edições do produto midiático, o programa TV TAMAR se consolida numa estratégia de demonstrar que seu gênero, televisivo e jornalístico, está direcionado para o âmbito informativo. Na própria chamada do programa os apresentadores Giacom Mancini e Patrícia Nobre ressaltar que conhecimento, científico, é o maior patrimônio do Projeto TAMAR. Isso justifica que a informação é fundamental para a credibilidade do Projeto TAMAR, e de

seu histórico de responsabilidade socioambiental, sem desconsiderar as possibilidades de aproximação com outros gêneros e elementos da cultura que são reconhecidos socialmente pelo público, como a música, a dança e o artesanato.

Nesse contexto, pode-se destacar a participação do entrevistado Joaquim Santos (o Kiko, Mestre de Capoeira) e a aparição do percussionista Mailson Alves (em um clipe musical exclusivo para o programa) como representação das dinâmicas de um processo de cultura científica, que acontece, especificamente, no Projeto TAMAR. Isso demonstra que a ciência se estabelece na cultura e constrói inter-relações em diferentes aspectos sociais. Ambos são nativos de Praia do Forte-BA, participaram das ações de educação ambiental do Projeto TAMAR e hoje atuam em ações culturais realizadas e/ou apoiadas pelo Projeto TAMAR, sendo ainda adeptos da cultura científica que fortalece a causa ambiental de proteção das tartarugas marinhas e da vida marinha.

Os apresentadores têm técnicas e formatos empreendidos numa emissora de televisão convencional que, certamente, influenciaram na condução, autônoma, das entrevistas. Eles não são especialistas em divulgação científica, mas tem experiência na condução de entrevistas. Uma das prioridades de um produto midiático que tem o conhecimento, científico, como patrimônio deveria ser a escolha de uma equipe especialista em ciência para um aprimoramento das discussões envolvendo os processos científicos e a própria personificação dos entrevistados. Os apresentadores apenas abordavam rapidamente a trajetória dos entrevistados com a vinculação ao Projeto TAMAR. Não se considerou destrinchar a trajetória pessoal vinculada a trajetória científica dos entrevistados para que mais pessoas pudessem entender as possibilidades e limitações de assumir uma função profissional científica, principalmente no Projeto TAMAR. Entretanto, os recursos técnicos audiovisuais e as falas dos entrevistados contribuem para uma aproximação do público de temas científicos, possivelmente complexos, como na entrevista com o ictiólogo Alfredo de Carvalho Filho.

O programa TV TAMAR alcançou grande visibilidade, ao ser comparado com as demais produções no canal do Youtube, numa estreia que não foi planejada para longo prazo. O programa também foi apresentado por jornalistas que não tinham uma especialização na divulgação científica, mas tinham uma aproximação com o Projeto e sua Coordenação mediante a experiência profissional no telejornalismo. Vale

ressaltar que faltou interação do próprio Projeto TAMAR com o público nos comentários na maioria do período de transmissão do programa. Observou-se ainda que somente o apresentador Giácomo Mancini comentou na plataforma do Youtube sobre o programa e sua participação.

É necessário que produtos midiáticos sobre a ciência também possam ser pensados para serem protagonizados, em sua apresentação, por pessoas negras e/ou indígenas, demonstrando um interesse direto na democratização do conhecimento científico. A “cara” do Projeto TAMAR não pode ser apenas representada pela personagem – branca, loira, dos olhos claros – que foi escolhida em 2004, como representante renomada do Projeto, na telenovela “Da cor do pecado”, sendo que a novela foi vendida para reprodução em 100 países pela Rede Globo de Televisão.

A transformação social que o Projeto TAMAR, ao longo das quatro décadas de existência, contribuiu para mudanças significativas de cidadãos negros e indígenas. Inclusive pela fala do Guy Marcovaldi sobre os desafios para contratação dos pescadores. Somente se preocupar com a subsistência dessas populações com os serviços técnicos contratados e os vínculos com a economia solidaria, por exemplo o Feito por Nós, não é suficiente. A visibilidade e o protagonismo devem representar também essas populações que não podem deixar de ter acesso à informação de interesse público; conhecer direitos e deveres para garantir a cidadania; e, principalmente, assumir lugares de poder na Gestão e Coordenação do Projeto TAMAR.

A não continuidade do programa também é uma falha nesse processo de comunicação do Projeto TAMAR, ainda que a estrutura comunicacional do Projeto não indique que a TV TAMAR seja a única forma de comunicação e, conseqüentemente, de aproximação com o público. O Projeto TAMAR precisa retomar o programa TV TAMAR e uma das primeiras ações deve ser a construção ou definição de um estúdio fixo. Era notório que o estúdio se configurando no espaço físico da Loja TAMAR, com a reabertura do Centro de Visitantes em Praia do Forte-BA, seria inviável a continuidade de gravações das edições do programa, no mesmo espaço, na volta de circulação de visitantes em Praia do Forte-BA.

Assim como o Projeto TAMAR já fez outras parcerias interinstitucionais, a criação de um estúdio fixo deveria ser uma motivação para o restabelecimento da parceria do Projeto TAMAR com a PETROBRAS que favorecesse o retorno do programa TV TAMAR com seu processo de democratização do conhecimento científico. Inclusive, com uma presença de profissionais na apresentação e na produção mais diversa, com representatividade democrática. Além de uma permanência de representação diversa com os entrevistados(as), especialmente pessoas indígenas que estão incluídas no programa Feito por Nós, pela Loja TAMAR.

A formação do Itamar como biólogo pode credenciá-lo para assumir parte da Coordenação do Projeto TAMAR. Não é uma constância a perseverança de cidadãos em movimentos de mobilização social sem uma mínima resposta da sociedade de que o engajamento é necessário e a razão pela qual se busca mudança de hábitos permanentes seja realmente valorosa. A sugestão para a atual Gestão e Coordenação do Projeto TAMAR é assumir um compromisso não só de incentivo, mas também de apoio simbólico e material (especialmente financeiro) para que lideranças nativas permaneçam vinculadas ao Projeto TAMAR e possam assumir, ainda que interinamente, áreas de Gestão e Coordenação que favorecerá o desenvolvimento de ações estratégicas de poder, para além de um serviço técnico conformado pelas dinâmicas hierárquicas.

Um dos momentos marcantes do programa TV TAMAR é a entrevista do Guy Marcovaldi (Coordenador Nacional do Projeto TAMAR), especialmente a sua fala referente à ascensão dos cidadãos nativos das comunidades em que o Projeto TAMAR instalou suas bases em lugares de liderança na Coordenação do Projeto. A fala do Guy Marcovaldi não deve ser esquecida e, muito menos, ser entendida como um discurso retórico ou uma mera utopia. Essa fala deve ser estratégica que aponte para uma mobilização social, principalmente interna ao Projeto TAMAR, que ajude na efetivação do protagonismo dos nativos que se conscientizaram, passaram por um processo de transformação social, adquiriram especialidades em conhecimento científico e atuam como protetores fiéis à causa ambiental de proteção das tartarugas marinhas e da vida marinha.

Contudo, a investigação considera que o Projeto TAMAR, especialmente a produção do programa TV TAMAR, representa um processo de democratização do conhecimento científico. Ainda que seja ressaltada a necessidade de ações

permanentes que consolidem esse processo em longo prazo. A comunicação é um recurso estratégico para a consolidação da mobilização social, do histórico de responsabilidade social, do planejamento de uma estrutura comunicacional institucional e da comunicação científica permanente do Projeto TAMAR, incluindo o programa TV TAMAR. O termo utilizado para intitular esse trabalho “democraciência” pode ser conceituado como um processo de relações sociais democráticas que visam a democratização do conhecimento científico a partir do entendimento da influência da ciência no cotidiano dos cidadãos e, conseqüentemente, da importância das estratégias comunicacionais que promovem a comunicação, multidirecional e democrática, da ciência para fins da cidadania e do bem-estar social. Essa investigação teórica-empírica possibilita a continuidade do interesse nessa discussão em pesquisas eventuais. Sobretudo, a democracia e a ciência se complementam e possibilitam transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. / Giorgio Agamben; [tradutor: Vinícius Nicastro Honesko]. – Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALBAGLI, S. Ciência aberta como instrumento de democratização do saber. In: **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 3, p. 659-664, set./dez. Editorial. 2017.
- ALBORNOZ, M. Cultura científica para los ciudadanos y cultura ciudadana para los científicos. **Revista Luciémaga**. Año 6, Edición 11. Medellín, Colombia. ISSN 2027-1557, págs 71-77, 2014.
- ALMEIDA, I. R.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; ROSA, M. N. B. Repositórios digitais como espaços de memória e disseminação de informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. especial, p. 117-131, nov. 2019.
- ASSMANN, J. Memória comunicativa e memória cultural. Jan Assmann/Tradução: Méri Frotscher. **História Oral**, v.19, n. 1, p. 115-127, jan/jun, 2016.
- BARBOSA, A. A. Memória institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. In: **História da mídia**. Vitor Barletta Machado. Volta Redonda: FOA, 2014.
- BARROS, S. A. R. **Consultas online e democracia digital**: um estudo comparativo da participação no Brasil e nos Estados Unidos /Samuel Anderson Rocha Barros. -- Salvador, 2017.233 f. Tese (Doutorado - Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, 2017.
- BINOTTO, M. A.; DINIZ, I. M. S. Democratizar o acesso aos conhecimentos científicos: como, onde e porquê?. In: **Revista Digital - Buenos Aires** - Año 11 - Nº 105 – Febrero, 2007
- BOAS FILHO, O. V. Democracia: a polissemia de um conceito político fundamental. In: **R. Fac. Dir. Univ. São Paulo**, v. 108, p. 651 – 696, jan/dez. 2013
- BOBBIO, N. **A teoria das formas de governo**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- BORGES, J.; JAMBEIRO, O. Evolução do uso da internet na participação política de Organizações da Sociedade Civil. In: **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia** / José Antonio G.de Pinho, organizador. - Salvador: EDUFBA, 2016.
- BRITO, V. M. de. **A preservação da memória científica da Fiocruz**: a visão de quem faz ciência. Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 10 a 14 nov. de 2003. UFMG, Belo Horizonte-MG. 2003.
- BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1 - 12, 2010.
- CACHAPUZ, A. F. 2016. Cultura Científica y la defensa de la ciudadanía. In: **Campo Abierto**, v. 35, n. 1, p. 3-12, 2016.

- CALDAS, G. Mídia e políticas públicas para a comunicação da ciência. In: **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas** / Cristiane de Magalhães Porto, Antonio Marcos Pereira Borda, Simone Terezinha Bortoliero (orgs.). 240p. 2011.
- CEREZO, J. A. L. Participación ciudadana y cultura científica. **ARBOR, Ciencia Pensamiento Y Cultura**. CLXXXI, 715, Septiembre-October (2005), 351-362p. ISSN: 0210-1963, 2005.
- CEVASCO, M. E. A formação dos estudos culturais. In: **Dez lições sobre os estudos culturais**. São Paulo: Boitempo. 2ª ed, 2008.
- CORRÊA, R. T. Z. **TV Brasil e Redes Sociais Virtuais: o programa Estúdio Móvel no Facebook**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Curso de Informação, Redes Sociais e Tecnologias, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- DI FELICE, M. **A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes sociais** / Massimo Di Felice. – São Paulo: Paulus. 2020.
- DO PRADO, S. **Memória científica e institucional: contribuições para a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCAR** / Samanta do Prado. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos. São Paulo, 165p. 2019.
- DODEBEI, V. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação** / organizadores Luis Sayão ... et al. – Salvador: EDUFBA, 2009.
- EVANGELISTA, R. de A; FAGUNDES, V. O. Nova ciência, novos cientistas: interação, participação e reputação em blogs de divulgação científica (2012). In: **Cultura, política e ativismo nas redes digitais** / Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga, Cláudio Penteadó (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **A comunicação que não vemos** / Lucrécia D'Alessio Ferrara. – São Paulo: Paulus, 2018.
- FERRER, A; LÉON, G. Cultura científica y comunicación de la ciencia. **Razón y Palabra**, núm. 65, noviembre-diciembre, 2008
- FIOCRUZ. **Política de memória institucional da Fiocruz** / Fundação Oswaldo Cruz. – Rio de Janeiro: Fiocruz – COC, 56p. 2020.
- FONSECA, M. A.; OLIVEIRA, B. J. de. Variações sobre a “cultura científica” em quatro autores brasileiros. **História, Ciências, Saúde** – Mangueiras, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr-jun, p. 445-459. 2015.
- FRANCO, M. P.; SANTOS, A. C. O dos. A comunicação pública da ciência: as pesquisas da UFU e o Jornal Correio de Uberlândia. In: **Jornalismo e ciência na Universidade** / Adriana Cristina Omena dos Santos ... [et al.]. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014.
- FURRIELA, R. B. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente** / Rachel Biderman Furriela – São Paulo: Annablume, FAPESP, 2002.

GOMES, I. M. M. Metodologia de Análise de Telejornalismo. In: **Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo** / Itânia Maria Mota Gomes (org.). – Salvador: EDUFBA. 2011.

_____. Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. UERJ. Rio de Janeiro. v. 1. p. 54-72. 2005.

_____. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, E-Compós, Abril, 2007

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Maurice Halbwachs / Trad. De Laurent Léon Schaffter. Editora Vértice/Editora Revista dos Tribunais LTDA: São Paulo, SP. 1990

HALL, S. Diásporas, ou a lógica da tradução cultural. Trad. Elizabeth Ramos. MATRIZ: **Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP**, 10(3). São Paulo, ECA/USP, p. 47-58, set/dez. 2016.

HENRIQUES, M. S. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro, 2005.

_____. **Comunicação e estratégias de mobilização social** / organizado por Márcio Simeone Henriques. – 3. ed.– Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JAMBEIRO, O. Democracia, cidadania e tecnologias de comunicação e informação. In: **Comunicação e cidadania política** / Carlos José Napolitano, Maximiliano Martín Vicente e Murilo Cesar Soares (organizadores). – São Paulo: Cultura Acadêmica. 2017.

LEITE, F. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012.

LÉVY-LEBLOND, J-M. Cultura Científica: Impossível e necessária*. In: **Cultura Científica: Desafios**. VOGT, C. (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fapesp, 2006.

MAFRA, R. L. M. **Mobilização social e comunicação**: por uma perspectiva relacional. In: **Mediação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 10, jan./jun., 2010

MALCHER, M. A.; RAIOL, W.; LOPES, S. C.; MARQUES, J. A.; MASSARANI, L.; CARVALHO, V. B. de. A ciência na TV aberta: uma exploração da programação de emissoras de Belém-PA. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.20, n.2, maio/ago. 2017

MARCOVALDI, G. Tamar chega aos 35 anos comemorando a marca histórica para a conservação marinha. In: **INFOCIRM**, v. 26 n. 2, 2014.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: **Revista Intercom – RBCC**. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia / Jesus Martín-Barbero. Prefácio de Nestor García Canclini. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

MARTINO, L. M. S. **Comunicação & Identidade:** quem você pensa que é? / Luis Mauro Sá Martino. – São Paulo: Paulus, 2010

MARTINS, R. de A. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. **Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários.** Campinas: UNICAMP, 27-48p. 1992.

MASSARANI, L. **Admirável mundo novo:** A ciência, os cientistas e a dupla hélice sob o olhar de estudantes / Luisa Massarani. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Difusão Em Biociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MATTOS, S. **O contexto midiático** / Sérgio Mattos. Prefácio de José Marques de Melo. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. 2009

_____. Pequena história da televisão no estado da Bahia. In: **Interfaces comunicacionais** / organizado por Jorge Cardoso Filho; Renata Pitombo Cidreira. – Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014.

_____. **A revolução digital e os desafios da comunicação** /Sérgio Augusto Soares Mattos. -- Cruz das Almas/BA:UFRB, 2013.

_____. **História da Televisão Brasileira** – Uma visão econômica, social e política. Sérgio Mattos. – Petrópolis: Editora Vozes, 5. ed. Ver. e ampl., 2010.

MENDES, M. F. A. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica:** a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948-1958). Tese(Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro-RJ, 2006.

MIÈGE, B. **A sociedade tecida pela comunicação:** técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social / Bernard Miège; [tradução Florence Trazet]. – São Paulo: Paulus. 2009.

MOISES, J. A. Democratização e cultura política de massas no Brasil. In: **Lua Nova**, nº 26, 1992.

MUELLER, S. P. M.A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

NALEGACH, C.; ASTROZA, P. 2020. La necesidad de una democracia ambiental en América Latina el Acuerdo de Escazú. In: **Documentos de trabajo (Fundación Carolina):** Segunda época, ISSN-e 1885-9119, Nº. 40, 2020.

NUNES, J. G. de A. **Webtv como ferramenta do jornalismo público:** um estudo sobre a TV IFPB, TV Bem Baiano e Canal IFPB. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

OLIVEIRA, T. M. de. As Métricas Alternativas e Ciência Aberta na América Latina: desafios para a democratização do conhecimento. In: **TransInformação**, Campinas, 2019

PAROLA, G. **O Modelo teórico da democracia ambiental**: uma introdução à obra. In: *Democracia Ambiental na América Latina: Uma Abordagem Comparada*. Organização: AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra. PAROLA, Giulia. VAL. Eduardo Manuel. – Rio de Janeiro-RJ: Editora Multifoco, 1ª Edição, Outubro, 2016.

PEREIRA, F. do A.; BELTRAO, S. L. L. Democratização da ciência: uma política pública necessária para o desenvolvimento sustentável. In: **ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS**, 2., 2007, Rio de Janeiro. Tecendo o intercâmbio: o desafio do conhecimento sobre o mundo rural: anais. Rio de Janeiro: FEAGRI, 2007.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: **IV Encontro da Compolítica. Universidade do Estado do Rio de Janeiro-RJ**. 13 a 15 de abril, 2011

PORTO, C. de M. Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica. In: **Diálogos entre ciência e divulgação científica**: leituras contemporâneas / Cristiane de Magalhães Porto, Antonio Marcos Pereira Borda, Simone Terezinha Bortoliero (orgs.). 240p. 2011.

RADDATZ, V.L. S. Direito à informação para o exercício da cidadania. **Revista Científica Direitos Culturais** – RDC. Setembro/Dezembro, v. 9, nº 19, 108-117p. 2014.

RODRIGUES, E. Biologia da Conservação: ciência da crise. In: **Semina**: Ciências Agrárias, Londrina, v. 23, n. 2, p. 261-272, jul./dez. 2002.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias** / Lúcia Santaella. São Paulo: Experimento, 1996.

_____. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura / Lucia Santaella. – São Paulo: Paulus. 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, T. **O Entretenimento e o Telejornalismo Esportivo Aberto Brasileiro**: uma análise do Globo Esporte e do Jogo Aberto. / Toniel Santos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mídia e Formatos Narrativos. Cachoeira, BA, 2021

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. **Guia de Gestão de Pesquisa para bibliotecários e pesquisadores**. Rio de Janeiro: CNEN, 2015.

SILVA, M. C. S. de M. e. **Visitando laboratórios**: o cientista e a preservação de documentos / Maria Celina Soares de Mello e Silva. – São Paulo. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração: História social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 211p. 2007.

SOBRAL, F. A. Desafios da televisão no século XXI. In: **Avança – Cinema**, Capítulo III – Cinema – Comunicação, 2022

SODRÉ, M. O ethos midiaticizado. In: **Antropológica do espelho** / Muniz Sodré. Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes. 2002.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde / organizado por Tadao Takahashi. – Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia. 2000.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. F. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF- Brasil, 1996.

TORRES, C. S. D. INFOtenimento na televisão: a tênue fronteira entre informação e entretenimento no encontro do telejornal com a revista eletrônica. In: **Anais do Seminário Internacional Análise de Telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. 23 a 26 de agosto de 2011. Salvador-BA. 2011.

VOGT, C. **Cultura Científica**: Desafios. Carlos Vogt (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fapesp, 2006.